



CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM HISTÓRIA DA ÁFRICA, DA DIÁSPORA E DOS
POVOS INDÍGENAS

CAMILA SANTOS DO NASCIMENTO

“LUTAMOS CONTRA O RACISMO!”:
MOVIMENTO NEGRO ATRAVÉS DA FOLHA DE SÃO PAULO
(1978-1988)

Cachoeira, 2018



Camila Santos do Nascimento

**“Lutamos contra o Racismo!”:
Movimento Negro através da Folha de São Paulo
(1978-1988)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, para obtenção do título de Mestre em História, sob a orientação do Prof.^a Dr.^o Antônio Liberac Cardoso Simões Pires.

Cachoeira, 2018.

Ficha Catalográfica: Biblioteca Universitária de Cachoeira - CAHL/UFRB

N244I Nascimento, Camila Santos do
"Lutamos contra o racismo!": movimento negro através da
Folha de São Paulo (1978-1988) / Camila Santos do
Nascimento. – Cachoeira, 2018.
115 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Liberac Cardoso S. Pires.
Dissertação (mestrado profissional) - Programa de Pós-
Graduação em História da África, da Diáspora e dos Povos
Indígenas, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia,
2018.

1. Movimento negro. 2. Movimentos sociais. 3. Imprensa -
- Folha de São Paulo. 4. Abertura política. I. Universidade
Federal do Recôncavo da Bahia. Centro de Artes,
Humanidades e Letras. Programa de Pós-Graduação em
História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas.
II. Título.

CDD: 305

Elaboração: Fábio Andrade Gomes - CRB-5/1513

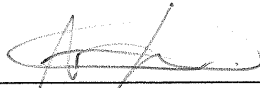
CAMILA SANTOS DO NASCIMENTO

**“LUTAMOS CONTRA O RACISMO!”:
MOVIMENTO NEGRO ATRAVÉS DA FOLHA DE SÃO PAULO
(1978-1988)**

Dissertação apresentada ao programa de Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas da UFRB, sob orientação do Prof. Dr. Antônio Liberac Cardoso Simões Pires.

Aprovado, _____ de _____ de 2018.

Comissão Examinadora:



Prof. Dr. Antônio Liberac Cardoso Simões Pires
(UFRB – Orientador)

Prof. Dr^a. Luciana da Cruz Brito
(UFRB – Examinadora)

Prof. Dr. Wilson Roberto de Mattos
(UNEB – Examinador)



Prof. Dr. Flávio dos Santos Gomes
(UFRJ – Examinador)

Cachoeira-Ba

*Aos meus pais, Graça e Manoel, símbolos de resistência negra,
manifestada na grandeza de existir.*

Encontrei minhas origens

Na cor de minha pele

Nos lanhos de minha alma

Em mim

Em minha gente escura

Em meus heróis altivos

Encontrei

Encontrei-as, enfim

Me encontrei.

Oliveira Silveira

Encontrei minhas origens.

(...) conseguimos apreender de maneira consciente e em todas as suas dimensões a noção de nossa singularidade, a noção exata de quem somos, do que significamos e de que estamos prontos para assumir as responsabilidades provenientes desta tomada de consciência em todos os níveis e em todos os campos. A peculiaridade de nosso lugar no mundo não pode ser confundida com a de nenhuma outra pessoa.

Aimé Césaire

Em carta de desfiliação do Partido Comunista francês, 1956.

Chega de negociar. Não dá pra achar que vencemos.

Agora é hora de enfrentamento!

Makota Valdina Pinto.



ADUPÉ!

Laroyê Esú! A escrita é uma engenharia africana e como instrumento de comunicação, deve ser utilizada pelos seus a favor dos seus. Pedindo *agô* aos que me antecederam e trilharam o caminho que me possibilita estar aqui de pé hoje, agradeço à minha Ancestralidade. Obrigada Oyá, por fazer do meu Orì sua morada, por me manter forte. Adupé, Mãe!

À minha família biológica, pois essa conquista é resultado de um empreendimento familiar. Às Iyás da minha vida: mainha, maior responsável pelo meu zelo com a vida acadêmica, obrigada pelo amor, dedicação, ternura e paciência. Te ter na vida é força motriz! À minha avó materna Isaltina (em memória), pela lembrança doce dos encontros; e minha avó paterna Bernadete, por me abençoar e compreender minhas ausências nos momentos em que a família estava reunida. À painho, pela coragem e segurança conduzidos a mim, sem que ele mesmo percebesse. Pela educação que me deu, afago, chatices, momentos de descontração e pelo amor incondicional transmitido de forma singular, que eu sempre percebia sem ao menos ter proferido uma palavra. Sem esquecer da menor, mas não menos importante: Isabelinha, por me forçar ao amadurecimento. Às minhas tias e tios, primas e primos por todo o incentivo nesses anos.

Ao Ilê Asé Gilodefan, família que Oyá escolheu para mim, agradeço sobretudo pela acolhida e constante aprendizado. Ter a pele preta nesse cárcere que chamamos de Brasil imbrica várias mazelas, mas eu ousou afirmar que renascer espiritualmente nos reconstrói e reforça a certeza de que não caminhamos sozinhos. Renascer pelas mãos da Iyalorisá Graça de Nanã e do Babalorisá Gercino de Logun Edé foi como ganhar novo fôlego. À minha Dofonitinha Eliana d'Osun, obrigada pelo carinho. Agradeço a todxs! Olorum Modupé!

Aos quais não posso esquecer, com muita estima: Ileana Helen, Maiane Nery, Taiane Santos, Amanda Dias, Flávia Santana, Edvalda Lima e Iasmin Gonçalves, companhias fiéis no/do Recôncavo (para a vida). Caminharam comigo em todas as etapas, nas mais diversas estórias. Pela irmandade, companhia e ocasiões de descontração. Pela

formação política, intelectual e pessoal. Especialmente pelas lições de generosidade. Também pelas noites em que ficamos acordadas juntas estudando ou não e por um bocadinho de coisas mais, agradecida! Jitolonan, pela presença, pelos cafés, cervejas, indicação de referências mesmo que em momentos impensáveis (rs), pela casa cedida para estudo no momento de seleção e pela cobrança: *cadê a dissertação?* Perdoe-me pelas caras feias e mau humor. Oyá Kiladeji! Bruno Calazans, tua presença é poesia. Isma, obrigada pelo fortalecimento e cuidado.

Ao Núcleo Akofena, pela recuperação desta alma perdida, rs. Espaço responsável pela minha formação política racial, um salve aos militantes que estiveram comigo entre 2012 e 2015; e aos que deram continuidade.

Manifesto minha gratidão a Antônio Liberac Simões Pires. Pela orientação compromissada, formação de vida, amizade e toda compreensão, muito obrigada!

Agradeço também às/aos professoras/es do NEAB (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros do Recôncavo): Isabel Cristina Reis, Rosy de Oliveira, Martha Rosa, Luciana Brito (especialmente pelas contribuições valiosas no exame de qualificação), Juvenal de Carvalho, Claudio Orlando e Emanuel Soares. Vocês são inspiração.

À tia Valdelice e ao meu tio Josué (em memória), pela acolhida em Capoeiruçu logo no início de minha vida interiorana. Agradeço pela companhia e por me receber com amor e carinho me transformando na nova integrante da família. Ao povo cachoeirano, por fazerem de Cachoeira o que ela é, especialmente aos bairros de resistência: Viradouro, Rosarinho, Morumbi e Caquende; aos meus alunos do Quilombo Educacional da Recuada; aos meus colegas de turma (2011.2 e 2016.1); aos funcionários do prédio do CAHL; à todos que contribuíram de alguma forma para esse texto, e eu possa ter esquecido, um Salve !

Ao fim e ao cabo, parafraseando o Partido dos Panteras Negras, “eu compartilharei de forma justa meu conhecimento e da compreensão com o Povo Preto, a fim causar rapidamente a mudança.”



RESUMO

Com a ampliação da noção de documento nos anos 70, a mídia impressa tornou-se uma possível fonte para a pesquisa. Assim, o objetivo dessa pesquisa é mapear os caminhos percorridos pelo movimento negro contemporâneo, através da Folha de São Paulo. O período escolhido (1978 – 1988), justifica-se por ser a década de rearticulação da mobilização social em paralelo ao declínio da Ditadura no Brasil. Portanto, buscamos compreender os laços construídos com as diversas organizações políticas, as práticas socioculturais e relações internacionais assumidas a partir do final da década de 70.

Palavras-chave: Movimento Negro, Abertura Política, Folha de São Paulo.

ABSTRACT

With the broadening of the notion of documentary in the 1970s, print media became a possible source for research. Thus, the objective of this research is to map the paths covered by the contemporary black movement, through Folha de São Paulo. The period chosen (1978 - 1988), is justified because it is the decade of rearticulation of social mobilization in parallel with the decline of the Dictatorship in Brazil. Therefore, we seek to understand the links built with the various political organizations, sociocultural practices and international relations assumed since the end of the 1970s.

Keywords: Black Movement, Political Opening, Folha de São Paulo.



ÍNDICE

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I – “OS TEMPOS NEGROS DO BRASIL”: NARRATIVAS SOBRE O MOVIMENTO NEGRO BRASILEIRO	15
1.1 Pós-Abolição e Associativismo Negro: A primeira fase	17
1.2 A Segunda fase: Sistematização de Reivindicações	23
1.3 Redemocratização e Unificação da luta: A terceira fase	30
CAPÍTULO II – “TODO PODER AOS NEGROS”: RELAÇÕES E PRÁTICAS POLÍTICAS DAS ORGANIZAÇÕES NEGRAS	37
2.1 Práticas políticas através dos discursos de intelectuais	39
2.2 Relações partidárias e institucionais	46
2.3 Relações internacionais	68
CAPÍTULO III – “E AGORA FALAMOS NÓS!”: CONSTRUÇÃO DE SÍMBOLOS POLÍTICOS CULTURAIS	75
3.1 13 de Maio X 20 de Novembro	77
3.2 Centenário da Abolição	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
FONTES	108
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	112



INTRODUÇÃO

“Os movimentos negros que surgem estão representando um dado novo na luta contra o racismo e indicando que, com a tomada de consciência, seremos nós mesmos sujeitos e objetos principais de nossa verdadeira libertação, construída pelos negros e para os negros (...)”¹

Cachoeira, março de 2012.

Sentada em uma das cadeiras do “Mac” – apelido utilizado pelos estudantes para a área aberta do CAHL², pude observar de longe dois jovens negros, com *dreadlocks*, exibindo camisas confeccionadas em *stencil*³ com imagens de personalidades negras e dizeres de impacto social. De saída do centro após as aulas, apreciando de perto o material, fui abordada por um dos jovens que após se apresentar, fez questão de me informar que o rendimento oriundo daquele trabalho seria investido num cronograma de atividades elaborado para uma comunidade periférica da cidade, pelo coletivo do qual fazia parte: o Núcleo de Negras e Negros Estudantes da UFRB. Conforme fui me aproximando da organização, pude notar que se inseriam numa conjuntura maior de mobilização e luta negra, a qual eu estava totalmente alheia. Os “negros radicais do Cahl” estavam em conformidade com a fase engendrada pelo movimento negro brasileiro a partir da década de 70, elucidada pela epígrafe acima, um fragmento de texto redigido

¹ SILVA, Benedita da. *Abolição – 100 anos depois*. In: Folha de São Paulo. São Paulo, ano 68, n. 21.589, p 3, 12 mai. 1988. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1988/05/12/2/>> Acesso em: 02 dez. 2016.

² Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, localizado na cidade de Cachoeira. Funcionam os cursos de Artes Visuais, Ciências Sociais, Cinema e Audiovisual, Comunicação Social-Jornalismo, Gestão Pública, Licenciatura em História, Museologia e Serviço Social.

³ O stencil é, basicamente, uma lâmina com uma perfuração que concebe uma imagem. Quando colocada sobre o tecido e aplicado tinta, imprime a imagem da lâmina.

pela deputada federal Benedita da Silva⁴. Uma vez que essa aproximação com o grupo se tornou mais sólida, a sensação de pertencimento foi substancial para optar por um tema de pesquisa que perpassa pela (re) construção de minha identidade racial e pelo afinamento do meu posicionamento político-ideológico.

Esse episódio relatado expõe a legitimidade de uma memória que implica referencial para coletivos mais recentes. Essa memória que, diria Pollack (1989), é um fenômeno construído, foi também bandeira de luta das organizações negras na medida em que trabalharam arduamente para erigir datas, personagens e acontecimentos que valorassem a comunidade negra. O reflexo de uma identidade étnico-racial positiva – à exemplo do uso de *dreadlocks*, bem como a construção de lutas em comunidades periféricas são legados de um movimento negro que suscitou um debate articulando o “problema de raça” com a classe no seio do processo de Abertura Política, fim da Ditadura Civil Militar⁵. Logo, procuramos atentar para a história do Brasil alinhada à mobilização antirracista, como orientaram Flávio Gomes, Sandra Martins e Togo Ioruba (Gerson Theodoro) em artigo publicado na revista *História: Questões & Debates* (2016).

Posto isso, é importante dizer que a pesquisa apresentada nas páginas a seguir, busca compreender a trajetória do movimento negro, na perspectiva da *nova história política* que, a partir da década de 80, com a adoção de novas fontes e uma inovação de “perspectiva histórica” possibilitou uma infinidade de produções cujos temas marginalizados ganham centralidade.

O negro enquanto sujeito histórico provocou uma reviravolta na historiografia brasileira, mas também na (re)organização do movimento negro nesse período. Sendo assim, na tentativa de compreender o protagonismo de mulheres e homens negros, a pesquisa utilizou da análise de biografias, entrevistas, documentos produzidos por entidades do movimento e, como fonte elementar, a *Folha de São Paulo*.

⁴ Benedita da Silva, atualmente Deputada Federal pelo Rio de Janeiro, pelo Partido dos Trabalhadores, cumpriu seu primeiro mandato na Câmara entre os anos de 1987 e 1990. Foi autora de vários projetos de lei, os quais priorizaram as temáticas raciais e de gênero.

⁵ Segundo o historiador Daniel Aarão Reis, “o golpe que instaurou a ditadura em 1964 exprimi uma heterogênea aliança, reunindo líderes políticos, empresariais e religiosos, civis e militares, elites sociais e segmentos populares” (2014: 85), resultado do “medo de reformas, revolucionárias”. Por essa razão, utilizaremos os termos Ditadura Cívico-Militar/ Ditadura Civil Militar/Ditadura ao longo da pesquisa, já que se tratou de uma aliança de diferentes setores, não exclusivamente militar.

A escolha de periódicos na qualidade de fonte primordial para realização desse estudo se alicerça na existência e atuação de jornais negros desde o final do século XIX, com objetivo de atingir e representar os anseios da “população de cor”. Apesar de poucos pesquisadores reconhecerem estes periódicos no âmbito da chamada imprensa negra⁶, a historiadora Ana Flávia Magalhães Pinto (2010) realça as semelhanças argumentativas entre estes e impressos negros já consagrados do século XX, possibilitando analisarmos uma continuidade. Dito isto, reconhecemos a importância dos periódicos para a comunidade negra no Brasil, enquanto instrumento de aglutinação.

Em âmbito nacional, os periódicos abonados, apesar da formação pluriétnica da sociedade brasileira, negligenciaram ou omitiram uma discussão racial. Em razão disso, escolhemos um periódico reconhecido nacionalmente: *Folha de São Paulo*. A chegada do século XX, junto ao crescimento no letramento populacional e profissionalização dos jornais diários (PINSK, 20010) possibilitou o surgimento dos grandes veículos da imprensa nacional.

É nesse contexto que, em 19 de fevereiro de 1921, nasce o jornal *Folha da Noite*, que passou a circular nessa mesma data. Conforme Carlos Guilherme Mota e Maria Helena Capelato, “as oficinas e a redação tinham sido instaladas naquele prédio (à rua do Carmo). Oficinas, redação e gerência, era tudo uma coisa só.” (MOTA; CAPELATO, 1981: 06), o que evidencia um projeto de inovação para “atrair leitores das classes médias urbanas e da classe operária” (Idem). Após quatro anos, economicamente fortalecido, o jornal cria um periódico matutino: a *Folha da Manhã*.

De acordo com Guilherme Mota, o percurso da *Folha de São Paulo* pode ser explicado em quatro fases. A primeira, de seu nascimento até os anos 40, foi gerenciada em primeiro momento por Olival Costa e Pedro Cunha, objetivando delimitar seu espaço e garantindo um vínculo com a classe média paulista. Alguns outros personagens, a exemplo de Mariano Costa e Monteiro Lobato, colaboraram para o surgimento da empresa *Folha da Manhã Ltda.*⁷ Entre 1931 – 1945, segundo momento da primeira fase, a empresa foi coordenada por Octaviano Alves Lima, responsável por inserir o debate dos lavradores.

⁶ O conceito utilizado pela pesquisadora é o de “jornais feito por negros; para negros; veiculando assuntos de interesse das populações negras” (PINTO, 2010:20)

⁷ Compreende a *Folha da Noite* e a *Folha da Manhã*.

A segunda e a terceira fases foram administradas por José Nobantino Ramos. Os anos de 1945 a 1962 são de consolidação de um conceito empresarial da Folha além da estabilização dos padrões de divisão dos periódicos Folha da Manhã, Folha da Tarde e Folha da Noite. Já a quarta e última fase é inaugurada no ano de 1962 sob a administração de Octávio Frias e Carlos Caldeira Filho. Essa fase é marcada pela junção das três Folhas, transformando-as em um único projeto: a Folha de São Paulo.

Logo no início da década de 60, por conta do processo inflacionário, diversos periódicos são obrigados a encerrar suas atividades. A alternativa encontrada para a Folha de São Paulo foi a “venda do jornal” com a implementação da publicidade no periódico. A partir de então, implanta-se um período de reformulação jornalística, subdividida em três etapas. Na primeira, que ocorreu entre os anos 1962-1967, destaca-se recuperação financeira devido ao modo de distribuição adotada por Octávio Frias e Carlos Caldeira Filho. Essa etapa foi intitulada de reorganização financeiro-administrativa e tecnológica. A segunda etapa, da revolução tecnológica, teve durabilidade de seis anos (1968-1974). Entre as alterações realizadas nessa etapa, encontramos: aquisição de uma frota de veículos para distribuição, reforma nas instalações físicas e a inserção da impressão offset⁸. Tudo isso contribuiu para que a Folha de São Paulo se constituísse vanguarda no panorama da imprensa brasileira.

A última etapa do processo de reformulação jornalística ocorre de 1974 à 1981 se caracteriza pela busca de identidade política-cultural. Galgando uma hegemonia, o periódico conseguiu se estabelecer como um dos jornais de maior tiragem no país. Por isso, a escolha.

Dessa feita, a dissertação se divide em três capítulos. O primeiro, intitulado **“Os tempos negros do Brasil”: narrativas sobre o movimento negro brasileiro**, tem por função apresentar o conceito de movimento negro que norteará a pesquisa, bem como analisar as produções acadêmicas referente a temática, demarcando suas fases, apresentando as rupturas e elementos comuns apesar das épocas e contextos históricos diferentes.

⁸ O offset é um dos processos de impressão mais utilizados desde a segunda metade do século XX. A troca de antigas impressoras pela técnica offset demonstra que os dirigentes da Folha de São Paulo estavam sintonizados com o desenvolvimento tecnológico na Europa.

Como fica sugerido no título **“Todo poder aos negros”**: **relações e práticas políticas das organizações negras**, o segundo capítulo destina-se aos processos políticos priorizados e desencadeados pelo movimento negro em âmbito nacional, bem como a narrativa de militantes e intelectuais negros que tiveram espaço na *Folha*. A presença de Abdias do Nascimento, Lélia González, Hélio Santos, Beatriz do Nascimento, Clóvis Moura, além de intelectuais não negros como Florestan Fernandes e Octávio Ianni, indica o mérito desses pesquisadores e militantes por suas atuações práticas, mas sobretudo a relevância das análises e percepções estabelecidas por estes, sobre a realidade social em que estavam inseridos.

Por fim, o terceiro capítulo **“E agora falamos nós!”**: **construção de símbolos políticos culturais**, busca compreender os recursos utilizados pelas organizações negras para erigir referenciais positivos de negritude, como a consagração do 20 de novembro.

Todo o texto dissertativo atina para a diversidade de concepções que atingiram o ativismo negro contemporâneo. A tentativa de “alinhar” uma memória do movimento negro, devido sua importância no cenário político brasileiro, deve-se também à certeza de que essa pesquisa foi possibilitada por aqueles que protagonizaram as lutas negras de outrora, solidificadas em políticas públicas de ação afirmativa. Fruto disso, a responsabilidade histórica de cobrar reparação impõe-se diante de minha trajetória.



CAPÍTULO I

“OS TEMPOS NEGROS DO BRASIL”:

NARRATIVAS SOBRE O MOVIMENTO NEGRO BRASILEIRO*

Inicialmente, é necessário evidenciar o modo com que o Movimento Negro será compreendido nesta pesquisa. A seguinte definição orientará o entendimento sobre a prática de ativistas e militantes empenhados em evidenciar e resolver o problema racial no Brasil:

(...) todas as entidades, de qualquer natureza, e todas as ações, de qualquer tempo, (aí compreendidas mesmo aquelas que visam à auto-defesa física e cultural do negro), fundadas e promovidas por pretos e negros. (Utilizo preto, neste contexto, como aquele que é percebido pelo outro; e negro como aquele que se percebe a si). Entidades religiosas, assistenciais, recreativas, artísticas, culturais e políticas; e ações de mobilização política, de protesto anti-discriminatório, de aquilombamento, de rebeldia armada, de movimentos artísticos, literários e “folclóricos” - toda esta complexa dinâmica, ostensiva ou invisível, extemporânea ou cotidiana, constitui movimento negro. (SANTOS, 1985)

Posto isso, não seria exagero afirmar que existe “movimento negro” desde que o primeiro africano escravizado chegou à costa brasileira, perpassando sua resistência na tradição de luta quilombola, na militância abolicionista e na organização de clubes, irmandades religiosas e associações recreativas, datadas do início do século XX (NASCIMENTO & NASCIMENTO. 2000). Contudo, nessa dissertação estariam faltando, entre alguns coletivos, a participação de membros de terreiros de candomblé, grupos de capoeira, irmandades e escolas de samba, por exemplo, por aparecer de forma irrisória nas fontes. Dessa forma, salientamos que a pesquisa foi direcionada às ações empreendidas pelas organizações negras de caráter denunciante e reivindicatório frente ao

Estado Brasileiro, no período de 1978 a 1988, mesmo quando, em algumas ocasiões, essas foram tratadas como “culturalistas”⁹.

Durante o I Encontro Nacional de Entidades Negras¹⁰, ficou resolvido que o Movimento Negro “trata-se, de fato, de um mosaico que tenta sustentar sua identidade no propósito comum de posicionar-se contra o racismo” (SOUZA: 2006), o que denota práticas díspares sob um guarda-chuva identitário. Ainda assim, Lélia González¹¹, assumindo a multiplicidade das frentes de batalha e formas de organização, advoga pela utilização do termo Movimento Negro, no singular, em razão de ser

... aquilo que o diferencia de todos os outros movimentos; ou seja, a sua especificidade. Só que nesse movimento, cuja especificidade é o significante *negro*, existem divergências, mais ou menos fundas, quanto ao modo de articulação dessa especificidade. (GONZALEZ, 1982)

Logo, a expressão movimentos negros se refere às organizações e entidades centradas no combate ao racismo, independente da área de atuação, enquanto o termo Movimento Negro configura o aglomerado dessas associações.

Apesar de ser um tema pouco explorado pela historiografia brasileira, já é possível afirmar que desde o ano de 1888, a comunidade negra tem se aglutinado com a finalidade de deliberar resoluções para os problemas próprios de sua comunidade, oriundos do “preconceito de cor”. Nesse sentido, o historiador Petrônio Domingues (2007) enumera

* O título desse capítulo se refere à uma entrevista cedida por Clóvis Moura à Folha de São Paulo, publicada no dia 26/11/1978. O intelectual aborda manifestações de luta negra ao longo da história do Brasil, com foco período escravista. A entrevista está na lista de fontes para pesquisa.

⁹ Em razão da diversidade dos campos de atuação das organizações negras, a historiografia dividiu as iniciativas coletivas em culturais e políticas. No entanto, os estudos mais recentes corroboram que essa segmentação é inconsistente, dado que, na prática, tanto os grupos que inauguraram o discurso da identidade negra e prática antirracista nos anos 70, quanto os coletivos carnavalescos, por exemplo, desenvolveram ações que perpassam entre o político e o cultural. Apontamos: BARCELOS (1996), ANDREWS (1998), PEREIRA E ALBERTI (2007), QUEIROZ (2010), PEREIRA (2010), FIGUEIRÊDO (2016).

¹⁰ Realizado entre os dias 14 e 17 de novembro de 1991, nas instalações do Estádio Municipal de Pacaembú (SP), o I ENEN reuniu as entidades negras mais expressivas do período. O Núcleo de Consciência Negra da USP organizou os dados recolhidos da pesquisa: “Perfil da Militância Negra no Brasil”. Foram questionadas as regiões de onde provinham esses militantes, qual o tipo de organização a que estavam associados (política e/ou culturalista), tempo de militância, nível de escolaridade, relação com política partidária e também vínculo religioso. (BOLETIM INFORMATIVO DO NÚCLEO DE CONSCIÊNCIA NEGRA NA USP, 2003, Ano I, nº 0).

¹¹ Lélia González nasceu em fevereiro de 1935, em Belo Horizonte. Foi professora universitária, militante antirracista e feminista e esteve na gênese da formação do PT-RJ. Tornou-se uma das principais referências entre as mulheres negras da América Latina em razão do seu legado intelectual.

as três fases da mobilização política negra, nas quais podemos observar as mudanças nos discursos, estratégias, princípios ideológicos e frentes de luta. A primeira fase seria de 1888, ano da assinatura da Lei Áurea, até a década de 30, mais precisamente 1937, estabelecimento da Ditadura do Estado Novo; a segunda fase se iniciaria na década de 40, finalizando na década de 60, com a instituição de uma nova Ditadura em 1964; e, a terceira e última fase com início em 1978, no seio do processo de Abertura Política, sendo a criação do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR) um marco.

1.1 PÓS-ABOLIÇÃO E ASSOCIATIVISMO NEGRO: A PRIMEIRA FASE

A assinatura da lei nº 3353, no dia 13 de maio de 1888, foi o arremate de um conflito que se tornava mais intenso à medida que a redução do poder dos senhores de engenho sobre seus cativos se tornava mais evidente (ALBUQUERQUE: 2009). As consequências da atitude da princesa não isentaram a população de cor dos conflitos sócio raciais. Longe disso, a questão agora girava em torno de uma estrutura social que delimitava explicitamente a fronteira entre a liberdade e cidadania dos negros.

Dado esse cenário e sob a égide da busca por uma cidadania plena, é que podemos perceber o desenvolvimento de diversas formas de organização coletiva. Os grupos que, ao longo do século XIX, assumiram um caráter religioso, cultural e socioeconômico, representados por quilombos, confrarias, irmandades religiosas e “caixas de empréstimo”, assumiam agora o formato de grêmios recreativos, sociedades cívicas e instituições beneficentes¹².

Outra manifestação que, de acordo com a historiografia mais recente data do final do século XIX, são os periódicos da imprensa negra. Majoritariamente, as produções acerca desse estudo atribuem aos periódicos do século XX, mais precisamente 1910, a condição de fundantes¹³. No entanto, em sua pesquisa de mestrado, a historiadora Ana Flávia Magalhães Pinto analisa impressos no período de setembro de 1833 a agosto de 1899, justificando que seu pertencimento à categoria de imprensa negra provém da percepção simbólica em que “o adjetivo sugere possibilidades de entendimento, às quais também se

¹² RAMOS (1938). O pesquisador Arthur Ramos observa que a trajetória do negro no Brasil é marcada por um “espírito associativo”.

¹³ Podemos citar: BASTIDE (1973), FERNANDES (1978), FERRARA (1986), PIRES (2006) e DOMINGUES (2008 e 2004).

conectam questões relativas à autoria, ao público e aos objetivos” (2010). Assim, destacamos a publicação do jornal *O Homem*, no Recife de 1876 que, segundo a autora, apresentou um amplo leque de argumentos que confrontavam as teorias científicas de hierarquização racial consolidadas no século XIX. Além disso, reconheciam os males que acometeram os povos indígenas, assentindo a importância da sua parceria na luta contra a discriminação racial. Dois periódicos de São Paulo também merecem ser evidenciados:

(...) os jornais *A Pátria* e *O Progresso*, lançados respectivamente em 1889 e 1899, trazendo o mesmo subtítulo “órgão dos homens de cor”. Editados quando as divisões entre livres, libertos e escravizados tinham deixado de existir formalmente, esses periódicos traziam, mediante um debate racial, opiniões de homens negros e brancos em meio a dois momentos especiais: 1) os anos que seguiram à abolição e os meses em que se viveu a iminente instauração do sistema republicano; e 2) os primeiros anos da República brasileira. (PINTO, 2010:105)

Conforme a pesquisadora, esses exemplares têm como singularidade a exposição de um reconhecimento e envolvimento com seus antecessores, o que sinaliza sua corrente política e revela sua identidade racial. Uma nova observação que esses periódicos nos permitem diz respeito à inauguração de um período mais democrático. Ansiando a resolução dos conflitos que permaneceram após a assinatura da Lei Áurea, o discurso presente nesses jornais evidencia um descontentamento nítido com os problemas que surgiram junto à República. Problemas de ordem trabalhista principalmente, visto que a nação brasileira de prática eugenista¹⁴, priorizou a política imigratória em detrimento dos negros que se encontravam aptos e disponíveis ao preenchimento da classe operária. Segundo o brasilianista George Reid Andrews, o fluxo de imigrantes para o Brasil foi mais intenso entre 1890 e 1920:

A Constituição de 1891 proibiu a imigração africana e asiática para o país e os governos federal e estaduais da Primeira República (1891-1930) empreenderam esforços orquestrados no sentido de atrair a imigração europeia

¹⁴ Movimento que acreditava na possibilidade de perfeição humana a partir da genética. Incentivou a “seleção natural humana” a partir do cruzamento entre indivíduos superiores. No Brasil, o médico Raimundo Nina Rodrigues, um dos principais nomes desse movimento, não poupou esforços para propagandar as teorias darwinistas, onde a hereditariedade determinaria o destino do indivíduo e condições de vida. Nesse sentido, a partir do pertencimento racial, era definida a condição de superioridade e inferioridade. Para o pesquisador, apesar da contribuição à civilização, ao negro cabia toda responsabilidade pela inferioridade do povo brasileiro (1982). Apelidado de “Lombroso dos Trópicos” – por conta da vinculação com pesquisas do médico italiano Cesare Lombroso-, Nina cunhou os problemas refletidos na comunidade negra no período pós-abolição, decorrentes do processo de marginalização, de “vícios da raça”, ressaltando a importância de anular qualquer corrente imigratória que não fosse de “raça branca” (1982).

ao país. Tais esforços deram frutos na forma de 2,5 milhões de europeus que migraram para o Brasil entre 1890 e 1914, 987 mil com sua passagem de navio paga por subsídios do Estado. Após um período menos significativo quanto à imigração, à época da Primeira Guerra Mundial, outros 847 mil europeus chegaram ao país. (ANDREWS, 1997:97)

A política imigratória foi uma demonstração acentuada da preocupação do Estado Brasileiro com a composição racial heterogênea do país, demarcando sua tendência ao embranquecimento populacional. Não obstante, a noção de raça¹⁵, inicialmente se apresenta de modo moderado, tornando-se mais contundente pós-Ditadura. Percebemos que se manifesta de maneiras diferentes na imprensa negra, de acordo com o tipo de discurso racial que predomina nas organizações negras ao longo do século XX.

O historiador Petrônio Domingues afirma que as associações e clubes que surgiram com “cunho assistencialista, recreativo e/ou cultural, conseguiam agregar um número não desprezível de homens de cor...” (2007). O fato é que, diante do cenário disponível à época, encontramos diversas formas associativas: Club 13 de Maio dos Homens de Cor (1902), Centro Literário dos Homens de Cor (1903), Centro Cultural Henrique Dias (1908) e Sociedade União Cívica dos Homens de Cor (1915), em São Paulo; em Pelotas puderam se agrupar na Sociedade Progresso da Raça Africana (1891), na Sociedade de Socorro Mútuos Princesa do Sul¹⁶ (1908) e Liga de Futebol Independente José do Patrocínio (1919); e em Lages, no Centro Cívico Cruz e Souza (1918). Segundo a pesquisadora Regina Pahim Pinto (1933), São Paulo foi o estado com maior número de associações negras entre 1907 e 1937, contabilizando 123 ao total.

A partir dos anos 20 se desenha um novo rumo para as associações negras com o surgimento do Clarim d'Álvorada. Circulando entre 1924 e 1932, esse jornal sempre se manteve num local de destaque, sendo dirigido por Jayme de Aguiar¹⁷ e José Correia Leite¹⁸, futuras lideranças negras. Segundo seu subtítulo, era o “*Legítimo órgão da*

¹⁵ Neste trabalho entendemos raça enquanto um conceito subjetivo sobre as diferenças entre os grupos de cor, que justificam o racismo e outras formas de domínio social, sendo definida como uma elaboração social, sem alicerce biológico. Essa ênfase é justificada pela classificação e tratamento dispensado ao outro a partir de ideias socialmente construídas e compreendidas. Devido à legitimidade nas relações sociológicas, tem sido levada em consideração nas análises historiográficas e antropológicas.

¹⁶ Espaço restrito as mulheres negras.

¹⁷ Filho de família alforriada, Jayme de Aguiar foi fundador e colaborador de diversos periódicos da imprensa negra, a saber: *Evolução*, *O Clarim d'Álvorada*, *Álvorada*, *O Clarim*, *O Patrocínio* e *Senzala*.

¹⁸ Paulista, José Correia Leite trabalhou como entregador de marmitas, menino de recados e ajudante de carpintaria. Em entrevista, destaca a importância de conhecer um baile negro, o que o fez procurar estar

mocidade negra de São Paulo. Pelo interesse dos homens pretos. Noticioso, literário e de combate”, em outras palavras, genuíno dispositivo de enfrentamento à discriminação racial (O Clarim da Alvorada, 1929). Outra organização relevante foi o Centro Cívico Palmares, fundado em outubro de 1926. É um marco político por demonstrar mérito às experiências negras rememorando em sua nomenclatura o maior Quilombo das Américas – Palmares; e por conquistar a suspensão do decreto que impedia a admissão de homens negros na Guarda Civil do estado de São Paulo. É núcleo fundante da Frente Negra Brasileira (PIRES, 2006).

A década de 30 indica uma estratégia nova na medida em que as tentativas de organização estadual se concretizam. A fundação de Frente Negra Brasileira, em 16 de setembro de 1931, é um verdadeiro “salto qualitativo” ao nível de organização e abrangência.

Com apenas alguns anos de vida, a Frente Negra é hoje a mais poderosa organização em toda a América do Sul. Ela tem dinheiro, cérebros e força numérica para lutar e lutar duro contra qualquer medida que vise subtrair os vários direitos dos negros, qualquer movimento que vise sua limitação, subjugação ou isolamento. Esses homens têm lutado com seus cérebros e lutarão com suas mãos se forçados forem, e eles não temerão a morte. (CHICAGO DEFENDER, 1934: p. 11)

Um mês depois, em reunião, foi exposto e abonado o estatuto, no qual ficavam deliberadas as seguintes linhas de atuação da organização:

Art. 3º - A Frente Negra Brasileira, como força social, visa à elevação moral, intelectual, artística, técnica, profissional e física; assistência, proteção e defesa social, jurídica, econômica e do trabalho da Gente Negra.

Par. Único – Para a execução do art. 3º, criará cooperativas econômicas, escolas técnicas e de ciências e artes, e campos de esportes dentro de uma finalidade rigorosamente brasileira. (LEITE, José Correia e CUTI (Luis Silva: 2007, 95)

Como elucidado no documento, o principal objetivo da Frente Negra era a elevação moral e autoestima do negro, sendo uma das principais estratégias supervalorizar a organização, exaltando suas próprias realizações e conquistas, o que lhe rendeu credibilidade e confiança entre negros e os mais diversos setores da sociedade

mais próximo de pessoas do próprio meio. Junto à Jayme de Aguiar fundou o jornal “O Clarim”, com primeira edição em 24 de janeiro de 1924. Também foi presidente da Frente Negra Brasileira.

paulistana. Tudo o que demonstrava a importância e reconhecimento público da entidade era largamente divulgado.

O coletivo, que mantinha um considerável nível de organização, sustentava um próprio veículo de comunicação de conotação política, o periódico *A Voz da Raça*. Da mesma forma, sua imagem foi veiculada pela imprensa negra internacional de modo bastante positivo:

Para além de um espaço de sociabilidade, cultura e lazer, esta foi tratada como a “mais poderosa organização em toda América do Sul”, “a maior união do continente”. Sua força política constituiria o “fiel da balança” nos horizontes da nação e seu agito teria se tornado “tão formidável” que debelou com o “preconceito”. Qualificada de “poderosa”, “famosa”, “extraordinária” e “notável”, a FNB seria uma grandiosa paladina da liberdade, a salvadora da democracia brasileira, a porta voz mais autorizada para traduzir as aspirações dos negros brasileiros. (DOMINGUES, 2012:162)

A esse respeito, o historiador Petrônio Domingues afirma que a supervalorização da Frente Negra pelo jornal *Chicago Defender*¹⁹ remonta uma “inserção transnacional e repercussão política da organização dos negros brasileiros no circuito afro-atlântico” (2012), indicando que a mobilização racial no Brasil exercia função de referência para muitos norte-americanos.

Tamanha notoriedade exigia da Frente bastante disciplina. Administrativamente, estava estruturada numa hierarquia rigorosa, com centralidade de poder. No transcorrer de sua trajetória foi presidida por Arlindo Veiga dos Santos²⁰ até 1934 e, posteriormente Justiniano Costa. Um Grande Conselho geria sua matriz, em São Paulo e as filiais nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, e Espírito Santo. Organizações homônimas surgiram em Pelotas e na Bahia. Sua principal fonte de renda provinha da mensalidade de associados. Manipulou uma série de símbolos identitários como a bandeira, o hino e a carteira do associado, bem como fomentou um batalhão paramilitar, conhecido como Milícia Frentenegrina.

¹⁹ Periódico fundado em 1905, na cidade de Chicago por Robert S. Abbott. Voltado para a comunidade negra desde a sua fundação, denunciou a injustiça racial e pautou junto aos movimentos sociais muitas das conquistas afro-americanas. Tinha uma edição diária, distribuída na região de Chicago, e uma edição semanal que circulava nacionalmente.

²⁰ Uma das principais lideranças negras na primeira metade do século XX, Arlindo Veiga dos Santos foi professor da PUC-SP. Poeta, recebeu menção honrosa da Academia Brasileira de Letras, com os poemas de *Amar... e amar depois*.

Indiscutivelmente, a “instrução” de crianças e jovens negros foi o principal alvo da instituição, para que essa ocasionasse a integração total da comunidade negra na sociedade brasileira. Com tal finalidade, manteve cursos de educação básica para crianças e adultos, cursos profissionalizantes e uma biblioteca. Abordava a importância do negro na construção da nação e artigos sobre a origem comum da humanidade eram publicações comuns nas folhas do seu canal de comunicação. Grupo musical e teatral, time de futebol, departamento jurídico e atendimento odontológico e médico eram serviços disponíveis para seus filiados.

Outro departamento relevante da organização era o de Colocações Domésticas, que “funcionava como uma espécie de agência de emprego” (DOMINGUES, 2006:357). Dado o cenário desfavorável às mulheres negras, o departamento objetivava adquirir serviços domésticos para as fretenegrinas. Dois outros espaços da FNB eram de responsabilidade feminina: a *Cruzada Feminina* e as *Rosas Negras* se ocupavam de atividades de assistência social e recreativas, como organização de saraus e festivais. Embora a maioria dos estudos sobre a Frente Negra negligenciem a atuação das mulheres negras na instituição, é importante observar que o fomento de atividades recreativas foi um instrumento significativo de união e coesão dos associados.

Apesar de toda essa estrutura sistemática e diagnóstico racial, a Frente não conseguiu isentar seus militantes de uma sociedade dicotômica, projetada em moldes eurocêntricos. Alguns se filiaram ao integralismo, aliando-se à direita conservadora nacional e outros, ao comunismo, projetando sua luta numa corrente marxista de revolução social. A presença desses pensamentos dividiu o movimento em correntes políticas radicalmente contrárias (PIRES, 2006). Em 1936 a Frente Negra se transformou em partido político, sendo extinto, em 1937 devido ao estabelecimento da ditadura do Estado Novo.

Com o intuito de possibilitar essa integração negra à sociedade brasileira, outras organizações se desenvolveram num período simultâneo ao da FNB. Em São Paulo mesmo, podemos citar a Frente Negra Socialista e o Clube Negro de Cultura Social, ambas de 1932; a Legião Negra de 1934 em Uberlândia e a Sociedade Henrique Dias, em Salvador, 1937. Enfatizamos que as entidades desse período possuem um discurso de afirmação racial e exaltação patriota, amplo diálogo com tendências ideológicas vigentes além de uma estratégia de integração. A busca pela cidadania negra é pela via educacional, pois o despreparo seria a causa da marginalização da comunidade. Podemos

observar que as práticas culturais desenvolvidas durante esse período destoam das outras fases. Abordados nos periódicos estão os saraus literários, eventos cívicos, bailes, sambas e carnavais. O posicionamento em relação a símbolos da cultura africana é expresso constantemente, tendo em vista que a aproximação com estas pudesse degenerar moralmente os bailes e salões (PIRES, 2006).

1.2 A SEGUNDA FASE: SISTEMATIZAÇÃO DE REIVINDICAÇÕES

O período compreendido de 1937 a 1945, duração do Estado Novo, foi identificado por uma repressão política acentuada, representando um íterim de obstrução de qualquer movimento popular reivindicatório²¹. Em contrapartida, sociedades de dança e clubes sociais permaneceram em funcionamento, além de um desenvolvimento notório das escolas de samba – sob controle do regime²². Na medida em que a ditadura Vargas declinou, se iniciou o processo de redemocratização política, na qual podemos observar tentativas de reconstrução do movimento negro da década de 1930. Antônio Sérgio Guimarães, em alusão ao período de redemocratização e às organizações negras surgidas naquele cenário, sugere que foi um período de amadurecimento:

Primeiro, porque a discriminação racial, à medida que se ampliavam os mercados e a competição, também se tornava mais problemática; segundo, porque os preconceitos e os estereótipos continuavam a perseguir os negros; terceiro, porque grande parte da população “de cor” continuava marginalizada em favelas, mucambos, alagados e na agricultura de subsistência. (GUIMARÃES, 2002:88)

Conforme o pesquisador, “os negros em ascensão social que verbalizarão com maior contundência os problemas da discriminação, do preconceito e das desigualdades”

²¹ Implementado em 10 de novembro de 1937, pelo presidente Getúlio Vargas, o Estado Novo foi um regime ditatorial inspirado no modelo nazifascista europeu, em vigor no período. O regime encerrou as atividades do Congresso Nacional, ao tempo em que outorgou uma nova Constituição. Além de coibir movimentos populares reivindicatórios, determinou o encerramento de partidos políticos. Ver: TAVARES, José Nilo. *Getúlio Vargas e o Estado Novo. O feixe e o prisma: uma revisão do Estado Novo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1991(v. 1).

²² Indicamos: ROSA, Marcus Vinícius de F. *Quando Vargas caiu no samba: um estudo sobre os significados do carnaval e as relações sociais estabelecidas entre os poderes públicos, a imprensa e os grupos de foliões em Porto Alegre durante as décadas de 1930 e 1940*. (Dissertação de Mestrado – UFRGS, 2008).

(GUIMARÃES, 2002: 89). Em razão da hostilidade dos brancos em relação às organizações negras, o brasilianista George Reid Andrews (1998), argumenta que a “militância deste período estará limitada a um objetivo, concentrando-se em atividades sociais, culturais e educacionais, conseqüentemente omitindo-se do sistema político brasileiro”, premissa que não se confirmará, tendo em vista que o arsenal de lutas empreendidas nessa segunda fase incluem espaços de reflexão política, onde se desenvolveram ações visando à sensibilização da elite branca para o problema do negro no país (NASCIMENTO, 2017).

Algumas iniciativas e coletivos desse período merecem destaque. Os encontros acadêmicos são empreendimentos determinantes para organicidade negra:

Bem consciente dos obstáculos especiais enfrentados pelos negros que procuravam educação superior, a Convenção Nacional do Negro Brasileiro realizada em São Paulo em novembro de 1945, um mês depois da derrubada da ditadura de Vargas, decidiu concentrar seus esforços para alcançar dois objetivos na Assembleia Constituinte que estava por se reunir e que iria ser convocada em 1946 para escrever a Carta para a Segunda República do Brasil. O primeiro objetivo era conseguir que o preconceito e a discriminação raciais fossem declarados ofensas criminais; e o segundo era a instituição de um programa especial de bolsas de estudo federais para estudantes negros nos cursos de segundo grau, universidades e escolas técnicas. (ANDREWS, 1998: 247)

Apesar do intuito, nenhuma dessas metas foi incorporada a Constituição de 1946. A Lei Afonso Arinos, de número 1.390, só foi aprovada pelo Congresso Nacional em três de julho de 1951, tornando a discriminação racial uma contravenção penal. O episódio ocorrido no Brasil com a dançarina negra Katherine Dunham, internacionalmente famosa e militante dos direitos dos negros, a quem foi negada hospedagem por um hotel de São Paulo repercutiu mundialmente, constrangendo os brasileiros propagadores de uma democracia racial que comparavam as relações étnicas no Brasil e o racismo praticado nos Estados Unidos e na África do Sul, público e institucionalizado. Já a reivindicação de reserva de vagas para negros, no âmbito da educação, é sancionada tardiamente em 2012, pelo Governo Federal, em meio a discussões calorosas entre intelectuais, legisladores e sociedade civil.

Uma das organizações destacadas para essa segunda fase é a União dos Homens de Cor, comumente chamada de UHC. Esse coletivo foi fundado em janeiro de 1943, no município de Porto Alegre, por João Cabral Alves. De caráter expansionista, se alastrou

para outros 11 estados da federação: Minas Gerais, Santa Catarina, Bahia, Maranhão, Ceara, Rio Grande do Sul, São Paulo, Espírito Santo, Piauí e Paraná. Segundo a pesquisadora Joselina da Silva, a organização

(...) tinha como um dos seus objetivos, expressos no artigo 1º do estatuto, no capítulo das finalidades: “elevar o nível econômico, e intelectual das pessoas de cor em todo o território nacional, para torná-las aptas a ingressarem na vida social e administrativa do país, em todos os setores de suas atividades”. A rede constituía-se de uma complexa e sofisticada estrutura organizativa, já preconizada desde os seus primórdios. As diretorias estaduais e municipais dividiam-se nos cargos de presidente (no município, denominava-se presidente ou chefe municipal), secretário geral (no município eram primeiro e segundo secretários), tesoureiro, inspetor-geral, chefe do departamento de saúde e conselheiros/diretores. Os departamentos de saúde e de educação, em alguns estados, estavam sob a coordenação da mesma pessoa. A diretoria nacional, composta pelos fundadores, possuía a mesma formação que as estaduais, diferenciando-se apenas pela existência de um consultor jurídico. O grupo se sustentava nacionalmente numa rede articulada por chefes municipais da capital. (SILVA, 2003:225)

Sob a ótica do número de adeptos, podemos considerar a UHC, principal organização negra do período pós Estado Novo. O fortalecimento de lideranças a nível regional, “por estarem ligadas a uma conexão nacional de homens negros com destacada atuação social e política nas suas regiões” (*Idem*), contribuía para o alargamento da entidade. Para dinamizar de forma prática a difusão de suas produções e atividades, o periódico *Nosso Jornal*, informativo da UHC, poderia ser impresso e reproduzido em todos os estados onde tivesse uma filial.

Embora a Frente Negra Brasileira tenha registrado maior número de associados, podemos verificar semelhanças nas duas organizações: a estrutura organizacional supracitada e modos de atuação, como o apelo a educação como possibilidade primeira de integração social. Um dos direcionamentos do seu estatuto, por exemplo, orientava que todo membro alfabetizado se responsabilizasse pelo letramento de pelo menos um membro da organização, para que seus quadros fossem todos alfabetizados. Do mesmo modo, a inserção no mercado de trabalho, serviços de assistência médica e jurídica e direito a moradia, foram estratégias da *Uagacê* para o “alevramento das pessoas de cor”.

Estabelecer parcerias e alianças com lideranças políticas não negras também se encontra na série de artifícios da organização. A preocupação em inserir seus

representantes em cargos eletivos e atrair negros parlamentares (estaduais ou municipais) para aliam-se aos quadros da organização pode ser percebida em suas publicações. Segundo o historiador Petrônio Domingues, representantes da UHC também foram recebidos por Getúlio Vargas, então presidente, apresentando-lhe algumas demandas em benefício da comunidade negra.

Em menor proporção numérica, o Teatro Experimental do Negro, surgido em 1944, no estado do Rio de Janeiro também é um expoente das organizações negras do período. De acordo com a pesquisadora Daniela Rosa, a entidade teria como principal projeto “estabelecer o negro como autor, diretor e ator, além de ter buscado representar dramas que se aproximassem daqueles vividos pelo negro na sociedade brasileira” (2007:17). Abdias do Nascimento, precursor do TEN assumiu como objetivos da organização os critérios a seguir:

- a. resgatar os valores da cultura africana, marginalizados por preconceito à mera condição folclórica, pitoresca ou insignificante;
- b. através de uma pedagogia estruturada no trabalho de arte e cultura, tentar educar a classe dominante “branca”, recuperando-a da perversão etnocentrista de se autoconsiderar superiormente europeia, cristã, branca, latina e ocidental;
- c. erradicar dos palcos brasileiros o ator branco maquiado de preto, norma tradicional quando a personagem negra exigia qualidade dramática da intérprete;
- d. tornar impossível o costume de usar o ator negro em papéis grotescos ou estereotipados: como moleques levando cascudos, ou carregando bandejas, negras lavando roupa ou esfregando o chão, mulatinhas se requebrando, domesticados Pais Joões e lacrimogêneas Mães Pretas;
- e. desmascarar como inautêntica e absolutamente inútil a pseudocientífica literatura que a pretexto de estudo sério focalizava o negro, salvo raríssimas exceções, como um exercício esteticista ou diversionista: eram ensaios apenas acadêmicos, puramente descritivos, tratando de história, etnografia, antropologia, sociologia, psiquiatria, e assim por diante, cujos interesses estavam muito distantes dos problemas dinâmicos que emergiam do contexto racista da nossa sociedade. (NASCIMENTO, 2017:161-2)

A primeira peça montada pelo TEN foi *O Imperador Jones*²³, um texto de Eugene O'Neill, ganhador do prêmio Nobel de Literatura, em 1936. Encenada no dia 8 de maio de 1945, no Theatro Municipal do Rio de Janeiro, a peça contava com atrizes e atores negros que haviam tido aulas de iniciação artística, dadas pelo teatro negro, já que

²³ Segundo Nascimento, “Jones resumia a experiência do negro no mundo branco, onde, depois de ter sido escravizado, libertam-no e o atiram nos mais baixos desvãos da sociedade. Transviado num mundo que não é o seu, Brutus Jones aprende os maliciosos valores do dinheiro, deixa-se seduzir pela miragem do poder” (2014:12).

cotidianamente estavam ligados a toda sorte de trabalhos braçais. Outros textos do dramaturgo estadunidense foram encenados pela companhia teatral, representando o primeiro texto brasileiro, escrito especialmente para o grupo, apenas, em dezembro de 1947.

Além de suas realizações teatrais, variou sua linha de atuação promovendo atividades de natureza cultural e política. O Teatro Experimental do Negro fomentou concursos de artes plásticas e beleza feminina; articulou concertos musicais; criou cursos de alfabetização e iniciação cultural; e organizou conferências, congressos, convenções, semanas de estudos e seminários dedicados à questão racial no Brasil.

O I Congresso do Negro Brasileiro, que tem sido o mais destacado pela historiografia, ocorrido em 1950, se colocou como continuidade dos I e II Congressos Afro-Brasileiros (MACEDO, 2016:285). Realizados em Recife e Salvador, 1934 e 1938, respectivamente organizados por Gilberto Freyre e Edison Carneiro, refletiam a admissão da população negra e suas manifestações culturais no rol de interesses de pesquisadores e intelectuais. Nessa perspectiva de refletir sobre as relações raciais, o TEN foi pioneiro em trazer para o país as propostas do movimento da *négritude francófona*²⁴. O trabalho de Ironildes Rodrigues, apresentado neste I Congresso, intitulado Estética e Negritude, “sugeriu uma valorização da noção de pertencimento racial e de elementos culturais associados à África” (Macedo, 2016:287), levantando uma série de conflitos a respeito da noção de raça e das possibilidades de luta antirracista. Guerreiro Ramos, membro do

²⁴ De acordo com Aimé Césaire, *négritude* é o ato de assumir ser negro e consciente de uma identidade, história e cultura específica. Césaire definiu a *négritude* em três aspectos: identidade, fidelidade e solidariedade. Já o poeta senegalês Léopold Sédar Senghor, expoente do movimento, garante existir uma "alma negra" inerente à estrutura psicológica do africano. A "alma negra" teria uma natureza emotiva em detrimento à racionalidade do branco. Para Kabengele Munanga, “a *négritude* nasce de um sentimento de frustração dos intelectuais negros por não terem encontrado no humanismo ocidental todas as dimensões de sua personalidade. Nesse sentido, ela é uma reação, uma defesa do perfil cultural do negro” (1986:57). Surgido nos EUA, o movimento da *négritude* adquiriu corpo e foi sistematizado na França. Em sua fase inicial, o movimento tinha um caráter cultural: o principal argumento era de negação da política de incorporação europeia. Para rejeitar esse processo de alienação, os protagonistas da ideologia da *négritude* passaram a resgatar e a enaltecer os valores e símbolos culturais de matriz africana. No decorrer do tempo, o eixo do movimento se ampliou para uma construção da/de uma consciência negra e seus adeptos passaram a protestar contra a ordem colonial e a lutar pela emancipação política dos povos africanos. Assim sendo, após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o movimento da negritude estreou uma nova fase: inserir as suas propostas ideológicas a serviço da causa política maior, a libertação das colônias africanas do jugo europeu. No Brasil, o Teatro Experimental do Negro é considerado o coletivo responsável por inserir o movimento da *négritude* nas perspectivas de análise das relações raciais aqui.

TEN²⁵, afirmou que a *négritude* permitiu libertá-los “do medo e da vergonha de proclamar sua condição racial” (1968:50). Assim, o TEN apresentou às organizações negras a proposta de valorização identitária como bandeira de luta.

Sem fugir a “regra” das organizações negras, o Teatro Experimental do Negro também editou um folheto destinado a noticiar e discutir “a vida, os problemas e aspirações” do povo negro. O jornal *Quilombo* foi lançado em 1948, tendo como objetivos e propostas:

1. colaborar na formação da consciência de que não existem raças superiores nem servidão natural, conforme nos ensina a teologia, a filosofia e a ciência;
2. esclarecer ao negro de que a escravidão significa um fenômeno histórico completamente superado, não devendo, por isso, constituir motivo para ódios ou ressentimentos e nem para inibições motivadas pela cor da epiderme que lhe recorda sempre o passado ignominioso;
3. lutar para que, enquanto não for tornado gratuito o ensino em todos os graus, sejam admitidos estudantes negros, como pensionistas do Estado, em todos os estabelecimentos particulares e oficiais de ensino secundário e superior do país, inclusive nos estabelecimentos militares;
4. combater os preconceitos de cor e de raça e as discriminações que por esses motivos se praticam, atentando contra a civilização cristã, as leis e a nossa constituição;
5. pleitear para que seja previsto e definido o crime da discriminação racial e de cor em nossos códigos, tal como se fez em alguns estados de Norte-América e na Constituição Cubana de 1940. (QUILOMBO, 9 de dez. de 1948.)

Num espaço denominado “Nosso programa” são apresentados os cinco tópicos, dentre os quais encontramos objetivos pleiteados na Convenção Nacional do Negro, ocorrida dois anos antes do primeiro número do jornal.

Além de usar este espaço para divulgação de peças teatrais, conjuntamente desenvolveram críticas à democracia racial e ao preconceito racial, bem como a relação de interdependência entre ambos:

Será que por ausência de preconceito que quase nenhuma das ordens religiosas existentes no Brasil recebe pessoas de cor no seu seio – salvos como leigos, que dizer, como criados? E que os colégios grã-finos não aceitam alunos ou alunas de cor? E que a Light (e o governo fecha os olhos ante isso) não admite telefonistas de cor? E que nenhuma loja das ditas elegantes daqui do Rio, de São Paulo e de outras capitais, emprega vendedores de cor? Já viu manicuras e cabeleireiras de cor nos salões de beleza de luxo? Leu no livro de Mário filho

²⁵ Alberto Guerreiro Ramos, nascido em setembro de 1915, na cidade de Santo Amaro da Purificação (Bahia), foi cientista social e professor universitário. Desenvolveu pesquisas no campo das relações raciais, tornando-se referência internacional, ao tempo em que sua memória foi “esquecida” pela academia brasileira.

o que foi a batalha para se introduzirem jogadores negros nos clubes de futebol carioca? Sabe que nenhum bar da área atlântica, em Copacabana, permite que se sente às suas mesas algum freguês de cor? E que a restrição era feita no cassino – e ainda é feita em certas “boites” ou cabarés de alta sociedade? E que tanto o hotel Serrador como outras hospedarias de alto bordo adotam como linha de conduta não tolerar hóspedes de cor... [...] Se isso não é discriminação racial – e, mais grave ainda, discriminação admitida e amparada pelo governo – que nome lhe daremos? (Quilombo, dez de 1948 p.2. Apud DOMINGUES, 2008: 265-266)

Esse fragmento do artigo de Raquel de Queiroz, na coluna do jornal denominada “Arquivo” reflete um o posicionamento didático do coletivo, no intuito de “fazer com que o próprio negro tomasse consciência da situação objetiva em que se achava inserido” (NASCIMENTO, 2004:211). Para o historiador Petrônio Domingues, “o artigo de Raquel de Queiroz traçava um painel panorâmico do regime não declarado de segregação racial a que o negro ficava exposto em vários lugares do Brasil, na década de 1940” (DOMINGUES, 2008, p. 266).

A coluna “Democracia Racial” levanta questionamentos acerca da possibilidade de um posicionamento ambíguo da organização. A primeira matéria, sob alcunha de “*A atitude brasileira*”, foi escrita por Gilberto Freyre:

Não há exagero em dizer-se que no Brasil vem se definindo uma democracia étnica contra a qual não prevaleceram até hoje os esporádicos arianismos ou os líricos, embora às vezes sangrentos melanismos que, uma vez por outra, se têm manifestado entre nós. Há decerto entre os brasileiros preconceito de cor. Mas estão longe de constituir o ódio sistematizado, organizado, arregimentado, de branco contra preto ou de ariano contra judeu ou de indígena contra europeu que se encontra em outros países de formação étnica e social semelhante à nossa. (Quilombo n°. 1. dez. de 1948. Apud ROSA, 2007: 83)

Freyre ainda encerra seu texto argumentando que “devemos estar vigilantes, os brasileiros de qualquer origem, sangue ou cor, contra qualquer tentativa que hoje se esboce no sentido de separar, no Brasil, “brancos” de “africanos”” (idem, 2007:83). Considerando que esse espaço esteve aberto para todos que quisessem debater sobre a temática, Domingues argumenta que esse episódio pode estar associado a tentativa de “livrar o jornal de qualquer possibilidade de ser estigmatizado negativamente. [...] investir na formação de uma cruzada multicolor foi uma tática utilizada para se eximir da imagem de intolerância ou sectarismo junto à opinião pública” (DOMINGUES, 2008: 268).

Outros periódicos também surgiram nessa fase: Redenção (1950) e A Voz da Negritude (1952) no Rio de Janeiro; Alvorada (1945), O Novo Horizonte (1946) e Notícias de Ébano (1957) em São Paulo, junto com a revista Senzala (1946), bem como outras organizações em múltiplos lugares do país. O Grêmio Literário Cruz e Souza (1943) e a Associação José do Patrocínio (1951), em Minas Gerais são exemplos de organizações que já empreendiam a luta antirracista.

1.3 UNIFICAÇÃO DA LUTA E REDEMOCRATIZAÇÃO: A TERCEIRA FASE (1978)

A Ditadura Cívico-Militar, instaurada em 1964, desarticulou as frentes de combate ao “preconceito de cor”. Produções culturais, reuniões e manifestações contra discriminação foram interpretadas como subversivas ou atentados à segurança nacional, pela censura e agentes de controle social. A questão racial integrava as temáticas consideradas crimes pela legislação do regime militar.

Para as estruturas repressivas essas temáticas eram um incômodo e foi objeto de vigilância, especialmente a bandeira do combate à violência policial, a qual o setor de informação do DEOPS compôs uma pasta sobre as notícias veiculadas na grande imprensa acerca das denúncias dos movimentos negros à violência policial. O regime militar classificava essas diversas campanhas como subversão e reprimiu com detenção alguns de seus participantes (KOSSING, 2007:40)

Apesar da Lei de Segurança Nacional, em seu artigo de nº 33, sinalizar como crime incitar publicamente “*ao ódio ou à discriminação racial*”²⁶, o regime militar desenvolveu um notório receio em relação às lutas antirracistas. A divulgação do racismo brasileiro pelas organizações negras ameaçava negativamente “o bom nome, a autoridade, o crédito ou o prestígio do Brasil” (FICO, 2004:356). A democracia racial se tornou alicerces do nacionalismo nutrido pelo regime militar:

Nos anos de ditadura militar, entre 1968 e 1978, a “democracia racial” passou a ser um dogma, uma espécie de ideologia do Estado Brasileiro. Ora, a redução do antirracismo ao antirracismo, e sua utilização para negar os fatos de discriminação e as desigualdades raciais, crescentes no país, acabaram por

²⁶ Lei de Segurança Nacional de 11.03.1967.

formar uma ideologia racista, ou seja, uma justificativa da ordem discriminatória e das desigualdades raciais realmente existentes. (GUIMARÃES, 1999:66)

Nesse sentido, internacionalmente, o regime militar utilizava demasiadamente a retórica de valorização das origens africanas da cultura brasileira. Caso emblemático de conflito no âmbito internacional ocorreu com o militante e intelectual negro Abdias do Nascimento²⁷: o Itamaraty excluiu o Teatro Experimental do Negro da delegação enviada para o I Festival Mundial das Artes Negras (1966), ocorrido em Dakar, no Senegal. Tendo em vista que o Estado Brasileiro havia estreitado os laços comerciais com alguns países africanos, não era de interesse do regime arranhar a imagem de paraíso racial dos trópicos; outra desvantagem poderia ser a aproximação de militantes negros brasileiros com ativistas das independências africanas, presumindo os processos políticos ocorridos no continente na década em questão, sobretudo em virtude da influência socialista considerada por algumas lideranças.

O contexto social de Abertura Política transparece nos discursos do chamado Movimento Negro Contemporâneo. Essa terceira fase representa um aperfeiçoamento no modo de pensar a luta negra e de pensar a própria sociedade brasileira. O baluarte da mobilização desloca de uma inserção no modelo social vigente para um reconhecimento e apreciação de valores negros e africanos que serviram de sustentáculo para as lutas empreendidas a partir de então.

Nessa perspectiva de “sofisticação”, as referências externas são indiscutivelmente importantes. Nos Estados Unidos da década de 60, os conflitos raciais e as mobilizações em prol dos direitos civis geridas por líderes como Malcolm X, Martin Luther King e Marcus Garvey; organizações como o partido dos *Panteras Negras* e *Black Power* e até mesmo o *funk* e a *soul music* influenciaram a luta brasileira. As notícias de independência dos países africanos, principalmente os de colonização portuguesa, também revelaram uma solidariedade para além do Atlântico.

²⁷ Nascido em 14 de março de 1914, em Franca (interior de São Paulo), Abdias do Nascimento nasceu no seio de uma família popular, com pai sapateiro e mãe doceira. Em sua trajetória podemos destacar a participação direta e indireta nas três fases do movimento negro brasileiro, elucidadas no primeiro capítulo. Inúmeras são as pesquisas que se debruçaram sobre sua história de vida pessoal e política. Destacamos: MACEDO (2005), ALMADA (2010) e CUSTÓDIO (2012), além de documentários produzidos pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Afro Brasileiros (IPEAFRO).

Embora reconheçamos toda sorte de influências externas, a realidade brasileira foi a força motriz para a (re)constituição do Movimento Negro nos anos 70. As primeiras organizações a retomar a militância negra, submetidos ao temor do regime, basearam-se num discurso de recuperação da identidade étnica e cultural. Assim sendo, novos grupos de teatro negro foram fundados, com destaque para o Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN), além da realização da Semana de Arte e Cultura Negra em São Paulo, 1975. Para o Rio de Janeiro, destacamos o Renascença Clube, com a realização de bailes-soul, ponto de encontro de militantes do MN no estado. Em Salvador, no ano de 1974, a Sociedade de Estudos da Cultura Negra no Brasil – SECNEB realizava junto ao Museu de Arte Moderna, uma semana afro-brasileira. A Sociedade Cultural Bloco Afro Ilê Aiyê, surgida no bairro do Curuzú, no mesmo ano, é outra expressão de grupos negros interessados na cultura e história africana e afro-brasileira.

A atuação das organizações supracitadas, concebeu uma conjuntura propícia ao surgimento do Movimento Negro Unificado (MNU) no final da década. No entanto, a postura diferenciada adotada por essa organização, fomentará um debate em torno das diferentes formas de atuação. Práticas *culturalistas* e *políticas* são debatidas em tom de contrariedade, até que:

[...] no início da década de 1980, o MNU, neste momento concebido como um porta-voz da nova fase, percebe que as relações de poder são parte da cultura, em oposição a outras visões que excluem do seu universo cultural as relações de poder. Desta forma, a adoção de linguagens artísticas ou a articulação destas com linguagens políticas não despolitiza a mensagem de combate ao racismo dos movimentos negros. Foi assim que a atuação político-cultural criou as condições para a fundação de entidades políticas, como o MNU. (QUEIROZ, 2010: 102)

Posto isso, verificamos que a fundação do Movimento Unificado Contra Discriminação Racial (MUCDR), no dia sete de julho de 1978, nas escadarias do Theatro Municipal de São Paulo, trouxe consigo a apresentação de uma das maiores contribuições teóricas produzidas pela militância negra. A conversão da democracia racial em fato político foi estratégia primeira de corrosão da ideologia racial oficial, assumindo também a postura de derrocada do culto à Mãe Preta²⁸ e ao 13 de maio, elegendo o 20 de novembro como data celebrativa da comunidade negra.

²⁸ Em alusão às “amas de leite”, escravizadas que amamentavam os filhos e filhas de seus senhores, a imagem a Mãe Preta foi reinterpretada como um símbolo de passividade a ser execrado.

Parte significativa da intelectualidade negra, que sustentava teoricamente o movimento, articulou a linguagem marxista, notadamente no uso do conceito de classe, com a crítica social traduzida em termos raciais. Não por acaso, estampado em quase todos os panfletos e manifestos políticos dessa época estava o jargão *raça e classe*. (RIOS, 2012:46)

Essa conjunção entre raça e classe situou a organização numa perspectiva a esquerda, ao tempo em que tentava “convence-los” da importância do debate racial no Brasil, visto que o conceito de *raça* seria o “carro-chefe” para explicar a história do país. Essa tendência teria afastado a organização das práticas culturais, revelando as disputas políticas dentro da entidade.

Além das denúncias contra o racismo e valorização da história e cultura africanas e afro-brasileiras, o (MUCDR) desenvolveu um intenso trabalho de organização em vários estados do Brasil. No primeiro Congresso, reunidos delegados de vários outros estados, a organização simplificou o nome para Movimento Negro Unificado (MNU). Seu segundo Congresso Nacional, realizado em setembro do mesmo ano, na cidade do Rio de Janeiro, aprovou a Carta de Princípios, o Estatuto e o Programa de Ação. Já o terceiro encontro vai aprovar o 20 de Novembro como o Dia da Consciência Negra:

“AO POVO BRASILEIRO! MANIFESTO NACIONAL DO MNUCDR - MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL - A ZUMBI - 20 DE NOVEMBRO: DIA NACIONAL DA CONSCIÊNCIA NEGRA

Nós, negros brasileiros, orgulhosos por descendermos de ZUMBI, líder da República Negra de Palmares, que existiu no Estado de Alagoas, de 1595 a 1695, desafiando o domínio português e até holandês, nos reunimos hoje, após 283 anos, para declarar a todo o povo brasileiro nossa verdadeira e efetiva data: 20 de novembro – DIA NACIONAL DA CONSCIÊNCIA NEGRA!

Dia da morte do grande líder negro nacional, ZUMBI, responsável pela PRIMEIRA E ÚNICA tentativa brasileira de estabelecer uma sociedade democrática, ou seja, livre, e em que todos – negros, índios e brancos – realizaram um grande avanço político e social. tentativa esta que sempre esteve presente em todos os quilombos.

Hoje, estamos unidos numa luta de reconstrução da sociedade brasileira, apontando para uma nova ordem, onde haja a participação *real e justa* do negro, uma vez que somos *os mais oprimidos dos oprimidos*, não só aqui, mas em todos os lugares onde vivemos.

Por isso negamos o 13 de maio de 1888, dia da abolição da escravatura, como um dia de libertação. Por que? Porque nesse dia foi assinada uma lei que apenas ficou no papel, encobrendo uma situação de dominação em que até hoje o negro encontra: JOGADO NAS FAVELAS, CORTIÇOS, ALAGADOS E INVASÕES, EMPURRADO PARA A MARGINALIDADE, A PROSTITUIÇÃO, A MENDICÂNCIA, OS PRESÍDIOS, O DESEMPREGO

E O SUBEMPREGO e tendo sobre si ainda, o peso desumano da VIOLÊNCIA E REPRESSÃO POLICIAL.

Por isso, mantendo o espírito de luta dos quilombos, GRITAMOS contra a situação de exploração a que estamos submetidos, lutando contra o RACISMO e toda e qualquer forma de OPRESSÃO existente na sociedade brasileira, e pela MOBILIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO da comunidade, visando uma REAL emancipação política, econômica, social e cultural.

Desde o dia 18 de junho somos o MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL, movimento que se propõe a ser um canal das reivindicações do negro brasileiro e que tem suas bases nos CENTROS DE LUTA, formados onde quer que o negro se faça presente. É preciso que o MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL se torne forte, ativo e combatente, mas para isso é necessário a participação de todos, afirmando o 20 de novembro como DIA NACIONAL DA CONSCIÊNCIA NEGRA! PELO DIA NACIONAL DA CONSCIÊNCIA NEGRA! PELA AMPLIAÇÃO DO MNUCDR! POR UMA VERDADEIRA DEMOCRACIA RACIAL! PELA LIBERTAÇÃO DO POVO NEGRO!” (NOVEMBRO, 1978)

A partir do Manifesto do Dia Nacional da Consciência Negra, a busca por referências no que diz respeito as resistências negras, se constituiu em formato de reivindicação de uma revisão histórica: “... pela reavaliação do papel do negro na história do Brasil; pela inclusão da disciplina história da África nos currículos escolares” (MNU, 1982). Levando em consideração as contradições presentes numa sociedade alicerçada no escravismo, inferiorização e marginalização do negro, a elevação de aspectos positivos da história e cultura africanas ou afro-brasileiras é demasiadamente significativa para a revelação de uma identidade racial positiva que esteve ofuscada pelo mito da democracia racial.

Considerado um marco histórico na historiografia brasileira, o MNU possibilitou a formação de outras organizações em diferentes regiões do país, a qual creditamos a estratégia de realização e manutenção de encontros regionais e estaduais de negros. Logo em 1979 surgiram o Centro de Cultura Negra (CCN) no Maranhão e a Associação Cultural Zumbi, em Maceió; em Salvador, os blocos afros Olodum e Malê Debalê. Os periódicos também se reorganizaram, com destaque para o SINBA, 1977; AFRICUS, 1982 e NZINGA, 1984. Todos no Rio de Janeiro.

Durante a década de 80, novas estratégias de atuação surgiram:

[...] com a volta das eleições diretas para os governos estaduais em 1982 e com a consequente vitória de candidatos da oposição ao regime militar em estados importantes como Rio de Janeiro e São Paulo, havia a partir de então em vários estados, por exemplo, ativistas negros que buscavam a construção de espaços de interlocução com os poderes públicos, especificamente nas esferas dos

poderes Executivo e Legislativo. Nesse momento foram criados os primeiros órgãos governamentais para tratar das questões relacionadas à população negra brasileira. (PEREIRA, 2010:288)

Apesar da significativa participação de militantes negros em partidos políticos de esquerda, observamos também alguns discursos mais radicais, que concebiam a militância negra de forma independente por conta do posicionamento reducionista dos partidos de esquerda. A tendência que apontava para uma redução da discriminação racial na medida em que o problema de classe fosse superado, se tornou mais nítida conforme agentes do MN tiveram melhor oportunidade e acesso a espaços dentro do Estado.

A criação do Conselho da Comunidade Negra, em meio a polêmicas e constrangimento do governador Montoro²⁹, é outro aspecto a ser sublinhado na década de 80. Ativistas que transitavam entre o movimento negro e partidos políticos foram escolhidos para criar o Conselho, com foco em três eixos diferente: promover políticas públicas no estado de São Paulo, acompanhar o cumprimento das deliberações da plenária do Conselho e assistir as vítimas de discriminação racial. (SANTOS:)

As eleições para a Assembleia Nacional Constituinte também movimentaram a luta antirracista em meados da década de 80. O MNU organizou uma Convenção Nacional “o Negro e a Constituinte” para articular várias organizações de luta antirracista. Apesar dos embates e divergências, a criminalização do racismo e a regularização das terras de quilombolas foram as duas pautas consensuais do encontro. As demandas foram devidamente supridas, com a outorga da “Constituição Cidadã” em 1988.

O centenário da abolição da escravatura também remete ao ano de 1988, singularidade, tendo em vista que entidades do Movimento Negro e instituições estatais organizavam atividades em prol da data. Deliberadamente, as ações empreendidas pelas organizações negras optaram por contestar a comemoração do centenário que havia sido preparado oficialmente. Um dos principais eventos organizados pelos coletivos negros foi a “Marcha Contra a Farsa da Abolição”, realizada em maio de 1988, no centro do Rio de Janeiro. Com um cartaz provocativo intitulado “Nada Mudou-Vamos Mudar”, a

²⁹ André Franco Montoro, nascido em São Paulo no ano de 1916, foi eleito governador de São Paulo em novembro de 1982, na primeira eleição direta para o cargo, no seio do processo de Abertura Política. Foi professor universitário e ocupou cargos de secretário-geral do Serviço Social na Secretaria de Justiça de São Paulo, migrando para a função de procurador do estado de São Paulo na década de 40. Foi Ministro do Trabalho e da Previdência Social no governo Goulart. Durante a vigência do bipartidarismo, integrou o Movimento Democrático Brasileiro, sendo eleito deputado federal e senador sob essa legenda. Protagonizou, em 1984, as páginas de jornais em São Paulo, por ser um dos artífices da campanha das Diretas Já.

marcha ganhou repercussão dentro e fora do Brasil em consequência da ampla vigilância militar.

A demarcação de fases desse complexo movimento social não elimina os intercâmbios ocorridos através de militantes mais velhos e mais jovens. Essa teia disseminou elementos durante a trajetória da militância negra no Brasil, ao longo de épocas e contextos históricos diversos.



CAPÍTULO II

“TODO PODER AOS NEGROS”:

RELAÇÕES E PRÁTICAS POLÍTICAS DAS ORGANIZAÇÕES NEGRAS*

“Eu acho que o movimento negro, e todos os outros devem também se posicionar porque, se nós ficarmos ausentes da arena política não estaremos ocupando espaço. O negro aqui tem que se apresentar para exigir a sua participação, não a participação simplesmente de massa mas a participação em todos os escalões de decisão (...)”³⁰

O ato público de fundação do Movimento Negro Unificado Contra Discriminação Racial³¹ se tornou referência de inauguração de uma nova fase do movimento negro contemporâneo. Pela quantidade de organizações negras que assinaram a carta de fundação e endossaram o discurso de construção de “uma verdadeira democracia racial”³² e pelo apoio dos setores democráticos da sociedade, demonstrando a execução do objetivo de ampliar o movimento.

De acordo com depoimentos cedidos aos pesquisadores Amilcar Araujo Pereira e Verena Alberti³³, apesar do local escolhido para o ato, já naquele período, concentrar atividades de entretenimento da juventude negra, insegurança e medo cercavam os

*O título desse capítulo se refere ao subtítulo de uma entrevista cedida por Abdias do Nascimento à Folha de São Paulo, publicada no dia 09/09/1979. Em passagem pelo Brasil e junto à três representações negras responde à questões sobre relações raciais no país e apresenta uma proposta de luta e organização social baseada na República de Palmares. A entrevista está na lista de fontes para pesquisa.

³⁰ NASCIMENTO, Abdias do. *Quilombismo*. In: Folha de São Paulo. São Paulo, ano 59, n. 70.63, p 9, 09 set. 1979. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do> Acesso em: 12 jan. 2018.

³¹ Ver capítulo I.

³² Em carta aberta do Movimento Negro Unificado Contra Discriminação Racial, em 07.08.1978.

³³ PEREIRA, Amilcar Araujo e ALBERTI, Verena (org.) Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: PALLAS; CPDOC-FGV, 2007.

organizadores, tendo em vista a temporada de alta repressão militar. O evento foi observado pelo Departamento da Ordem Política e Social (DOPS), que examinava o movimento negro e seus representantes no decorrer da década de 70 (KOSSING, 2007).

Não obstante o receio, segundo Milton Barbosa³⁴, “tudo foi feito com muita discussão, muito rigor, a gente analisou cada passo” (BARBOSA in: PEREIRA & ALBERTI, 2007: 152). A imprensa foi uma ferramenta estratégica para conter o aparato militar, tendo em vista que o Brasil exportava uma imagem de paraíso racial, sem apresentar disposição para confrontar essa harmonia. Miltão chegou a se reunir com Boris Casoy, editor da *Folha de São Paulo* no período, para discutir a possibilidade do periódico apoiar o evento. A publicação a seguir não evidencia a anuência do impresso, mas não deixa dúvidas quanto ao início de uma conjuntura onde as reivindic(ações) passaram dos encontros e seminários, diretamente para as ruas:

Movimento contra o racismo concentra duas mil pessoas

O braço direito esticado e a mão fechada, gesto característico do movimento americano “Black Power”, foi usado ontem, nas escadarias do Teatro Municipal, como o princípio de uma luta negra contra o racismo no Brasil.

A praça Ramos de Azevedo às 18h30 já estava tomada. Na frente do teatro, algumas faixas empunhadas reforçavam o movimento e atraíam os negros e brancos que passavam. “Pela participação de todos os negros no movimento”. “Contra a discriminação racial”. “Contra a opressão policial que o negro sofre”.

Em coro, cerca de duas mil pessoas leram a carta aberta à população, enquanto cinco mil cópias corriam de mão em mão. Alguns trechos da carta, repetidos em uníssono:

“Hoje é um dia histórico. Um novo dia começa a surgir para o negro. Um novo passo foi dado na luta contra o racismo. Os racistas do Clube Tietê que se cubram, pois exigiremos justiça. Os assassinos dos negros que se cuidem, pois a eles também exigiremos justiça”.

AS ADESÕES

Esse movimento nasceu do trabalho de sete entidades negras que formaram o “Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial”, que até o momento recebeu a adesão da Coordenação Nacional da Convergência Socialista, que também distribuiu um manifesto à população apoiando o movimento.

Outra adesão importante que o movimento recebeu foi de Abdias do Nascimento, professor de “Culturas Negras no Novo Mundo”, nos Estados Unidos, onde reside:

“O negro não está mais disposto a tolerar essas condições de vida — diz Abdias — que lhe são impostas desde 1.600. Ele participou de todas as guerras que o País travou e continuou escravo, veio a Proclamação da República e só mudou o tipo de escravidão. Todas as mudanças políticas que o País sofreu nunca alteraram a marginalização do negro. As exceções não contam, o que conta é a massa negra, repudiada a todo instante. No meu entender houve uma tentativa de extinção da raça pela fome, pela falta de empregos, pela elite branca que sempre nos hu-



A concentração foi um trabalho do “Movimento Unificado”

milhou. Chega de paternalismos. Se o negro não criar sua própria força, nunca será livre.”

CARTA ABERTA

Ao encontro não faltaram os atletas negros barrados na porta do Clube Tietê, nem Suelli da Luz, a esposa de Robson, o negro de 21 anos “trabalhador e pai de família que foi torturado até a morte no 44.º Distrito Policial” — como diz a Carta Aberta.

Mas as queixas não para aí. Cada um dos negros que ali estavam tinha a sua reclamação e alguns, com veemência, cobravam respostas dos brancos que pararam para ver a manifestação.

“Nós só queremos dizer aos brancos — enfatizava uma senhor negra se dirigindo a um homem branco — que se existe o Brasil, ele se deve aos negros.”

Outros mais descontraídos, jovens com cabelo “Black Power”, também reclamavam a seu modo.

“Acho o maior barato esse movimento — diz Ademir Bem — estudante e office-boy. Tem de acontecer mais. Tem uns brancos aí que não dá para encarar. A gente entra num bar, pede um sanduiche e eles jogam na cara — só porque a gente é negro.”

Folha de São Paulo. SP, ano 57, n. 17.993, p 9, 08 jul. 1978

³⁴ Conhecido como Miltão, à época era funcionário do Metrô. Presidiu o ato público de lançamento do movimento, no dia 07 de julho de 1978, nas escadarias do Theatro Municipal de São Paulo. Também foi um dos fundadores da primeira Comissão de Negros do Partido dos Trabalhadores, na cidade de São Paulo.

A cobertura da *Folha de São Paulo* e outros periódicos do período, além das rádios e televisão, foi importante no sentido de inibir a repressão policial. Conforme Sueli Carneiro³⁵, a manifestação foi “o fato político mais importante do movimento negro contemporâneo (...), porque tudo o que ocorre depois se referencia a esse ato inaugural de re-fundação” (CARNEIRO in: PEREIRA & ALBERTI, 2007: 148).

2.1 PRÁTICAS POLÍTICAS ATRAVÉS DOS DICURSOS DE INTELLECTUAIS

No que diz respeito às relações raciais, o Brasil apresenta especificidades quando o comparamos a outras nações como Estados Unidos e África do Sul. Por conseguinte, embora tenha recebido influências das lutas pelos direitos civis nos EUA e pelas lutas de libertação nos países africanos, o movimento negro no Brasil manifesta sua singularidade, sobretudo a partir da década de 70.

A publicação em 1933, da obra *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, lança as bases para a construção de uma identidade nacional alicerçada no mito de uma harmoniosa relação racial nos trópicos. Segundo esse clássico, a miscigenação seria um exemplo a ser seguido por outras nações multirraciais, tendo em vista que nossa mistura anulou toda e qualquer possibilidade de conflitos étnicos. Esse argumento se materializa na análise das Constituições brasileiras e dos outros países supracitados: nenhuma delas, a datar de 1888, diferenciou cidadão algum a partir do critério raça e/ou cor, diferentemente das Constituições estadunidense e sul-africana. Dessa forma, a escravidão (e não o racismo), seria o motivo do atraso social do negro.

Posto isso, qual seria então a justificativa para a existência de coletivos negros? Confrontar *o mito da democracia racial* se revelou um contratempo significativo:

O conceito de democracia significa, fundamentalmente, para nós, a igualdade social, econômica e política em uma sociedade. No entanto, é enganoso afirmar que o negro tem, no Brasil, a mesma igualdade de oportunidades dispensadas ao branco em termos de renda, prestígio social e poder. A própria realidade questiona essa igualdade, indicando que existe mais discriminação e preconceito do que democracia nas relações sociais. Concluimos, então, que

³⁵ Hoje, uma das maiores lideranças do movimento negro, foi uma das fundadoras do Coletivo de Mulheres Negras em São Paulo, em 1984. É sócia fundadora do Geledés Instituto da Mulher Negra, localizado em SP. Doutora em Filosofia da Educação pela USP, é referência na discussão sobre epistemicídio negro.

não passa de uma mentira afirmar que vivemos numa “democracia racial”. Nosso caso caracteriza mais uma “tolerância racial” do que propriamente uma democracia. E o primeiro passo para a abolição do preconceito é, além de admitir abertamente sua existência, admitir que sua manifestação, entre nós, ocorre de maneira dissimulada, e não como em outros países, onde ele é praticado de forma explícita e às claras. (Folha de São Paulo, 12.05.1988)

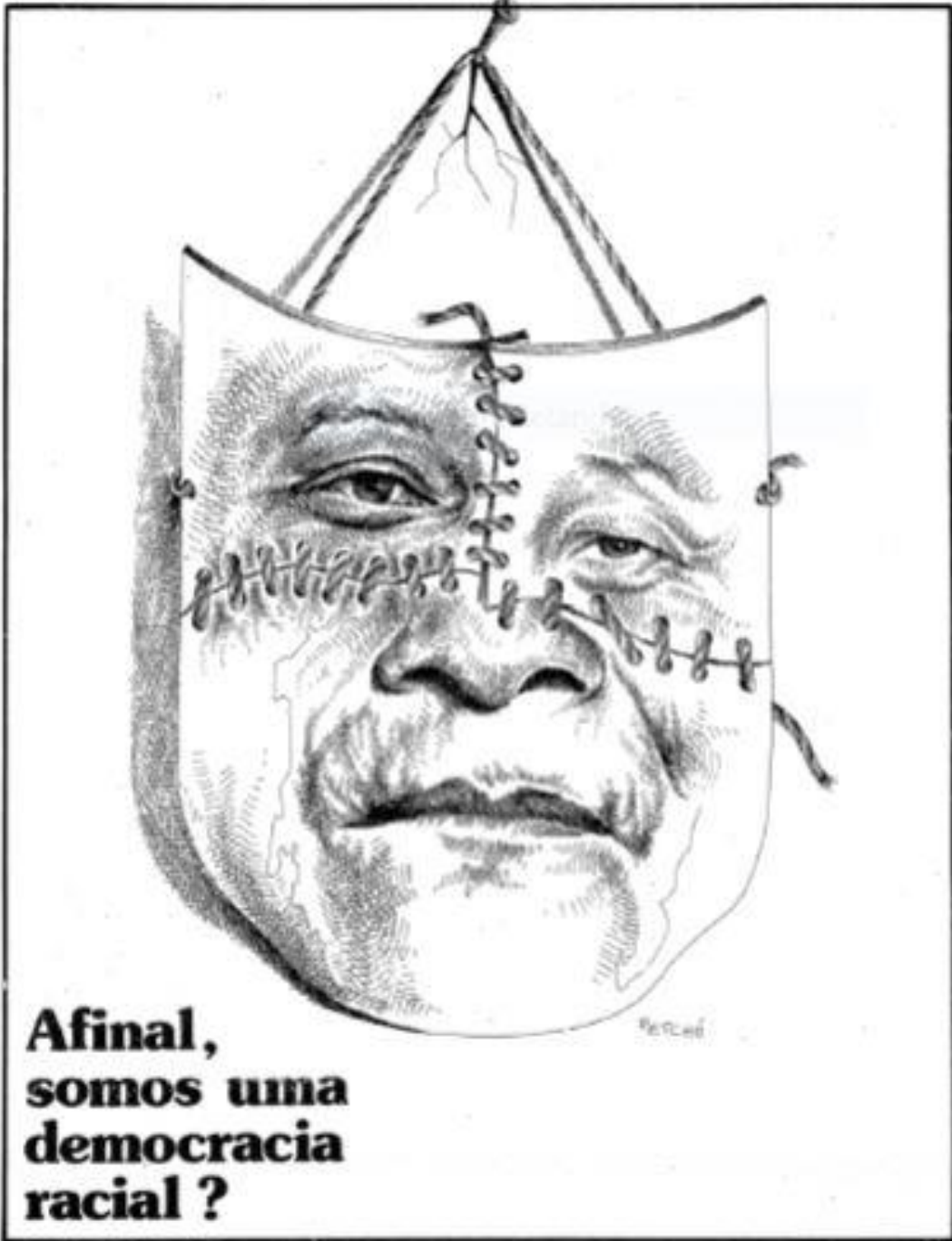
Uma década antes, o Movimento Negro Unificado admite, em sua Carta de Princípios, estar convencido da existência do mito da democracia racial, como o fragmento de Benedita da Silva, à época deputada federal pelo Rio de Janeiro, elucida bem. Essa constatação vai delinear as práticas das organizações negras a partir de então, como argumentam militantes do MNU - Campinas³⁶, em entrevista a repórter Deise Gabriel:

“O programa, em resumo, fala dos problemas que atingem grande parte da sociedade que está marginalizada das decisões do país. E tudo isso bate com a posição do negro, que é justamente, a maioria. Assim, não vejo no que se deve mudar suas metas. O que temos a fazer é estudá-lo e traçar frentes de luta.” (Folha de São Paulo, 08.06.1980)

A entrevista concedida em junho de 1980 foi publicada pela Folha de São Paulo, na seção Folhetim, que abordava exclusivamente a temática racial:

³⁶ Paula Renata Baltazar Silva e Edemir Carvalho, psicólogos; Reginaldo Bispo Pereira e Carmem de Carvalho, estudantes de economia.

FOLHETIM



Folha de São Paulo. SP, ano 59, n. 177, p 01, 08 jun. 1980

Segundo o editor Oswaldo Mendes, o caderno não pretendia ser um manual de respostas, “mas sim um instrumento capaz de estimular a reflexão, fazendo cair as

máscaras e expondo as feridas abertas da nossa trajetória de povo e de Nação”³⁷. Darcy Ribeiro e Florestan Fernandes, intelectuais classificados no grupo de cor branca, reconhecidos pelo empenho e pesquisas referentes à composição e diversidade racial do Brasil, participam do periódico. Em entrevista ao repórter Carlos João, Ribeiro afirma que “este país foi feito pelos negros, e se há alguém que tem o direito de viver igualitariamente aqui, são eles”³⁸. E Fernandes provoca:

Os mitos existem para esconder a realidade. Por isso mesmo, eles revelam a realidade íntima de uma sociedade ou de uma civilização. (...) Por fim, como ficar indiferente ao drama humano intrínseco à Abolição, que largou a massa dos ex-escravos, dos libertos e dos ingênuos à própria sorte, como se eles fossem um simples bagaço do antigo sistema de produção? Entretanto, a ideia da democracia racial não só se arraizou. Ela se tornou um mores, como dizem alguns sociólogos, algo intocável, a pedra de toque da ‘contribuição brasileira’ ao processo civilizatório da humanidade. (Folha de São Paulo, 05.06.1980)

Essa contribuição foi, de certo modo, edificada sob violências, conforme ilustra a charge a seguir:



FSP, ano 59, n. 177, p 02, 08 jun. 1980

³⁷ Folha de São Paulo. São Paulo, ano 59, n. 177, p 02, 05 jun. 1980. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do> Acesso em: 22 abr. 2018.

³⁸ Ver: Folha de São Paulo. São Paulo, ano 59, n. 177, p 03, 05 jun. 1980. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do> Acesso em: 22 abr. 2018.

Outras charges não passam despercebidas. Violência policial e discriminação na disputa por vagas de emprego sobressaem:



FSP, ano 59, n. 177, p 16, 08 jun. 1980

A frase em tom de zombaria, a respeito da Lei 1390/51 – “*Na hora de cumprir a Lei Afonso Arinos, dá um branco*”³⁹ -, exprime a percepção de muitos intelectuais e militantes do período. Para o sociólogo negro, Clóvis Moura⁴⁰, “a Lei Afonso Arinos é o

³⁹ Ver: Folha de São Paulo. São Paulo, ano 59, n. 177, p 16, 05 jun. 1980. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do> Acesso em: 22 abr. 2018.

⁴⁰ Estudioso das modalidades de resistência negra no Brasil, também se debruçou sobre as particularidades do racismo à brasileira. Militante comunista e ativista do Movimento Negro, desenvolveu a Sociologia da Práxis Negra.

maior blefe, pois ninguém é punido por ser racista. E o negro corre ainda o risco de, ao fazer uma denúncia, depois ser processado por difamação e calúnia.”⁴¹

O sociólogo e historiador negro alicerçou sua carreira acadêmica em pesquisas que contrariavam a concepção de Gilberto Freyre do negro apático, apontando o protagonismo negro através da investigação de rebeliões de escravizados e formação de quilombos. Das cinco obras que publicou entre o final da década de 70 e início dos anos 80, três se tornaram referência no que diz respeito as relações raciais: *O negro: de bom escravo a mau cidadão* (1977), *Os quilombos e a rebelião negra* (1981) e *Brasil: as raízes do protesto negro* (1981).

Devido a sua trajetória, Clóvis Moura tem lugar de destaque no âmbito dessa discussão, bem como Abdias do Nascimento. Também em 1979, o intelectual negro, ainda em autoexílio, em passagem pelo Brasil responde as questões sobre relações raciais no país e apresenta uma proposta de sociedade baseada na República de Palmares:

⁴¹ Folha de São Paulo. São Paulo, ano 58, n. 141, p 02, 30 set. 1979. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do> Acesso em: 22 abr. 2018.

Por que esquecemos
Flávia Schilling ?

Carga pesada: quem é
bom já nasce diesel

A vida sem graça
de Mister Periferia



**Quilombismo,
a raça negra
no Poder**

Folha de São Paulo. SP, ano 58, n. 18.421, p 01, 09 set. 1979

Pautando a experiência dos quilombos nas Américas, de estrutura comunitária, organização democrática e valores culturais africanos, o Quilombismo é uma proposta de mobilização política referenciada nesse legado. Dada a pluralidade étnica e cultural brasileira, viabiliza um modelo estatal onde a questão racial seria, fundamentalmente, uma questão nacional (NASCIMENTO, 1980).

A diretora teatral Teresa Santos, responsável pela sede dos teatros da Secretaria de Educação e Cultura de Angola, é categórica ao afirmar:

Pra mim, o Quilombismo parece bastante realista; um programa político, sobretudo, político-realista. Esse programa tira o negro daquela posição de conformismo, como nós temos sido sempre em tudo o que acontece no Brasil e em todas as organizações políticas, sejam elas de direita, de esquerda, ou de extrema esquerda. Eu tenho uma preocupação muito grande: é uma coisa que vem acentuando cada dia mais, é essa falta de união, de estar ligado, independente de que sigla tenha qualquer organização. De repente nós deixamos de ser negro, pra ser inimigos, a nível de movimento. O que eu me pergunto é quando nós vamos parar e vamos, realmente, nos conscientizar, pra uma união, pra gente conseguir desenvolver um trabalho, que a partir deste momento passa a ser nosso. Parece que o Quilombismo tem a grande vantagem de ser o elo de ligação dos negros brasileiros. (Folha de São Paulo, 09.09.1979)

Segundo Abdias, o movimento institucionalizado do Quilombismo só seria lançado em 1980, sendo a discussão (naquele momento), a nível de ideias. Mesmo com a obra publicada na íntegra no ano seguinte, a proposta não foi uma bandeira de luta das organizações negras no período de Abertura Política. Concentraram-se, como vimos, em desarticular o mito da democracia racial e construir uma reflexão de onde pudessem retirar teoria e prática que se alinhassem.

2.2 RELAÇÕES PARTIDÁRIAS E INSTITUCIONAIS

Quando João Goulart⁴² (o Jango) foi deposto, em 31 de março de 1964, sendo substituído pelo militar Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco⁴³, num golpe articulado pelas Forças Armadas Brasileiras e setores mais conservadores da sociedade,

⁴² Empossado presidente em 1961, havia ocupado a vice-presidência no mandato anterior, de 1956 a 1961. Desempenhou a função de Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio na década de 50. Além disso, foi Deputado Estadual e Federal pelo estado do Rio Grande do Sul.

⁴³ Nascido no seio de uma família de militares, Castelo Branco foi um dos articuladores do Golpe Militar de 1964. A abolição do pluripartidarismo é o acontecimento mais significativo do seu governo.

ainda prevalecia a Constituição de 1946. Todavia, para que se cumprisse os objetivos da intervenção militar – “defender o Brasil de uma ameaça comunista, minimizar a inflação e manter a ordem” (D’ARAÚJO, M. e SOARES, G. e CASTRO, C., 1994)-, a junta instaurava Atos Institucionais⁴⁴, ações que não possuíam fundamentação jurídica.

Ao longo do regime militar foram abertos centenas de Inquéritos Policiais-Militares (IPMs) e incorporados órgãos de informações a exemplo do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e o Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações e Defesa Interna (DOI-CODI)⁴⁵, com o objetivo de apurar atividades consideradas subversivas. Segundo Lélia Gonzalez:

O golpe militar de 1964 procurou estabelecer uma “nova ordem” na sociedade brasileira já que, de acordo com aqueles que o desencadearam, “o caos, a corrupção e o comunismo” ameaçavam o país. Tratou-se, então, do estabelecimento de mudanças na economia mediante a criação do que foi chamado de um novo modelo econômico em substituição ao anterior. Mas para que isso se desse, os militares determinaram que seria necessário impor a “pacificação” da sociedade civil. E a gente sabe o que significa esse termo, pacificação, sobretudo na história de povos como o nosso: o silenciamento, a ferro e fogo, dos setores populares e de sua representação política. Ou seja, quando se lê “pacificação”, entende-se repressão. (GONZALEZ, 1982, 20)

Nesse contexto sócio histórico, foram rechaçados os avanços sobre relações raciais no campo científico⁴⁶, e vedados principalmente eventos e publicações nos meios de comunicação de massa associados à questão racial, sob probabilidade de pena de detenção de 1 a 3 anos conforme o Decreto-Lei nº 510⁴⁷.

O marco temporal de 1978, compreende um período chamado de Abertura Política, um projeto de transição lento e gradual para a democracia. Esse processo teve

⁴⁴ Foram, no total, 17 decretos elaborados entre os anos de 1964 e 1969, regulamentados por 104 atos complementares, editados pelos Comandantes-em-Chefe (Exército, Marinha e Aeronáutica) ou pelo Presidente da República. Eram os dispositivos que legitimavam as ações políticas dos militares, estabelecendo poderes extra constitucionais para estes. Dentre os 17, dois se destacam: o AI-2, decretado em 1965, dissolveu todos os partidos políticos, criando o bipartidarismo: Aliança Renovadora Nacional (ARENA) representando os militares e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) representando a oposição; e o AI-5, de 1968, considerado o mais autoritário, concedia ao presidente os poderes de cassar mandatos, suspender direitos políticos de qualquer cidadão e conter o Congresso Nacional, assumindo suas funções. Ademais, suspendeu o Habeas Corpus para crimes políticos e ampliou consideravelmente a censura aos meios de comunicação.

⁴⁵ Ver: FICO (2001), ALVES (2005).

⁴⁶ Sobre a retração de pesquisas dedicadas a questão racial, apontamos: SKIDMORE (1985) e HANCHARD (1994).

⁴⁷ Com o objetivo de penalizar à quem incitasse “ao ódio ou à discriminação racial”, o decreto data de 20 de março de 1969.

início na gestão do general Ernesto Geisel⁴⁸ (1974-1979), culminando em março de 1985, quando José Sarney⁴⁹ assumiu a presidência. No entanto, há pouco tempo foi descoberto um documento inédito acerca da vigilância aplicada aos militantes e organizações negras. Publicizado pela colunista da Revista Carta Capital, Marsílea Gombata, em setembro de 2015, o documento foi elaborado através da infiltração de agentes militares em organizações e eventos dedicados a questão racial: “um novo ponto de interesse da subversão no país”.

Conforme o manual da Escola Superior de Guerra, “a Ordem, (...), corresponde a um modelo de organização social decorrente do respeito a obediência a normas que se estabelecem naturalmente à medida que os participantes do grupo adotam os valores culturais e admitem como obrigatórios os usos e costumes vigentes..”⁵⁰. Nesse sentido, a ordem era o cerne do projeto político militar, um elemento crucial para organização da sociedade, e sua percepção está alicerçada na obediência plena das normas implementadas pela ditadura. A contestação das organizações negras, portanto, era uma “desordem” e pudemos constatar que, apesar da reorganização negra datar de um momento de “Abertura”, a vigilância dos DOPS/DEOPS (no caso, Departamento **Estadual** de Ordem Política e Social) não estava alheia à movimentação e as pautas negras. Ao perceber Milton Barbosa e Flávio Carranza, ambos militantes do MNU, distribuindo panfletos da Campanha Nacional Contra a Violência Policial no carnaval paulista de 1981, “uma viatura do DEOPS apareceu e levou os dois”⁵¹. Segundo depoimento do próprio Milton Barbosa, que retornou ao sambódromo na mesma noite, “foram levados para esclarecimentos e tomaram aquele sermão habitual”⁵².

⁴⁸ Nascido no seio de uma família de imigrantes alemães, Ernesto Geisel participou de duas das gestões anteriores à sua, no período ditatorial. Foi chefe da Casa Militar do governo de Castelo Branco, em 1964 e presidente da Petrobras no governo de Emílio Médici. Sua gestão foi marcada pelo início da “Abertura Política”, com destaque ao reconhecimento da independência de Angola.

⁴⁹ Exerceu o cargo de presidente entre 1985 -1990, sendo o primeiro civil após o regime militar, em razão da morte de Tancredo Neves. Como estratégia, utilizou de uma política conciliatória: Reconheceu partidos políticos “clandestinos”, cedeu espaço institucional às Forças Armadas, liberdade de expressão à imprensa, liberdade de manifestação à sindicatos e convocou a Assembleia Constituinte.

⁵⁰ Manual ESG, “Seção I – Expressão política do poder nacional (poder político)”, “3-Fatores” *Apud* ROCHA, M. A evolução dos conceitos da doutrina da Escola Superior de Guerra nos anos 70. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLH/USP, 1996. Anexo 12, p. 119/120.

⁵¹ In: Folha de São Paulo. São Paulo, **ano 59, n. 70.63**, p 12, 03 mar. 1981. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do> Acesso em: 17 fev. 2018.

⁵² *Idem*.

Nessa perspectiva, o presente tópico trata das relações institucionais e partidárias construídas pelas organizações negras no seio desse processo de Abertura Política. Como o MNU instituiu na Carta de Convocação para o ato de 7 de julho, “convidamos a todos os setores democráticos que lutam contra os desrespeitos e as injustiças aos direitos humanos, a engrossarem fileiras com a Comunidade Afro-Brasileira nesse ato contra o racismo”⁵³, a própria organização e seus integrantes protagonizaram esse novo momento da luta negra, despontando no material compilado para nossa pesquisa. O historiador brasileiro George Andrews considera que:

Aproveitando-se das oportunidades apresentadas pela abertura, os ativistas do MNU esperavam pressionar o governo brasileiro, os partidos e outros importantes interesses organizados na vida brasileira (a universidade, os tribunais, a igreja) para combater o racismo dentro de suas próprias instituições e na sociedade em geral, e para adotar políticas que conduziram à expansão das oportunidades econômicas, educacionais, de saúde e outras para a população negra como um todo. (ANDREWS, 1998: 302)

Esse argumento corrobora com a afirmação de que essa organização representa uma “nova dimensão da luta contra o racismo no Brasil, mais marcadamente política, de denúncia e enfrentamento” (PEREIRA, 2013: 251). Bem como Abdias do Nascimento orientou, no fragmento destacado como epígrafe do capítulo, as articulações entre organizações negras e grupos políticos de outros segmentos sociais são fundamentais para essa disputa na “arena política”.

Em um evento que reunia grupos minorizados⁵⁴, a saber, mulheres, negros, indígenas e homossexuais, o debate específico sobre “O Movimento Negro” contou com a participação do intelectual Clóvis Moura, e outros três militantes do MNU: Milton Barbosa, Eduardo Oliveira, e Aristides Barbosa. Para Inês Castilho⁵⁵, autora do relato sobre o encontro ocorrido na USP, um elemento aglutinador seria a discriminação e os variados estigmas; por trás das particularidades de opressão, estaria o “processo econômico e social” do Brasil. No entanto, Lélia González⁵⁶, apesar de não estar na mesa

⁵³ “Carta Aberta à População – Contra o Racismo, 1978”.

⁵⁴ O professor e pesquisador Ricardo Alexino Ferreira considera que esse termo tem um “sentido conceitual de segmentos sociais que, independentemente da quantidade, têm pouca representação social, econômica e política” (2006).

⁵⁵ In: Folha de São Paulo. São Paulo, ano 59, n. 70.63, p 24, 19 fev. 1979. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do> Acesso em: 12 mar. 2018.

⁵⁶ Intelectual negra, Lélia González exerceu um papel fundamental no surgimento e ampliação do movimento negro contemporâneo. Doutora em Antropologia Política, lecionou Filosofia na rede pública e ministrava cursos em instituições privadas de ensino superior no Rio de Janeiro. Dedicando-se à pesquisas sobre a temática de raça e gênero, é precursora do conceito de *Amefricanidade*: categoria de análise para a

de discussão, intervém apontando a discrepância entre a luta das mulheres, a partir do grupo de cor a qual pertencesse.

O certame envolvendo divergências sob a ótica da opressão de gênero é uma constante nessa fase do movimento negro, por conta da aproximação com coletivos de variadas perspectivas. Entretanto, essa aproximação não é frígida. A participação de mulheres negras vinculadas ao MNU na coordenação do 2º Congresso da Mulher em São Paulo, por exemplo, não exime o evento de um conflito. Em alusão ao 8 de março, o encontro reunia mulheres de diversos setores: operárias das fábricas, empregadas domésticas, familiares de presos políticos e as militantes negras para discutir a “problemática específica da mulher”. Essas, por sua vez, questionaram o fato de suas reivindicações particulares não terem sido levadas em consideração pela organização do evento, sendo ausentadas do plenário:



Mais de três mil pessoas participaram do tumultuado Congresso da Mulher este ano.

Tumultos e polêmica no 2.º Congresso da Mulher

Folha de São Paulo. SP, ano 57, n. 17.993, p 08, 10 mar. 1980

Em seu 3º Congresso Nacional, realizado em Minas Gerais, no mês de abril de 1982, o Movimento Negro Unificado tem como cerne de discussão o tema *Sexismo e Racismo*. A produção decorrente desse encontro argumenta que:

(...) os espaços junto aos movimentos sociais devem ser ocupados com um trabalho incisivo e objetivo visando informar e conscientizar a comunidade negra a respeito do violento processo que mantém o grupo negro submetido e

experiência negra nas Américas. Foi filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT), onde disputou vaga na Câmara Federal, em 1982, alcançando a primeira suplência. Em 1986, estava no Partido Democrático Trabalhista (PDT), por onde se candidatou como deputada estadual, também conquistando a suplência.

alienado. É nossa tarefa colocar para esses movimentos o quanto o poder dominante fragmentou a identidade racial da mulher negra, hoje em sua maioria doméstica, aplastando-a sob um cotidiano que a aliena, não lhe deixando energia para que possa compreender a complexidade global do fenômeno racial-sexual.

Porém, a questão que serve para melhor entendermos o problema do atual distanciamento das práticas do MNU e do Movimento de Mulheres é relativa à sua composição de classe. Contando em sua grande maioria com mulheres de classe média, o Movimento de Mulheres não mostrou até agora nenhuma perspectiva de implantação onde está o conjunto de mulheres que sofre mais diretamente a opressão sexual, sem condições sequer de identificar o problema. No entanto, confiamos que o Movimento Feminista, ao se entranhar na massa de mulheres, ao incentivar e assumir as lutas por elas definidas como prioritárias, estará atingindo a maioria das mulheres e portanto, sensibilizando as mulheres negras. (MNU, 1988: 30)

Ainda que reconhecesse a aproximação com outros coletivos, de valiosa importância, por ampliar o alcance dos debates internos, podemos perceber a postura crítica da organização em relação às condutas dos mesmos e o senso de responsabilidade em “formar” – não só quadros, mas também - aliados com traquejo para auxiliar na luta em prol de uma “verdadeira democracia racial”. O debate acerca das noções de “raça” e “classe”, por exemplo, presente na discussão política proposta nesse novo momento do movimento negro, propiciou alianças e negociações com organizações e partidos políticos de esquerda. Mas vale ressaltar as críticas, tendo em vista que o “problema de raça” era secundarizado, uma vez que a prioridade seria a luta de classes. Ivair Augusto Alves dos Santos, intelectual e militante negro afirma que

Para a esquerda, o “problema do negro”, sua marginalização, sua miséria, seu analfabetismo, sua cidadania despojada, eram apenas parte ou consequência de um problema maior, vale dizer, o Imperialismo, o subdesenvolvimento ou o capitalismo. A esquerda era incapaz de discutir politicamente a dimensão étnica da sociedade brasileira, ou menos do proletariado. O negro não podia se ver, não era identificado etnicamente, só era percebido na sua comunidade e como classe trabalhadora. (SANTOS, 2001: 47)

A perspectiva do MNU de pautar uma luta contra o racismo através da dinâmica raça e classe, está intimamente ligada à experiência de muitos de seus integrantes fundadores dentro das organizações clandestinas de esquerda do período, sobretudo através da militância dentro do chamado Núcleo Negro Socialista⁵⁷. O brasilianista

⁵⁷ Surgiu na primeira metade da década de 1970, através de uma articulação de alguns militantes da Liga Operária, no estado de São Paulo, com o objetivo de encamparem a luta antirracista, articulando-a com a perspectiva de luta de classes marxista. O objetivo do Núcleo Negro Socialista era construir uma organização que legitimasse a luta contra a discriminação racial, conjuntamente com a luta de classes, formando lideranças negras que ampliassem a chamada Consciência Racial da sociedade brasileira (IANNI;

Michael Hanchard (2001), discorrendo sobre a singularidade da postura do Movimento Negro Unificado contrária às políticas “culturalistas” das experiências de organizações negras em períodos anteriores, argumenta sobre a importância desse vínculo com a esquerda. Contudo, o próprio MNU, em documento comemorativo pelos dez anos da organização, agradece a trajetória e destaca a autonomia das entidades negras, com destaque à Frente Negra Brasileira e Imprensa Negra (Década de 30), União dos Homens de Cor e Teatro Experimental do Negro (Década de 40).

Como o contexto político brasileiro no início da década de 80 era desfavorável ao protagonismo da sociedade civil em espaços institucionais, os partidos de esquerda se tornaram um espaço estratégico de luta, ainda que com algumas ressalvas. Por mais que o movimento negro tivesse se aproximado da concepção política que guiava as organizações de esquerda ele não podia abrir mão da identidade racial (GONZALEZ e HASENBALG, 1982). Nas palavras de Gevanilda Santos⁵⁸,

(...) a leitura marxista das categorias de raça e de classe adquire novo sentido histórico e teórico. Considerando o pressuposto marxista geral de que o processo de produção e reprodução capitalista não gera apenas coisas, ou seja, mercadorias, mas principalmente relações sociais de dominação e opressão. A implicação desse pressuposto foi observada em relação à raça e ao gênero. O maior desafio teórico era compreender o racismo e o machismo na interface com a luta de classes. A exploração econômica da população negra e a opressão social passam a ser consideradas decorrências do capitalismo e do racismo. (IANNI; DA SILVA; SANTOS; ALBERTO SANTOS, 2005, p.21, 22)

Essa construção de alianças seria o movimento negro ganhando legitimidade na sociedade civil, expressa nas disputas por representação da população negra (RIOS, 2014: 91). O Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) foram os primeiros a abrirem espaço para uma discussão racial, numa competição voraz por base eleitoral:

Vendo neste novo movimento negro uma fonte potencial desse apoio, todos os partidos de oposição de repente desenvolveram um interesse recém-descoberto pelo problema da discriminação e da desigualdade racial. Todos eles inseriram pontos anti-racismo em suas plataformas, e vários criaram comissões especiais ou grupos de trabalho para examinar o Estado das relações raciais no Brasil e formular respostas políticas adequadas. (ANDREWS, 1998: 304)

DA SILVA; SANTOS; ALBERTO SANTOS, 2005). Foi uma das organizações que participaram do processo de fundação do MNU.

⁵⁸ Mestra em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Na década de 80, foi fundadora do Núcleo Negro da PUC, primeira organização negra dentro de uma universidade católica.

As chamadas *Comissões de Negros* eram responsáveis por assimilar as demandas do movimento negro e incorporá-las nos debates teóricos dos partidos, facilitando a compreensão da problemática racial no curso das reivindicações de classe. Dado que o marxismo era a baliza ideológica desses partidos, a principal temática das comissões era a questão do trabalho e a incidência do racismo nesta: “Além do atraso social, econômico, cultural e político, consequência do processo de escravidão, o negro sofre ainda as mazelas do racismo, ideologia herdada do sistema escravocrata, que a Abolição da Escravatura vestiu como nova roupagem”⁵⁹.

Alianças construídas e discursos alinhados, o pleito de 1982, segundo Flávio Jorge Rodrigues da Silva⁶⁰, foi um “fato significativo: a primeira que a gente participou, de forma organizada, em uma eleição com candidato próprio” (DA SILVA in PEREIRA & ALBERTI, 2007: 215). Na data de 15 de maio de 1982, a Folha de São Paulo promoveu um debate sobre a questão do negro, numa sequência de discussões sobre temas nacionais e locais: “Seu partido acha que existe racismo no Brasil? Em caso afirmativo, que medidas advoga para enfrentar o problema?”⁶¹. Estiveram presentes Theodosina Ribeiro⁶² representando o PDS, Abdias do Nascimento, o PDT, Esmeraldo Tarquínio⁶³, o PMDB, Milton Barbosa, o PT e Antônio Sabino⁶⁴, o PTB. Apresentaram o posicionamento de seus partidos em relação aos problemas enfrentados pela comunidade negra no Brasil:

⁵⁹ “O Negro e o PT”. Livroto da Comissão de Negros do PT, set. de 1982, g 05. *Apud*: KÖSSLING: 2007, 247.

⁶⁰ Junto a Gevanilda Santos, é membro da Soweto - Organização Negra, entidade fundada em São Paulo em 1991, e da executiva do CONEN (Coordenação Nacional de Entidades Negras).

⁶¹ Folha de São Paulo. São Paulo, ano 62, n. 19.429, p 23, 13 mai. 1982. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do> Acesso em: 22 mar. 2018.

⁶² Nascida em maio de 1930, foi a primeira vereadora negra da Câmara Municipal de São Paulo, eleita em 1970. Em 1974, foi eleita a primeira deputada negra da Assembleia Legislativa de São Paulo. Estudou Filosofia e Direito.

⁶³ Falecido no ano de 1982, Esmeraldo Tarquínio foi vereador de Santos e posteriormente deputado estadual. Integrante do MDB, foi único negro eleito prefeito de Santos, no litoral de São Paulo, cassado pela ditadura antes mesmo da posse.

⁶⁴

Os novos eleitores

Os negros e os partidos

Nesse debate, representantes do PDS, PDT, PMDB, PT e PTB apresentam os programas de seus partidos em relação aos problemas enfrentados pelos negros no Brasil

Do lado negro, a "PDS" tem o maior número de negros em sua base eleitoral, segundo o levantamento feito pelo Instituto de Pesquisas Sociais da Universidade de São Paulo. O PDS tem o maior número de negros em sua base eleitoral, segundo o levantamento feito pelo Instituto de Pesquisas Sociais da Universidade de São Paulo. O PDS tem o maior número de negros em sua base eleitoral, segundo o levantamento feito pelo Instituto de Pesquisas Sociais da Universidade de São Paulo.

PDS

Paulista de origem, o PDS tem o maior número de negros em sua base eleitoral, segundo o levantamento feito pelo Instituto de Pesquisas Sociais da Universidade de São Paulo. O PDS tem o maior número de negros em sua base eleitoral, segundo o levantamento feito pelo Instituto de Pesquisas Sociais da Universidade de São Paulo.

PDT

Paranaense de origem, o PDT tem o maior número de negros em sua base eleitoral, segundo o levantamento feito pelo Instituto de Pesquisas Sociais da Universidade de São Paulo. O PDT tem o maior número de negros em sua base eleitoral, segundo o levantamento feito pelo Instituto de Pesquisas Sociais da Universidade de São Paulo.

PMDB

Paulista de origem, o PMDB tem o maior número de negros em sua base eleitoral, segundo o levantamento feito pelo Instituto de Pesquisas Sociais da Universidade de São Paulo. O PMDB tem o maior número de negros em sua base eleitoral, segundo o levantamento feito pelo Instituto de Pesquisas Sociais da Universidade de São Paulo.



PT

Paulista de origem, o PT tem o maior número de negros em sua base eleitoral, segundo o levantamento feito pelo Instituto de Pesquisas Sociais da Universidade de São Paulo. O PT tem o maior número de negros em sua base eleitoral, segundo o levantamento feito pelo Instituto de Pesquisas Sociais da Universidade de São Paulo.

PTB

Paulista de origem, o PTB tem o maior número de negros em sua base eleitoral, segundo o levantamento feito pelo Instituto de Pesquisas Sociais da Universidade de São Paulo. O PTB tem o maior número de negros em sua base eleitoral, segundo o levantamento feito pelo Instituto de Pesquisas Sociais da Universidade de São Paulo.

O PT possui o maior número de negros em sua base eleitoral, segundo o levantamento feito pelo Instituto de Pesquisas Sociais da Universidade de São Paulo. O PT possui o maior número de negros em sua base eleitoral, segundo o levantamento feito pelo Instituto de Pesquisas Sociais da Universidade de São Paulo.

O PTB possui o maior número de negros em sua base eleitoral, segundo o levantamento feito pelo Instituto de Pesquisas Sociais da Universidade de São Paulo. O PTB possui o maior número de negros em sua base eleitoral, segundo o levantamento feito pelo Instituto de Pesquisas Sociais da Universidade de São Paulo.

Os depoimentos de cada um desses ativistas expõem diferentes orientações e propostas políticas. Abdias do Nascimento e Milton Barbosa apresentam argumentos alinhados aos debates projetados pelas organizações negras, destacando familiaridade entre os programas de ação destas com seus partidos, enquanto Antônio Sabino sugere a existência de uma harmonia racial:

Na verdade, o negro está estratificado ao lado de brancos economicamente fracos, ao lado dos amarelos economicamente fracos. A causa não é a cor da pele: acontece que na origem os negros foram escravos, e não puderam preparar-se para subir na escala social. Os bens sociais não chegaram ao seu alcance com a facilidade que surgiu para os brancos livres. A divisão que surgiu foi entre negros escravos e brancos livres, sem o problema da raça. Não existe disputa racial em nosso país. Existe sim a luta pela ascensão de classe. A disputa racial existe nos Estados Unidos, na América do Norte.

O PTB é brasileiro e como tal vê o negro como vê o branco, como vê o amarelo. A necessidade de educação é para todos. (SABINO in Folha De São Paulo)⁶⁵

Mesmo parecendo acreditar no que diz, Sabino conclui sua participação convocando os (e) leitores a uma união com “todos aqueles que lutam por uma ascensão dentro da sociedade” (*idem*), apelando para grupos sociais que se sentissem prejudicados.

Ainda que houvesse vínculo entre algumas candidaturas negras e organizações sociais, a pesquisadora Flávia Rios argumenta que:

No que diz respeito à presença de um discurso engajado na luta pela igualdade racial, a boa parte dos candidatos preferiu não apresentar propostas diretamente direcionadas aos negros, por pensar que o eleitorado, independentemente da cor, poderia não ser receptivo a essas ideias. (RIOS, 2015: 115)

Essas primeiras eleições diretas para os governos estaduais, em 1982, estimulou algumas candidaturas negras, que majoritariamente não obtiveram o resultado esperado, mas se revelaram em meio ao arsenal de probabilidades estratégicas na década de 80. Em meio ao pleito, há de se destacar uma nova categoria, em que organizações negras e partidos de esquerda acreditavam ou queriam acreditar, o “voto negro” ou o “voto racial”:

⁶⁵ Folha de São Paulo. São Paulo, ano 62, n. 19.429, p 10 e 11, 13 mai. 1982. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do> Acesso em: 22 mar. 2018.



Os movimentos negros do Estado se reúnem novamente no começo de julho.

Entidades negras orientarão votos

Idéia e participação eleitoral consciente

Folha de São Paulo. SP, ano 62, n. 19.429, p 20, 27 jun. 1982

Realizado no início do mês de junho, o 2º Encontro Estadual de Entidades Negras deliberou um documento com orientações para “campanhas eleitorais unificadas pela orientação o voto negro”⁶⁶, onde as prioridades seriam as lutas contra o desemprego e a violência policial. Participaram desse encontro militantes do movimento negro (MNU e FRENAPPO – Frente Negra para uma Ação Política de Oposição⁶⁷) e ativistas vinculados a partidos de esquerda, como o PT e PMDB. A aprovação do Comitê Unificado de Orientação ao Voto Negro demonstra que não havia unanimidade dentro do movimento social, em relação a articulação com a política partidária. Conforme Ivair Alves, “naquela época havia uma tensão muito grande, pelo seguinte: qualquer participação o Estado era uma cooptação, você estava sendo cooptado e tal. Eu tinha clareza total de que era mais uma arena política em que a gente estava trabalhando...” (DOS SANTOS in PEREIRA & ALBERTI, 2007: 217). Findado o pleito, a representação deveria se transformar num Comitê de Ação Parlamentar, para acompanhar e exigir dos possíveis eleitos, que efetivassem seus compromissos com toda a comunidade.

⁶⁶ Folha de São Paulo. São Paulo, ano 62, n. 19.429, p 20, 27 jun. 1982. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do> Acesso em: 22 mar. 2018.

O MNU- BH, como medida pré-eleitoral, encaminhou aos partidos de oposição um documento analisando a situação do negro no Brasil e destacando a necessidade de colocar como pauta em seus programas a violência policial e o desemprego que assolavam a comunidade negra:

(...) a participação eleitoral dos movimentos comunitários e das minorias mostra que não é preciso perder sua particularidade, nem envolver-se em partidarismo para integrar seus problemas nas reivindicações gerais que mobilizam a sociedade. Resta saber se os partidos políticos saberão corresponder a esse desejo de participar, sem manipulação.⁶⁸

Deve-se destacar que o receio dessa aproximação e a ênfase na autonomia organizativa das entidades negras é fruto do contexto político do reflorescimento desse movimento social, que apresenta uma prática política apoiada na identidade racial. Abdias do Nascimento, no livro *O Quilombismo* (1980), já orientava: “cuidar em organizar nossa luta por nós mesmos é um imperativo da nossa sobrevivência como um povo. Devemos, por isso, ter muito cuidado ao fazer alianças com outras forças políticas, sejam as ditas revolucionárias, reformistas, radicais, progressistas ou liberais”. De antemão, o MNU, em seu 3º Congresso (abril de 1982), adotou a posição enquanto coletivo, de não endossar nenhum partido específico, possibilitando aos seus membros filiação em qualquer partido ou apoio a qualquer candidato de sua escolha. Ao que parece, mantendo a autonomia política da organização e o livre arbítrio de seus membros, havia a possibilidade de ampliação do seu “campo de influência”. Contudo, nem todos os ativistas negros coadunavam com esse parecer, sendo mais receptivos aos relacionamentos partidários e dividindo-se em diversas nomenclaturas.

No estado do Rio de Janeiro, por exemplo, a candidata Benedita Silva⁶⁹ foi eleita vereadora pela legenda do PT, iniciando sua carreira no legislativo carioca. Leonel Brizola⁷⁰, assumindo o cargo de governador do estado, nomeou três negros para

⁶⁸ Folha de São Paulo. São Paulo, ano 62, n. 19.429, p 23, 04 nov. 1982. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do> Acesso em: 22 jan. 2018.

⁶⁹ Nascida no Rio de Janeiro em 1942, Benedita da Silva teve sua carreira política alicerçada na atuação comunitária, principalmente na direção da Federação das Favelas do Rio de Janeiro. A partir de sua proatividade nesses espaços, constituiu laços com representantes dos grupos da esquerda marxista e do movimento negro, em especial Lélia Gonzalez. Apesar da distância social que havia entre as duas, foi Lélia quem intermediou a relação entre Benedita e o movimento feminista e as camadas mais intelectualizadas do PT. Por conta de sua bandeira popular, a tratar das demandas dos morros e favelas, esse segmento a elegeu em 1982, tendo Lélia como assessora. Atualmente é deputada federal pelo Rio de Janeiro, na legenda do PT.

⁷⁰ Gaúcho, Leonel Brizola funda Partido Democrático Trabalhista (PDT) em 1979, no seio do processo de Abertura Política. Ainda exilado, reuniu políticos e intelectuais progressistas para a refundação do

secretários do estado: Carlos Alberto de Oliveira⁷¹, o Caó, para a Secretaria do Trabalho e Habitação; Edialede Salgado do Nascimento⁷², para a Secretaria de Promoção Social; e Carlos Magno Nazareth Cerqueira⁷³, para a Secretaria da Polícia Militar. Cenário totalmente oposto ao estado de São Paulo, devido a ampla derrota dos candidatos negros nas eleições e às disputas pelo secretariado dentro do PMDB.

Para analisar essa “inovação” no quadro político brasileiro, a Folha de São Paulo promoveu o debate “Os negros e os Governos de Oposição”, realizado em 04 de maio do ano de 1983. Contou com a participação de Hélio Santos⁷⁴, candidato negro paulista derrotado, a vereadora eleita, Benedita da Silva e Caó, já secretário do Trabalho e Habitação:

trabalhismo na vida partidária nacional. O congresso realizado em Portugal, resulta na redação de um documento conhecido como Carta de Lisboa, considerado o documento da fundação do PDT, partido pelo qual foi eleito governador do Rio de Janeiro em 1982.

⁷¹ Falecido em fevereiro do ano corrente, Carlos Alberto de Oliveira foi o responsável pela inclusão do inciso XLII do artigo 5º da “Constituição Cidadã” (1988) que determina que a *prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível*. Como secretário do Trabalho e Habitação, Caó implantou o programa “*Cada Família, um Lote*”, responsável por regularizar áreas de favelas e ocupações clandestinas.

⁷² Carioca, a médica Edialede do Nascimento carrega o título de primeira mulher negra a assumir uma Secretaria de Estado no Brasil. Sua trajetória é marcada pela luta pelos direitos da mulher negra, mesmo não tendo estabelecido vínculo fixo com organizações do movimento negro. Foi idealizadora e conferencista do I Congresso de Mulheres Negras das Américas, realizado em 1984, no Equador.

⁷³ Fez parte de um grupo de oficiais 'reformistas' engajados nas reformas implementadas na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), constituindo importante contribuição dos governos de Leonel Brizola (1983-95) para o processo de redemocratização brasileira. Buscou adequar a atividade policial e os objetivos das comunidades, combatendo as tradicionais políticas de controle social.

⁷⁴ Nascido em Belo Horizonte, Hélio Santos inicia sua vida política em São Paulo. Era vinculado a Frente Negra para uma Ação Política de Oposição, composta majoritariamente por funcionários públicos. Atuou vigorosamente no processo de abertura política, mantendo forte relação com o Movimento Democrático Brasileiro e defendendo uma intervenção mais propositiva dos negros na disputa de poder. Atualmente, Hélio Santos atua como professor universitário.

Presença no governo não exclui o racismo

É preciso conquistar espaço, o consenso do debate "Os Negros e os Governos de Oposição", promovido pela "Folha"

PAULO VALLE
A conclusão do debate "Os Negros e os Governos de Oposição", realizado pela "Folha", foi unânime: a presença do negro no primeiro escalão do governo não significa que a questão racial esteja definitivamente resolvida no Brasil, embora se constitua sua canal para suas reivindicações. A comunidade negra entende que é preciso estabelecer uma luta permanente para conquistar espaço maior na sociedade e preservar seus valores ético-culturais. E essa luta, na opinião dos debatedores e comentaristas, deve contar com o respaldo de todos os setores, para que se acelere o processo de implantação de uma democracia pluralista no País. Todos agostaram o preconceito como principal causa das perseguições, da violência policial e da falta de coesistência no mercado de trabalho para os negros, cujos salários raramente são equiparados aos dos brancos que exercem as mesmas funções.

"O problema do negro é igual à 'Voz do Brasil'. Todo mundo sabe que existe mas ninguém escuta".

(Comentário de um negro no plenário, durante o debate.)

O debate, coordenado pelo editor de Política desta revista, João Raima, secretário e auditorio da "Folha" na última quarta-feira, com a grande maioria de painéis conduzidos por integrantes da comunidade negra em São Paulo. Participaram do encontro, entre debatedores, o secretário do Trabalho e da Habitação do Rio de Janeiro, Carlos Alberto de Azevedo; o professor Hélio Santos, de Diretoria de PMDB em São Paulo e fundador da Frente Negra de Ação Política de Oposição (FROAPO); a vereadora pelo PT do Rio de Janeiro, Benedita de Sousa Lima; o advogado brasileiro Marcel, presidente da Federação dos Servidores Públicos e integrante da Frente, e o jornalista Cláudio de Oliveira, sócio "Folha".

Para a realização desse encontro, a "Folha" contou com a presença dos convidados esportivos Sebastião Amorim, secretário de Educação, Cultura e Esportes do Rio Claro; Eduardo de Oliveira, vice-presidente da Comissão Executiva do Diretório do PMDB em São Paulo; Aluisio de Souza, integrante do PTB; João Batista, do Movimento Negro Unificado (MNU); Flávio Jorge, do grupo negro da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC); e José Ricardo, do grupo negro do Rio de Janeiro.



Marcel: Negro não vota em negro.



Santos: Os negros estão discriminados.



Oliveira: Votos e que foi Brizola.



Benedite: Tanto o pior governo.

Montoro e Brizola estiveram no centro das discussões

"Vota só o que o Brasil fez. Escolhe o que o Brasil fez. Escolhe o que o Brasil fez para secretários de Estado, logo no Rio de Janeiro, que é o cartão de visitas do Brasil." Carlos Alberto de Azevedo, secretário do Trabalho e da Habitação do Rio, ouviu esse comentário ao ser indicado pelo governador Leonel Brizola para ocupar a pasta.

O secretário disse que ainda hoje existe uma "resolva surda" de desagração dessa atitude do governador Brizola por parte das elites do Rio de Janeiro. Não obstante esse aspecto negativo, Carlos Alberto lembra que a indicação de secretários de Estado negros representa um avanço nas relações da comunidade.

Ele reconhece, entretanto, que não basta nomear um negro para o primeiro escalão de um governo, para que os preconceitos sejam eliminados. A presença de negros no primeiro escalão da administração de Leonel Brizola, alega segundo Carlos Alberto de Azevedo, foi uma das formas que o governador encontrou de expressar o compromisso do partido, o PDT, de praticar uma política antirracista.

apenas esses movimentos como também nas paróquias", afirma. Segundo o integrante do diretório do PMDB em São Paulo, os candidatos negros do PT trabalharam com muita dificuldade. E dentro de todos os setores do PMDB, com exceção do governador Montoro, que abriu as portas para os movimentos, não houve representatividade às reivindicações dos negros.

Além disso, Hélio Santos afirmou que muitos dos candidatos negros não conseguiram ingressar-se por causa de fraco desempenho eleitoral. "Não é preciso que crimes 'lobbys' do presidente para participarmos dentro dos partidos de oposição", ressaltou.

NEGRO NÃO VOTA EM NEGRO
Para Ocarino Marcel, presidente da Federação dos Servidores Públicos, não houve erro de avaliação dos militantes negros do PMDB, pois vários deles desenvolveram um bom trabalho. O que aconteceu, na sua opinião, foi que "negro não vota em negro". Marcel explicou sua posição de funcionário negro de governo, afirmando que a luta não é eleitoral apenas do negro, mas se dá de todos os segmentos da população oprimida do País, que há anos vive sob um regime de arbitrariedade e corrupção, e, portanto, não podem ser arrastados.

PTB. Aluisio de Souza, após saber de Hélio Santos como a comunidade negra poderia torcer o governo Montoro e conquistar espaço. Hélio disse que em política nada é dado, tudo é conquistado. Por isso, depende da mobilização da comunidade negra a questão de ocupar áreas dentro do PMDB. Para ele, algumas Secretarias não representam uma vitória definitiva.

Para a vereadora petista do Rio, Benedita de Sousa Lima, involuntária com 18 mil votos nas últimas eleições, a luta da comunidade negra extrapola os limites partidários. Ela disse que, apesar de ter sido eleita democraticamente (sua campanha se deu em cima da mulher negra invisível), tem encontrado muitas dificuldades na Câmara Municipal.

A luta para colocar um político negro no primeiro escalão do governo, não é apenas uma luta por cargos, mas uma luta por reconhecimento. Na sua opinião, esse reconhecimento é claro no momento em que a comunidade negra é tema de debates e quando há perpétua frente a secretários de Estado negros. Afirmando que não se desce a um nível inferior aos negros que mudaram de partido, e que os negros que ocupam cargos decisivos ou de confiança não podem "virar touros", a vereadora disse que tem sido vítima da discriminação até mesmo na Câmara Municipal. "Terho o pior gabinete na Câmara, mesmo que o chefe do meu gabinete, não tenho carro e o telefone é extensivo de outro vereador. Sou duplamente discriminada, porque sou mulher e negra."

Benedita de Souza Lima reconheceu que esse vai ser um processo difícil, de maturação de consciência, porque os negros vivem subestimados há muito tempo.

NEGROS NO PODER
Para o representante do Movimento Negro Unificado, João Batista, da modo geral há uma falta de perspectiva política dentro desses movimentos. Na sua opinião, esses movimentos têm de lutar, não apenas para participar do governo, pedindo favores de cargo, mas por um poder real.

João Batista defendeu a posição afirmando que, quando o negro conquista uma Secretaria, ele não é simplesmente um secretário. "Ele é um secretário negro que representa a maioria da população brasileira", disse. Para ele, contudo, em cada ministério entrar uma Secretaria de favor ao negro, pois certamente sua participação será limitada, ao máximo. Já para o representante do Movimento Negro do Rio de Janeiro, José Ricardo, a existência do poder deve ser atribuída à organização dos próprios negros. Sua maior preocupação é o respeito à violência policial praticada contra a comunidade negra.

RECEPTOR DE FM
Monte você mesmo o seu Receptor de FM. Lendo a revista SAMB ELETRÔNICA.
Nos bancas de jornais de todo Brasil.

ALENCAR
Lanchou Cozinhos Planejados
Em 7 pagamentos sem juros

COMPROMISSO
O PMDB do Franco Montoro e o PDT de Leonel Brizola não podem ser comparados, na opinião do professor Hélio Santos, que qualifica o governador do Estado do Rio como "um político acima da média brasileira, porque teve a oportunidade de viver no exílio". Essa situação, dita por Hélio Santos como atípica, não significa, entretanto, que em São Paulo o governador Montoro não se coarctou com sua proposta de governo. "O que aconteceu aqui, é que houve uma derrota dos movimentos negros, que não estabeleceram uma Secretaria de Estado por causa de divisionismo, não

SEM POLÍTICA, NADA É DADO
O representante do diretório do

Folha de São Paulo. SP, ano 63, n. 19.758, p 12, 08 mai. 1983

Em princípio, várias foram os argumentos apresentados para discussão. Segundo Benedita da Silva, uma questão fundamental a ser discutida seria a dificuldade encontrada pelo movimento negro nos governos de oposição. Na medida em que alguns partidos se mostraram suscetíveis a discussão racial, pudemos notar algumas alianças. No entanto, após as eleições estaduais, a polêmica que emergiu foi acerca de qual partido serviria melhor aos interesses raciais.

O Partido Democrático Trabalhista (PDT), liderado pelo governador eleito e instituído no Rio de Janeiro, assumiu em seu estatuto:

O quarto compromisso programático do PDT é com a causa das populações negras, como parte fundamental da luta pela democracia, pela justiça social e a verdadeira unidade nacional. Este compromisso nós concretizaremos no combate à discriminação social em todos os campos, em especial no da

educação e da cultura e nas relações sociais e de trabalho. A democracia e a justiça só se realizarão, plenamente, quando forem erradicados de nossa sociedade todos os preconceitos raciais, e forem abertas amplas oportunidades de acesso a todos, independentemente da cor e da situação de pobreza.⁷⁵

A nomeação de três negros para secretarias de Estado, o empenho de Brizola para que Abdias do Nascimento fosse empossado deputado federal em 1983⁷⁶, levando a questão racial ao Congresso Nacional e o provimento do partido à campanha e eleição de Mário Juruna⁷⁷ em 1982 materializaram o compromisso assumido no processo de redemocratização.

Ao que tudo indica, essas iniciativas refletiram no ingresso de Lélia González no PDT, tendo em vista que a liderança nacional, já em 1983, tecia duras críticas ao partido em que era filiada e pelo qual tinha concorrido ao cargo de deputada federal em 1982. A exclusão da temática racial e de problemas referentes ao moradores de favelas da plataforma política do PT fazem com a intelectual rompa com o partido em 1986. O conteúdo programático, segundo Lélia:

Para não fugir à regra, o PT na TV não deixou por menos: tratou dos mais graves problemas do país, exceto um, que foi “esquecido”, “tirado de cena”, “invisibilizado”, recalado. É a isto, justamente, que se chama de racismo por omissão. E este nada mais é do que um dos aspectos da ideologia do branqueamento que, colonizadamente, nos quer fazer crer que somos um país racialmente branco e culturalmente ocidental, europocêntrico. Ao lado da noção de “democracia racial”, ela aí está, não só definindo a identidade do negro, como determinando o seu lugar na hierarquia social: não só “fazendo a cabeça” das elites ditas pensantes, quanto das lideranças políticas que se querem populares, revolucionárias. (...) E isso é muito grave companheiros! Afinal a questão do racismo está intimamente ligada a superioridade cultural. De quem? Ora, crioulo, mulhêrio e indiada deste país: se cuide, moçada!⁷⁸

⁷⁵ O documento está disponível no site do PDT: www.pdt.org.br. Acesso em: 01 abr de 2018.

⁷⁶ O pesquisador Abdias do Nascimento era o terceiro suplente da legenda do PDT nas eleições para deputado federal em 1982. Assim, Leonel Brizola precisou nomear os dois primeiros suplentes para cargos no Poder Executivo do estado a fim de que Abdias pudesse ocupar a vaga de deputado no Congresso Nacional, no mandato 1983-1986. A Folha de São Paulo, em 16 de maio de 1983 toma nota dessa relação: “O deputado Abdias do Nascimento, do PDT, proclama-se líder do movimento negro no Brasil mas, em matéria de política partidária, se confessa um fiel liderado do governador Leonel Brizola”. São Paulo, ano 63, n. 19.855, p 03, 16 mai. 1983. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 01 abr. 2018.

⁷⁷ Nascido na aldeia xavante Namakura, em Mato Grosso, Juruna ficou conhecido por sua atuação enquanto chefe de aldeia, reivindicando perante a Fundação Nacional do Índio, em Brasília, demarcação de terra para as populações indígenas. Eleito deputado federal pelo PDT em 1982, com um número expressivo de votos, foi responsável pela criação da Comissão Permanente do Índio.

⁷⁸ Folha de São Paulo. São Paulo, ano 63, n. 19.855, p 03, 13 ago. 1983. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do> Acesso em: 01 abr. 2018.

Nesse ínterim, em São Paulo, Hélio Santos, defende que “com a ascensão da abertura, é preciso verificar até que nível a comunidade negra terá participação na solução dos problemas, e qual a contribuição que ela poderia dar a todos os setores do governo”⁷⁹. Haja vista que o pleito paulista não correspondeu às expectativas das candidaturas negras, essa afirmação incide na reivindicação de uma secretaria municipal junto ao prefeito indicado: Mário Covas ⁸⁰. Ademais, uma comissão de representantes negros foi constituída no PMDB, objetivando sugerir “nomes que viessem a ocupar cargos do segundo e terceiro escalões do governo”⁸¹. Ao fim e ao cabo, a discussão do dia 04 de maio girou em torno da representação negra na máquina estatal.

Flávio Jorge, à época integrante do Grupo Negro da PUC, arremata o debate argumentando que

O PMDB passou uma rasteira na comunidade negra, ao não nomear nenhum negro para o primeiro escalão. O negro não está no poder, e representantes da comunidade em Secretarias, como acontece no Rio, não significam muita coisa, porque nossa situação ainda não está resolvida. Por isso, todos nós olhamos desconfiados para aqueles que hoje ocupam esses cargos.⁸²

Dado esse cenário, os ativistas negros ligados ao PMDB, encontraram como alternativa reivindicar espaço dentro do governo Montoro, o que resultou na implantação do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo, inspirado no Conselho da Condição Feminina⁸³. Ainda que não tenha surgido como uma demanda do movimento negro, esse órgão participativo é fruto de uma articulação de ativistas para pressionar de forma acentuada um espaço político institucional para os negros (RIOS, 2014).

Em vista disso, foi o primeiro espaço estatal criado, encarregado de “desenvolver estudos relativos à condição da comunidade negra e propor medidas que visem a defesa

⁷⁹ Folha de São Paulo. São Paulo, ano 63, n. 19.754, p 04, 04 mai. 1983. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do> Acesso em: 22 mar. 2018.

⁸⁰ Paulista, foi eleito vice-presidente da União Nacional dos Estudantes, aos 25 anos. No final da década de 70, com o retorno de direitos políticos, foi presidente do MDB. Nomeado prefeito em 1983, exerceu o cargo de prefeito até 01.01.1986, quando passou o cargo a Jânio Quadros.

⁸¹ Folha de São Paulo. São Paulo, ano 63, n. 19.755, p 04, 06 mai. 1983. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do> Acesso em: 22 mar. 2018.

⁸² Folha de São Paulo. São Paulo, ano 63, n. 19.758, p 12, 08 mai. 1983. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do> Acesso em: 01 abr. 2018.

⁸³ O Conselho Estadual da Condição Feminina foi criado em São Paulo pelo Decreto nº 20.892 de 04 de abril de 1983.

de seus direitos, a eliminação das discriminações que a atingem e à sua plena inserção na vida socioeconômica, política e cultural”⁸⁴.

Logo no início do governo havia uma grande insatisfação, porque não havia participação efetiva do negro dentro do governo, muito pouca gente havia conseguido ser nomeada no governo. Mas duas pessoas estavam no Palácio: eu, que trabalhava com assuntos políticos, e o Hélio Santos, que trabalhava no cerimonial do Montoro. Mas eu pude observar, por exemplo, que as mulheres tinham criado um conselho, o Conselho da Condição Feminina. E a partir dessa experiência eu sugeri à Secretaria de Assuntos Políticos, ao chefe de gabinete Carlos Figueiredo: “Por que não criar um conselho do negro?” Ele prontamente achou interessante a ideia e me deu sinal verde. Comecei a trabalhar nisso. Conversei com o Hélio, que achou interessante, e conversei com outros colegas: o Antônio Carlos Arruda e o Genésio. E nós quatro começamos a trabalhar politicamente essa ideia.

Isso era fevereiro, março de 1983, logo no início do governo. Como o Hélio trabalhava no cerimonial, nós marcamos uma audiência com o Montoro, comemorando o 13 de maio no Palácio Bandeirantes. E fizemos da seguinte forma: colocamos três pessoas fazendo perguntas sobre a situação da criança e da mulher negra, da violência policial, e terminávamos a fala com os militantes perguntando: “Por que não criar um Conselho?” Se fosse só uma reunião... Mas isso foi filmado pela TV Cultura. E o governador Montoro perguntou para o Hélio Santos, na fala dele, se o governo estava de fato respeitando o negro. E o Hélio falou: “não”. O Hélio confirmou de viva voz que não havia, de certa forma, essa incorporação. E aí, no dia 11 de maio de 1983⁸⁵, o Montoro topou criar o Conselho. (DOS SANTOS, in PEREIRA & ALBERTI, 2007: 215/216)

Vinculado ao Gabinete do Governador, o Conselho era composto por 19 membros, sendo 10 deles da “comunidade negra, representativos da sociedade civil”⁸⁶. Os demais deveriam ser representantes das Secretarias: Governador, Economia e Planejamento, Justiça, Educação, Promoção Social, Relações do Trabalho, Cultura, Segurança Pública e Negócios Metropolitanos. Ao “atravessar” todas as secretarias, a função inicial dos representantes do Conselho seria “desbravar a máquina estatal”, articulando possíveis alianças no intuito de solidificar projetos. Uma característica a observar é o resgate de uma prática que reporta às organizações negras mais longínquas:

(...) criação de um veículo de comunicação próprio, onde se pudesse propagar suas atividades e dar visibilidade aos políticos negros que encabeçavam o processo. O jornal tinha também a função de expandir as ideias e propostas do

⁸⁴ Decreto nº 22.184 de 11.05.1984, *Diário Oficial do Estado de São Paulo* (12.05.1984). Disponível em: <https://governo-sp.jusbrasil.com.br/legislacao/197077/decreto-22184-84> Acesso em: 01.04.2018.

⁸⁵ Ao que tudo indica, Ivair Alves dos Santos se equivocou em relação ao ano de criação do Conselho. O governador Franco Montoro assinou o Decreto supracitado no ano de 1984, em meio aos processos da campanha das Diretas Já.

⁸⁶ Decreto nº 22.184 de 11.05.1984, *Diário Oficial do Estado de São Paulo* (12.05.1984). Disponível em: <https://governo-sp.jusbrasil.com.br/legislacao/197077/decreto-22184-84> Acesso em: 01.04.2018.

grupo, que entendia que os espaços governamentais e estatais deveriam ser ocupados pelos negros. Não por acaso, o Conselho sempre promoveu ações afim de dar visibilidade a Hélio Santos, figura que queriam construir politicamente não só no interior do Estado, como também no país inteiro. (RIOS, 2014: 119)

Ainda que o Conselho não fosse considerado legítimo por todos os ativistas do movimento negro no período, uma vez que “tinham o entendimento de que aquilo poderia ser uma Funai, ou alguma coisa que fosse tutelar os negros” (DOS SANTOS in PEREIRA & ALBERTI, 2007: 217). Em sua dissertação de mestrado em Ciência Política, nomeada *O movimento negro e o Estado*, ele considera: “começou-se a falar nos perigos de institucionalização do movimento negro, e foram muitas as articulações para esvaziar o Conselho...” (DOS SANTOS, 2001: 80). Todavia, vale ressaltar que um órgão estatal encarregado de combater o racismo contradiz oficialmente o próprio Estado brasileiro. Conforme Andrews:

(...) enxerga-se nestas agências e na decisão de cria-las, uma espécie de abertura nas relações raciais brasileiras, em pelo menos dois sentidos. Primeiro, como está indicado acima, a admissão por parte do governo do Estado de que a democracia racial não é uma realidade no Brasil é em si um desenvolvimento histórico que dá peso e legitimidade aos protestos dos movimentos negros. Segundo, estas agências são em si pequenas aberturas pelas quais os ativistas e políticos negros podem se inserir no aparato do Estado e ganhar acesso a outras agências, a políticos e a administradores do Estado. (ANDREWS, 1998: 322)

É nessa perspectiva de articulação entre militantes do movimento negro e outros representantes estatais que Hélio Santos foi indicado a Comissão dos Notáveis para a Constituinte. Projetar a temática racial no âmbito federal foi uma estratégia dos dirigentes do Conselho, que já participavam de encontros com Tancredo Neves, como demonstra o depoimento abaixo:

Nós conseguíamos, de alguma forma, ter a sacação de que nós estávamos vivendo um momento tão rico que o negócio era pautar a questão nacional. Nós tínhamos que discutir com o país. Então, nosso jornal deixou de ter uma circulação estadual e passou a ter uma circulação nacional. A gente panfletava no país todo dizendo que existia um órgão nesse sentido. Muita gente protestava, era contra, mas o Conselho não estava nem aí para nada disso. Na verdade, nós estávamos abrindo uma nova esfera de intervenção, na estrutura, na máquina do Estado. (DOS SANTOS in PEREIRA & ALBERTI, 2007: 228)

Ainda na primeira metade da década de 80, a campanha das Diretas Já – importante referência de luta pelo fim da ditadura militar no Brasil -, foi uma etapa significativa para construção de relações entre o movimento negro e outras organizações políticas. Os ativistas das organizações negras paulistas, filiados ao PMDB, PDT e PT,

elaboraram juntos, o Comitê Pró-Diretas do Movimento Negro do Estado de São Paulo: “o objetivo deste comitê será levar para a periferia, onde se encontra a esmagadora maioria da população negra, a luta pelas eleições diretas”⁸⁷. Já no Rio de Janeiro, a autonomia das organizações negras gerou debates na busca por um representante que não fosse vinculado a nenhum partido político para participar do Comitê Pró-Diretas do RJ: “o Abdias é Abdias, era deputado federal, mas era o Abdias do PDT, e a gente batia: ‘Não. O movimento não pode ser partidarizado. Se o Abdias for o representante, quem é o representado é o PDT. Tem que ser alguém de fora.’ Aí eu fui eleito” (PEREIRA in PEREIRA & ALBERTI, 2007: 219).

Ainda que não fosse o representante negro escolhido para compor o comitê carioca, o deputado federal é categórico ao afirmar a importância desta representação para a comunidade negra, apesar da “balela do purismo ‘esquerdista’ que alega uma suposta ‘divisão do povo’, decorrente da afirmação positiva da nossa identidade negra”⁸⁸:

⁸⁷ Folha de São Paulo. São Paulo, ano 63, n. 20.025, p 04, 30 jan. 1984. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do> Acesso em: 01 abr. 2018.

⁸⁸ Folha de São Paulo. São Paulo, ano 63, n. 20.025, p 03, 02 mar. 1984. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do> Acesso em: 01 abr. 2018.

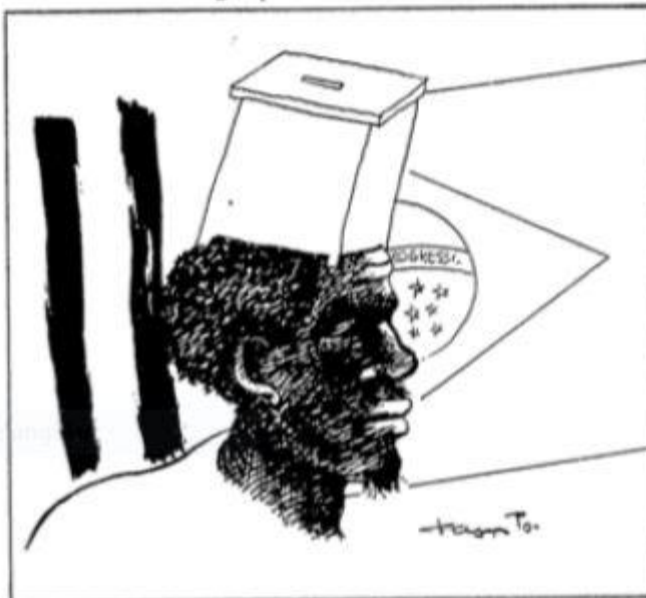
O negro e as eleições diretas

ABDIAS DO NASCIMENTO

Na campanha pelas eleições diretas para presidente da República, o movimento negro não está ausente. Tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo, as entidades negras se posicionam e se organizam a fim de participar plenamente do processo de mobilização popular. Por ocasião do comício histórico na praça da Sé, em São Paulo, dia 25 de janeiro, representantes de uma ampla gama de organizações negras redigiram e leram um documento expondo os fundamentos da posição afro-brasileira a favor das diretas. Superadas as divergências de enfoque, tática ou estratégia, que superficialmente separariam os vários grupos engajados no movimento, a unidade básica em torno do pleito popular, democrático e legítimo, ficou registrada em praça pública.

No Rio de Janeiro, a 8 de fevereiro, criou-se o Movimento Negro Pró-Diretas, o qual conta com a participação de negros engajados em quase todos os partidos políticos e entidades negras atuantes no município e no Estado. E no dia seguinte, uma delegação desse movimento compareceu a uma reunião da coordenação da passeata pró-diretas (evento ocorrido a 16 de fevereiro) e exigiu, em igualdade a tantas outras entidades engajadas, uma representação na mesa. Previsivelmente, foi contestada essa posição, com a alegação de que tal procedimento constituiria um "racismo às avessas". Já é conhecida essa velha balala do purismo "esquerdista" que alega uma suposta "divisão do povo", decorrente da afirmação positiva da nossa identidade negra. Ora, o que divide o povo é o racismo euro-brasileiro das classes dominantes. O movimento negro objetiva exatamente o contrário: superar essa divisão racial, cada vez mais comprovada, até mesmo nas estatísticas oficiais.

A desigualdade racial no emprego, na remuneração, na educação, na moradia, na renda e nas oportunidades sociais em geral, presente nas estatísticas (ver a matéria da revista *Veja* de novembro passado), vem acompanhada de paralela desigualdade racial de participação nas estruturas e na vida política do País. Por isso, talvez, o melhor lugar para começar o trabalho de construção da almejada igualdade racial seja precisamente no meio político. Na mesa diretora dos trabalhos daquela reunião da passeata, não havia nenhum negro assumido, fato rotineiro nos encontros políticos em nosso país. Isso não representa discriminação, segundo os partidários de nossa desdemocracia racial. Discriminação é



só quando o negro quer participar em igualdade de condições.

Em editorial de 17 passado, o jornal *O Globo* externou a mesma orientação tradicional ao comentar a visita de um grupo de negros, engajados em várias entidades do movimento negro local, ao prefeito do Rio de Janeiro, para discutir a exoneração da secretária de Desenvolvimento Social, dra. Edileida Salgado Nascimento. O editorial culpa o governador Leonel Brizola pelo "equivoco" de ter "inventado certos tipos de participação no seu governo" pelos quais estaria agora pagando. Ora, é notório o fato de que a nomeação da dra. Edileida e de mais dois negros, igualmente competentes, para secretarias no seu governo foi fruto da sensibilidade política do governador frente à justa reivindicação de participação política de uma comunidade, há mais de quatro séculos alijada da cidadania, do voto, e dos círculos de decisão neste país. Os fantasmas que o editorial levanta contra a delegação que foi ao prefeito — "espírito preconceituoso" e "atitude racista" — também foram invocados contra Brizola, primeiro político de destaque nacional a apoiar, decisiva e concretamente, a participação organizada do negro na construção de um partido político, quando ele efetivou essa posição ao atender a reivindicação da criação da Secretaria do Movimento Negro do PDT, implementando sua

quarta prioridade programática. (Outros políticos e outros partidos, alguns considerados até mais "progressistas", demoraram muito em admitir a organização afro-brasileira a nível partidário, e só o fizeram depois do exemplo dado pelo PDT.)

Na reunião comentada pelo "*Globo*", a delegação negra foi tratar com o prefeito desse princípio da participação organizada do negro, defendendo seus interesses específicos decorrentes de uma situação específica de discriminação, e não de qualquer um ou outro cargo. E é esse princípio que o jornal, com seus ataques ao "socialismo moreno", visa a desacreditar. Se um cargo de confiança dentro de uma administração não pertence a esta ou aquela representação étnica, e se a referida exoneração em nada se relaciona com o fato da demissionária ser mulher negra, mas com considerações apenas administrativas, isto não constitui justificativa para se negar o direito da população negra, há séculos marginalizada do processo político, de reivindicar, exigir e conquistar espaços políticos para a defesa de sua gente humilhada, discriminada e oprimida pelo racismo tupiniquim.

ABDIAS DO NASCIMENTO é deputado federal (RJ) e vice-presidente nacional do PDT, fundador do Teatro Experimental do Negro e diretor do Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-brasileiros (IPEAFRO) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Folha de São Paulo. SP, ano 63, n. 20.025, p 03, 02 mar. 1984

Segundo Abdias, a arena política seria o melhor lugar para igualar negros e brancos em condições e oportunidades. Desta forma, reivindicar uma representação para defesa de uma comunidade secularmente alijada da cidadania, está alinhada ao projeto de "ocupar espaços".

A segunda metade da década de 80 pode ser sublinhada pela reapresentação de pautas no contexto das eleições para representantes parlamentares que atuariam

diretamente na escrita da nova Carta Magna, expoente de nascimento do Estado Democrático de Direito. As relações constituídas por militantes negros no governo Montoro possibilitaram novos saltos nesse período e, embora Hélio Santos tenha sido indicado para representar a comunidade negra na Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, em 1985⁸⁹, a reforma constitucional se cumpriria estabelecendo alguns limites aos ativistas de movimentos sociais. Necessariamente, os grupos sociais só poderiam apresentar suas demandas caso estivessem associados a partidos políticos, sob a possibilidade de se eleger uma representação parlamentar.

Amargando uma nova derrota no pleito de 1986, o professor Hélio Santos não pode participar da Constituinte, compondo apenas a Comissão Provisória, responsável pela elaboração de um esboço da nova Constituição. Carlos Alberto Caó, eleito deputado federal pelo PDT do Rio de Janeiro; Benedita da Silva, eleita deputada federal pelo PT - RJ; Paulo Paim⁹⁰, parlamentar eleito pelo PT no Rio Grande do Sul e Edimilson Valentim⁹¹, eleito pelo PCdoB também no Rio de Janeiro foram os candidatos alinhados as discussões e propostas das organizações negras naquela fase:

Movimento Negro faz propostas à Constituinte

Do Sucursal de Brasília

A descriminalização do aborto, a criação de um tribunal especial para julgamento dos crimes de discriminação racial, e que a tortura física e ou psicológica seja considerada crime contra a humanidade, são algumas reivindicações do Movimento Negro a todos os membros do futuro Congresso constituinte.

A entidade divulgou ontem o documento final que reúne contribuições de 580 entidades negras e grupos atuantes do Movimento Negro, enviadas à "Convenção Nacional do Negro pela Constituinte", realizada em Brasília nos dias 26 e 27 de agosto passado. A convenção contou com a participação de 185 representantes de 63 entidades, de dezesseis Estados.

No capítulo sobre "direitos e garantias individuais", o movimento reivindica que "seja punido pela lei o preconceito de raça, como crime inafiançável, com pena de reclusão, e

que seja adotado rito sumaríssimo para o processo". Sobre as condições de vida e saúde, a entidade exige que seja proibido ao Estado a implantação de todos programas de controle da natalidade.

Em relação ao menor, o movimento entende que deverá ser proibida a manutenção de casas de detenção. "O menor infrator terá assistência social extensiva à sua família", diz o documento do movimento.

O Movimento Negro reivindica que os constituintes, na próxima Constituição, façam constar que será "assegurada a liberdade de culto religioso e garantida a prática de todas e quaisquer manifestações culturais, independentemente de sua origem racial, desde que não sejam ofensivas à moral e aos bons costumes".

Na questão da terra, o movimento defende que seja "garantido o título de propriedade da terra às comuni-

dades negras remanescentes de quilombos, quer no meio urbano ou rural". Exigem também que o imóvel improdutivo não seja transmissível por herança e que o Estado promova a devida desapropriação. Reivindica ainda o rompimento das relações diplomáticas e/ou comerciais do governo brasileiro com todos e quaisquer países que tenham institucionalizado qualquer tipo de discriminação entre sua população.

Agendas

Executivo

Presidente	de Aires Maranhão - 11-12 Oito
Não foi realizada	CPA M 8, Loja Avenida
	Crusoeiro do Sul 460 bairro
	Rochdale Oastro Viagem
	a Zucareli São José dos
	Compost e Colapava
Governador	
11h	Préfeito
Inauguração do Quartel do	
Comando de Policiamento	Não foi realizada

⁸⁹ Ver: Folha de São Paulo. São Paulo, ano 64, n. 20.227, p 05, 03 set. 1985. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do> Acesso em: 01 abr. 2018.

⁹⁰ Filho de operários, teve sua trajetória marcada pelo sindicalismo. Foi presidente da Central Estadual de Trabalhadores do Rio Grande do Sul, diretor da Central Única dos Trabalhadores, quando se filiou ao PT em 1983. Durante seu mandato no Legislativo, exigia igualdade de direitos para a população marginalizada secularmente: a negra.

⁹¹ Também oriundo da militância sindical, ingressou no Partido Comunista do Brasil em 1983.

Os quatro constituintes negros supracitados estavam vinculados a Comissão da Ordem Social (Comissão VII), mais precisamente à Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias (Subcomissão VIIc). As reivindicações apresentadas, a saber: descriminalização do Aborto, tribunal para crimes raciais, penalização do preconceito racial, tornar tortura física e psicológica crime contra a humanidade, proibição das casas de detenção para menores, assegurar os cultos religiosos, direito às terras quilombolas, desapropriação de terras improdutivas, anulação de programas estatais de controle de natalidade e rompimento das relações diplomáticas e comerciais com Estados segregacionistas -, estavam alinhadas às pretensões políticas dos movimentos sociais:

Havia consensos. O primeiro consenso era a criminalização do racismo. E depois, no curso dos debates, eu me lembro que foi a primeira vez em que me ative a essa demanda das comunidades de quilombo. (...) o pessoal do Nordeste pautou o tema das terras de comunidades de quilombo com muito vigor e nós, então tivemos a oportunidade de perceber a dimensão que o problema tinha. Esse também foi um tema consensual. (JÚNIOR, PEREIRA & ALBERTI, 2007: 250 e 251)

A partir do depoimento de Hédio Silva Júnior, podemos perceber que duas demandas específicas do movimento negro são exemplos interessantes de conquista pela via legislativa. “A prática do racismo se tornou crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei” (BRASIL, 1988. Item XLII, Art. 5), substituindo a Afonso Arinos, de 1951, onde o preconceito de raça e/ou cor era considerado apenas contravenção penal. Essa emenda foi apresentada pelo constituinte Carlos Alberto de Oliveira, o Caó.

A deputada Benedita da Silva, por sua vez, encaminhou à Constituinte a emenda referente às chamadas “terras de preto”, discutidas inicialmente pelas organizações negras nordestinas. Dessa forma, “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1988. Art. 68).

Toda a mobilização negra no processo de redemocratização, que culminou, entre outras coisas, na participação efetiva na Assembleia Nacional Constituinte, possibilitou o nascimento do sujeito/cidadão negro com direitos constitucionais. A participação de

militantes negros em espaços estatais não restringiu as práticas reivindicatórias dessas organizações. Longe disso, acrescentou às marchas e protestos, a viabilidade de implementação de políticas e projetos direcionados à população negra rural e urbana (RIOS, 2014).

2.3 RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Não há insegurança em afirmar que as organizações negras unificadas sob a sigla do MNU, herdaram e apreciaram produções e experiências da diáspora negra, especialmente as lutas pelos direitos civis nos EUA, mas também das lutas por libertação em países africanos. Em sua Carta de Princípios, elaborada em 1978, o Movimento Negro Unificado demonstra atenção especial para essa circulação de referências: “(...) nos solidarizamos com a luta internacional contra o racismo” (MNU, 1988:19).

Em estudo sobre as publicações *Cadernos Negros* e o *Jornal do MNU*, Florentina da Silva Souza afirma que:

A influência exercida pelos fatos políticos ocorridos na África e na diáspora nos movimentos negros pode ser comprovada pelas frequentes referências, na produção textual dos grupos negros da década de setenta, às lutas e aos heróis africanos, assim como pelo uso constante de epígrafes e citações de autoria de intelectuais e personalidades africanas, ou membros do movimento da Negritude, presentes em muitos números das publicações aqui estudadas. (SOUZA, 2005: 39-40)

Nessa perspectiva, Michael Hanchard observa que devemos pensar o movimento negro brasileiro como reflexo de uma política negra transnacional, sem uma delimitação de fronteiras. Para ele,

O desafio específico para muitos acadêmicos brasileiros/brasilianistas, ao considerar os movimentos sociais negros brasileiros como faceta da política negra transnacional, está em ver a participação de organizações tais como a Frente Negra Brasileira não só como forma de apresentação de história nacional e regional, mas também como faceta integral de uma comunidade multinacional, multilíngua, ideológica e culturalmente plural – uma comunidade imaginada, se quiserem, mas não necessariamente limitada por um país territorial singular. (HANCHARD, 2002: 88-89)

Sendo assim, nesse tópico destacamos posicionamentos das organizações brasileiras referentes à política negra transnacional, apresentadas na documentação

analisada. Vale salientar que a África, a partir da constituição de um “movimento negro contemporâneo”, foi ressignificada na tentativa de um retorno as raízes, construção de uma cultura especificamente negra e valorização de uma identidade forjada na luta antirracista. Essa identidade foi compartilhada por indivíduos que compunham coletivos capazes de orientar suas práticas de acordo com os conflitos em que atuavam, o que revelava seu aspecto muito mais diaspórico que nacional.

Destarte, é possível notar um posicionamento firme do movimento negro em relação à política segregacionista do *Apartheid* na África do Sul. Em debate realizado no auditório da Folha de São Paulo, na última quarta-feira de 1982, um “representante do Movimento Negro Unificado”⁹², assim identificado, tece críticas ao periódico pela mesa estar composta apenas por intelectuais classificados no grupo de cor branca. Outro aspecto relatado é a negligência da *Folha* em publicar uma entrevista desse mesmo representante por ocasião do dia dedicado pela ONU aos presos políticos na África do Sul, 11 de outubro. No entanto, em junho de 1983, o MNU já estava organizando um congresso nacional, com representação de outros sete estados para debater ampliação do comitê Anti-Apartheid⁹³. João Batista⁹⁴, membro da comissão executiva do MNU, argumenta que o comitê supracitado tem por objetivo “aumentar o nível de informação do negro brasileiro sobre o racismo na África do Sul”⁹⁵. Um conjunto de reivindicações foram propostas e apresentadas as autoridades brasileiras, sendo a mais importante delas uma campanha pela ruptura diplomática e econômica com o Estado sul-africano. Orientada pelo intelectual, militante e então Deputado Federal Abdias do Nascimento, essa reivindicação esteve na pauta de diversas organizações, desde os anos 70, incluindo o Movimento Negro Unificado, Movimento Negro Socialista Democrático do PDT e Comitê Negro Estadual (SP). Diversos foram os protestos e manifestações públicas em frente às embaixadas sul-africanas tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo⁹⁶.

⁹² In: Folha de São Paulo. São Paulo, ano 59, n. 70.63, p 10, 02 jan. 1983. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do> Acesso em: 12 jan. 2018.

⁹³ Representantes da ONU no Brasil, Movimento Negro Unificado e o CEEA criaram o Comitê Anti-Apartheid em 1980, efetivando um canal informacional antiapartheid da sociedade civil brasileira com a ONU.

⁹⁴

⁹⁵ In: Folha de São Paulo. São Paulo, ano 59, n. 70.63, p 05, 03 jun. 1983. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do> Acesso em: 12 jan. 2018.

⁹⁶ Ver: Folha de São Paulo. São Paulo, ano 59, n. 70.63, p 23, 23 mar. 1985. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do> Acesso em: 22 jan. 2018.

O pesquisador Paul Gilroy nomeia esse fluxo de referências e bandeiras de luta como *Atlântico Negro*: “conjunto cultural e político transnacional de elementos e ações produzidos pela diáspora negra desde o final do século XV” (GILROY, 2012). De acordo com o intelectual londrino:

A longa e específica história do Brasil sobre os contínuos contatos com a África deveria também ser produtivamente acrescentada às narrativas fundamentais da história do “Atlântico negro”. A história do futebol, que se transformou de maneira tão bonita aqui, após sua apresentação à elite brasileira pelos ingleses, fornece algumas instigantes possibilidades analíticas. (GILROY, 2012: 12)

Ele assegura ser “um dos dissidentes pós-coloniais que sem nenhuma vergonha, entusiasticamente, escolheu torcer pelo Brasil na Copa do Mundo de 1970” (Idem, *ibidem*), quando esses ganharam o título de campeão mundial em cima de um time inglês formado apenas por brancos. Portanto, o futebol se apresenta também como referência, na medida em que a presença de atletas negros concebe reações dicotômicas. A título de ilustração, em abril de 1959, quando jogadores negros brasileiros foram proibidos de desembarcar na África do Sul por ocasião de uma excursão pelo continente africano, o presidente em exercício, Juscelino Kubitschek se opõe à competição, solicitando que a comissão técnica e os jogadores da Portuguesa Santista retornassem para o Brasil em imediato⁹⁷.

Em razão do ocorrido, o pesquisador Pablo de Rezende Braga, defende que “o Brasil foi pioneiro no ativismo transnacional antiapartheid no que concerne à temática de boicote esportivo” (BRAGA, 2010:242). Em 1985, o Estado Brasileiro assume, na XL Sessão de Assembleia Geral da ONU, uma postura de “total condenação ao *apartheid*”. Era agosto do mesmo ano, dois meses antes do Grande Prêmio da África do Sul, quando José Sarney formaliza sanções que incluíam o veto à exportação de petróleo e derivados, armas e munições, licenças e patentes, bem como, a suspensão das atividades de intercâmbio cultural, artístico ou desportivo junto ao Estado sul-africano⁹⁸. Malgrado o

⁹⁷ Na chegada à Cidade do Cabo, os jogadores negros do time brasileiro foram proibidos de desembarcar do navio em que viajavam e apenas no dia seguinte tiveram permissão para entrar na África do Sul. No dia do jogo contra um time local, os adversários se negaram a enfrentar os brasileiros negros. JK, ao ser informado do ocorrido, Dennis Brutus, ativista antiapartheid na África do Sul, proibiu o time brasileiro de entrar em campo na África do Sul, classificando de inadmissível o episódio e exigindo o retorno imediato dos jogadores e comissão técnica. “O incidente com a Portuguesa é reconhecido pelos sul-africanos como um importante fato no combate ao regime segregacionista” (BRAGA, 2010: 243). Indicamos: SPORTV, 03 min. 50 seg., exibido no dia 29/7/2009.

⁹⁸ Decreto n 91.524, de 9 de agosto de 1985.

posicionamento oficial do país e até mesmo o fato de ter sido procurado por uma comissão do Movimento Negro⁹⁹, Ayrton Senna, piloto brasileiro, que em 1983 estava realizando seus primeiros testes com um carro de Fórmula 1, assume estar indeciso quanto a sua participação na prova da África do Sul:

FOLHA DE S. PAULO

Senna admite boicotar GP da África do Sul

Do Reportagem Local
e das Agências Internacionais

Ayrton Senna, 25, resolveu quebrar o silêncio mantido por nove dias — desde sua chegada ao Brasil, após a vitória no Grande Prêmio da Bélgica — e falar aos jornais paulistas, concedendo uma entrevista coletiva na tarde de ontem, quando revelou-se indeciso a respeito de sua participação na esboçada prova de Fórmula 1 na África do Sul, marcada para 13 de outubro em Kyalami, apesar de já considerar seriamente a possibilidade (que anteriormente exclusão) de não correr. "É preciso pensar os prós e os contras. As coisas parecem andar complicadas por lá e eu não creio ser seguro correr sob condições tão adversas", declarou o corredor, que admite inclusive a hipótese de não acompanhar a equipe, se esta não apotar sua resolução final, a ser tomada antes da viagem de volta à Inglaterra, no próximo dia 1º de outubro.

O fato de ter sido procurado terça-feira por uma comissão do Movimento Negro, interessada em obter seu apoio ao boicote do GP sul-africano, como protesto à política de apartheid (segregação racial), segundo o piloto, não influiu em sua posição e nem o fez sentir-se pressionado. Embora não acredite que a Lotus venha a aderir ao boicote oficialmente, como os dirigentes da Ferrari sugeriram, para que também pudessem endossar o protesto, Senna, por outro lado, está certo de que a esquadra inglesa não o punirá, no caso de uma atitude contrária.

Condições à parte, o piloto vê boas perspectivas em seu futuro na Fórmula 1 e se já não concorria à liderança do Campeonato Mundial de Pilotos este ano — para o qual considera o francês Alain Prost, da McLaren, sério candidato ao título —, acredita que em 84 poderá viver o porte alto de sua carreira. A possibilidade de ter a sua vida e amigos (e também seu companheiro de residência na Inglaterra), o paranaense Maurício Gugelmin (que corre na Fórmula 2 inglesa), o agrada, mas ainda não foi concretamente apreciada pela Lotus. Os constantes elogios do comenda-



Ayrton Senna deu ontem a primeira entrevista coletiva após sua chegada ao Brasil, há nove dias

der Enzo Ferrari ao seu desempenho nas pistas traz a Senna a satisfação pessoal: "O interesse dos italianos pelo meu trabalho faz com que acredite cada vez mais que estou indo bem." Por outro lado, a trégua da revista Auto Sport aos comentários desfavoráveis à sua pessoa, não impressiona o piloto: "Os jornalistas italianos gostam de criar polémicas porque é exatamente este tipo de notícias que gostam de ler na Itália. Talvez não falem mal de mim, no momento, porque o assunto pode não vender bem." Senna concorda que a altim do prestígio, o dinheiro que a carreira lhe rende é um bom prêmio, que pretende "gastar da melhor maneira possível e guardar o resto para garantir o essencial em sua vida: conforto, tranquilidade e saúde".

Alfa Romeo espera a Ferrari

Gugelmin em Silverstone

A Alfa Romeo está aguardando um comunicado oficial da Ferrari, antes de resolver sobre sua participação no Grande Prêmio da África do Sul, dia 13 de outubro, em Kyalami. "Até o momento tudo é normal. Nada mudou em nossos planos de competir em Kyalami. Vamos ver o que vai fazer a Ferrari. As decisões provavelmente serão tomadas após o GP da Europa (a ser disputado em 6 de outubro, em Brands Hatch, Inglaterra)", afirmou um porta-voz da equipe italiana. Sábado, Enzo Ferrari, chefe da Ferrari, deverá se encontrar com alguns ministros do governo italiano para saber a posição do país em relação a um possível boicote à corrida.

Maurício Gugelmin obteve ontem no circuito de Silverstone, Inglaterra, o melhor tempo dos treinos entre as equipes para a última etapa do Campeonato Inglês de Fórmula 1, a ser disputada no mesmo local no dia 13 de outubro. O piloto brasileiro, que é o líder isolado da competição, foi quase mais segundo mais rápido que o inglês Andy Wallace (segundo nos testes e na classificação do torneio), superando extra-oficialmente seu próprio recorde da pista, com o tempo de 1m42s4 (a uma velocidade média de 146,62 km/h).

Folha de São Paulo. SP, ano 57, n. 17.993, p 39, 26 set. 1985

Apesar do encontro, na própria publicação, Senna admite não se sentir pressionado a boicotar o GP. Posicionamento que foi consubstanciado quando o mesmo, já na África do Sul, declarou que "Não tem problema. Faço o meu trabalho, que é pilotar

⁹⁹ In: Folha de São Paulo. São Paulo, ano 59, n. 70.63, p 39, 26 set. 1985. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do> Acesso em: 24 jan. 2018.

um carro para uma equipe inglesa”. Emerson Fittipaldi, automobilista da Indy, deu sua opinião à Folha de São Paulo: “Está muito certo [o acontecimento da corrida]. Esporte e política são coisas diferentes”¹⁰⁰.

Não obstante o decreto de 1985, Desmond Tutu¹⁰¹, o então arcebispo-primaz anglicano da África do Sul, visitando o Brasil como convidado oficial do governo em maio de 1987, defende que haja uma “intensificação da pressão política, diplomática e econômica”¹⁰². Sua estratégia de reação não-violenta, era “persuadir aqueles com poder de decisão no Brasil para isolar o regime sul-africano”.

O líder negro esteve no país entre os dias 18 e 22 de maio de 1987, chegando pelo Recife, onde encontrou-se com religiosos, representantes institucionais de Pernambuco e militantes do MNU/PE, que o entregaram um documento denunciando um regime de segregação racial não institucionalizado no Brasil. O *Negritude*, periódico que divulgava o posicionamento da ramificação pernambucana do MNU, já tecia críticas à uma relação harmoniosa entre negros e brancos, e noticiou a presença do arcebispo no Recife¹⁰³.

No dia 19, Desmond Tutu seguiu para a Bahia, onde participou de um ato público contra o racismo no Largo do Pelourinho, centro histórico de Salvador. A manifestação na capital baiana, planejada por representantes das organizações negras soteropolitanas e o então “Secretário de Cultura”, Gilberto Gil¹⁰⁴, foi vigorosamente restringida, tendo em vista que havia sido planejada a apresentação de um ritual de candomblé junto a outras apresentações culturais. No entanto, devido a reação de religiosos cristãos brasileiros, o ritual foi suspenso e o arcebispo, recebido apenas pelo governador do Estado, Waldir Pires (PMDB). O prefeito de Salvador, Mário Kertész e Gilberto Gil não compareceram à recepção, nem à manifestação no Pelourinho.

¹⁰⁰

¹⁰¹ É arcebispo da Igreja Anglicana na África do Sul. Em 1984 foi consagrado com o Prêmio Nobel da Paz por sua luta contra o regime segregacionista do Apartheid. Foi o primeiro negro a ocupar o cargo de Arcebispo da Cidade do Cabo.

¹⁰² In: Folha de São Paulo. São Paulo, ano 59, n. 70.63, p 39, 19 mai. 1987. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do> Acesso em: 24 jan. 2018.

¹⁰³ Indicamos: QUEIROZ, Martha Rosa F. *Onde cultura é política: Movimento Negro, afoxés e maracatus no carnaval do Recife (1979-1995)*. Tese (Doutorado em História). Brasília: Universidade de Brasília, 2010.

¹⁰⁴ Gilberto Gil tomou posse da presidência da Fundação Gregório de Matos, espécie de Secretaria Municipal da Cultura de Salvador, em 7 de janeiro de 1989. Sua gestão é sublinhada pela intensificação das relações culturais entre a Bahia e a África e pelo projeto de recuperação do Centro Histórico de Salvador.

Também visitando o Brasil, este em novembro de 1986, Stokely Carmichael¹⁰⁵, é enfático ao convocar a “união dos povos africanos para a luta contra o capitalismo”¹⁰⁶, em especial pela surpresa que demonstra ao visitar uma comunidade periférica em São Paulo:

FOLHA DE S. PAULO Terça-feira, 25 de novembro de 1986 CÍDADES A 13

Carmichael vai à favela Heliópolis e prega revolução

Do Reportagem Local



O ex-líder do movimento negro norte-americano Panteras Negras, Stokely Carmichael, 45, visitou a favela Heliópolis na terça-feira, numa noite de São Paulo. No último domingo esteve na casa do mestre J.C.P., 35, conhecido como "Sol", agredido por policiais militares em evento exibido pela TV Globo. Carmichael costuma sempre ter falado a "Sol", em sua casa na favela, sobre a necessidade de lutar contra a opressão. O que viu no domingo, afirma, superou sua imaginação. "Já vi gente vivendo em péssimas condições, mas nunca como vi aqui", diz, e que, em sua opinião, apenas reforça a "necessidade e inevitabilidade de ocorrer uma revolução no Brasil, porque na favela não podem ser reformadas e o sistema que existe no Brasil é incapaz de transformar a vida das favelas".

Carmichael lembrou ter dito a "Sol", no último domingo, que não tinha condições de prometer que eles não seriam mais atingidos, mas que "podia prometer que chegaria a dia em que ninguém mais seria atingido". O líder negro fez estas declarações ontem, em entrevista na sede da CUT (Central Geral dos Trabalhadores), onde visitava o presidente do órgão, Joaquim dos Santos Andrade. Carmichael está em São Paulo a convite da Frente Nacional de Libertação, que reúne aproximadamente 2.000 negros em São Paulo, numa tentativa de intensificar o "intercâmbio como o negro norte-americano, criando uma fraternidade", segundo diz o secretário da organização, Jorge Cláudio Xavier Júnior, 32.

Leitura motiva visita

O ex-pantera negro, que agitou os Estados Unidos na década de 60, agora vive na Guiné (África Ocidental) e se dedica em tempo integral a propagar a "necessidade de conscientização e organização dos oprimidos", disse que sua visita à favela não foi motivada pela agressão da polícia aos meninos, mas pela leitura, há cerca de dez anos, do livro "Quarto de Despejo", de Carolina de Jesus. "Fui muito tempo sobre isso e queria visitar uma favela, mas não pude vir ao Brasil por causa do regime militar".

Carmichael identifica o capitalismo como "principal inimigo" dos povos oprimidos. Afirma que "o capitalismo brasileiro depende diretamente do imperialismo americano, que está mais fraco a cada dia que passa". Ele aponta sinais dessa fraqueza na queda de vários cidadãos (Sônia, Ferdinando Maretti), o que o autoritário a afirmar que "a luta dos povos está ficando mais forte, especialmente nas Américas Central e do Sul".

Na África, líder prega 'socialismo científico'

Item do Daibis

Stokely Carmichael nasceu em 1939 em Trinidad Tobago, país independente formado por três ilhas do Caribe e membros da Venezuela, no mar das Antilhas. Filho de um carpinteiro, viveu até os 11 anos em Port of Spain (capital do país); em uma mercearia que intermediava negros; havia 40, de braços a epaule, em Trinidad Tobago.

Em 1967 sua família foi matar em um livro negro de Nova York. Na segunda metade dos anos 60 Carmichael ficou internamente envolvido por sua conexão de líder do movimento Panteras Negras. Escreveu, então, o esboço de relatório e de sistema dos negros norte-americanos. Antes presidira o Comitê de Coordenação das Escolas Negras, São-Valeiros, entidade que buscava a conquista dos direitos civis pelos negros.

Desde 1977, Stokely Carmichael vive na Guiné (África Ocidental).

Menor ferido por PMs passa bem

Do Reportagem Local

A assessora de imprensa da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM), de Carolina de Jesus, está passando bem e já recebeu a visita de sua família e de membros da Pastoral do Menor, da Cúria Metropolitana, na Unidade de Recepção e Triagem da entidade, no bairro do Yaguajay (zona leste de São Paulo), onde permanece internada. "Pitico" foi ferido, com outros oito meninos, na manhã de quinta-feira, na favela Heliópolis, sob acusação de terem afetado contra uma viatura da Polícia Militar que passava pelo local. Isso no momento de um deslocamento "Pitico" chegou ao 3. 18º completamente desorientado pela agressão que teria recebido dos policiais.

Os demais PMs envolvidos no caso continuam detidos na sede da Pastoral do Menor (PM) Vila Prudente, uma base, aguardando os resultados do Inquérito Policial Militar (IPM) aberto na sexta-feira passada. O responsável pelo IPM, tenente Luiz Carlos Cassemiro, 47, disse que espera concluir seu trabalho antes dos quatro dias de prazo legal que tem.

Folha de São Paulo. SP, ano 66, n. 21.055, p 13, 25 nov. 1986

O nacionalista negro que teve sua entrada no país proibida em 1966, auge do regime ditatorial no país, afirmou que a leitura do livro *Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada*, de Carolina Maria de Jesus¹⁰⁷, despertou seu desejo de conhecer uma

¹⁰⁵ Nascido em Trinidad & Tobago, Stokely Carmichael mudou-se para os Estados Unidos aos 11 anos. Destacou-se como liderança negra do Movimento Pelos Direitos Civis e também do Black Panther Party for Self Defense (Partido dos Panteras Negras). Nessa conjuntura, ganha força com a expressão “*Black Power*”. Em 1969 assume outra identidade, Kwame Toure, em homenagem aos líderes africanos Kwame N’Krumah e Sékou Touré.

¹⁰⁶ In: Folha de São Paulo. São Paulo, ano 59, n. 70.63, p 16, 18 nov. 1986. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do> Acesso em: 24 jan. 2018.

¹⁰⁷ Escritora brasileira, lida em 17 idiomas diferentes. Foi cozinheira, empregada doméstica e catadora de lixo. Era do lixão que recolhia os cadernos em que registrava o cotidiano da comunidade em que vivia: favela do Canindé. Quarto de Despejo foi seu primeiro livro publicado, em 1960, com a tiragem inicial de dez mil exemplares, esgotados em uma semana. Em 1962 foi publicado nos EUA, com o título “*Child of the Dark*”. O sucesso do primeiro livro não se repetiu nos outros títulos publicados ao longo da década de 60.

“favela”. Espantado pelas péssimas condições que encontrou, Carmichael afirma a necessidade uma “revolução no país porque as favelas não podem ser reformadas e o sistema que existe é incapaz de transformar vidas”. O líder negro estadunidense também esteve na Serra da Barriga, Alagoas, onde existiu entre os séculos XVII e XVIII, o Quilombo dos Palmares.



CAPÍTULO III

“E AGORA FALAMOS NÓS!”:

CONSTRUÇÃO DE SÍMBOLOS POLÍTICOS E CULTURAIS*

“Todos sabemos que a Abolição da Escravatura não representou uma liberdade que deixou em seu rastro a cidadania plena para os antigos escravos e seus descendentes. É desnecessário evidenciar aquilo que todos conhecem: a discriminação racial, velada e eficaz, que se comete contra o negro em nosso país.”¹⁰⁸

Haja vista que o movimento negro fundamenta sua prática e seu discurso numa herança histórica e cultural de origem negro-africana, a partir do final da década de 70, as organizações negras passam a elaborar narrativas para endossar um discurso antirracista. Situado na dialética entre negação e construção de uma retórica afirmativa, é pauta desse movimento negro a revisão da história brasileira, dando uma guinada na produção intelectual mais recente:

Há cem anos a comunidade negra vem sendo conduzida pela elite branca, festeja a assinatura da LEI ÁUREA como um fato que beneficiou os antigos escravos e seus descendentes. Para estas festas não tem faltado apoio oficial a todos os negros ou entidades que se disponham a realizá-las. Nós do MNU – MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO não vemos qualquer motivo para comemorações neste dia, bem como nunca reivindicamos apoio de órgão do governo ou qualquer outra instituição com o fim de comemorar o que seja. Uma análise cuidadosa da história nos mostra que, passada a euforia da comemoração da Lei, os ‘libertos’ ficaram perambulando pelas ruas das

*Refere-se ao título de uma peça teatral e de uma entrevista cedida pela atriz e diretora Tereza Santos à Folha de São Paulo, publicada no dia 22/11/1981. A seção *Folhetim*, especialmente sobre a temática racial, sob o título Zumbi, está na lista de fontes para pesquisa.

¹⁰⁸ SANTOS, Hélio. *Caminhos e perspectivas do negro brasileiro*. In: Folha de São Paulo. São Paulo, ano 59, n. 70.63, p 03, 13 mai. 1986. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do> Acesso em: 12 mai. 2018.

idades e do campo, em busca de um meio de vida. Muitos voltaram às casas de seus senhores em busca de comida, abrigo e trabalho; outros formaram guetos onde ficavam à espera da compreensão cristã de seus algozes.

Estes fatos mostram que o governo e senhores de escravos, apesar dos protestos de alguns destes, foram os verdadeiros beneficiados pela LEI. Livraram-se de um grande contingente de escravos em idade avançada porque ‘aqueles animais’ – como eram tratados nossos ancestrais – já não estavam sendo substituídos. E passaram a dispor de mão-de-obra quase grátis, para todo e qualquer serviço que os brancos não se dispusessem a fazer. Ficaram livres para incentivar a vinda de imigrantes europeus para trabalhar na lavoura, o que tornou remota a possibilidade de inserção do negro no mercado de trabalho e dava um grande impulso ao **branqueamento** da nossa sociedade. Além disso, a ‘abolição’ deixou o Brasil apto ao desenvolvimento do capitalismo, tal como queriam os ingleses que dominavam o mundo naquele tempo, e preparou o terreno para a marginalização que nos atinge até hoje.

Ainda não satisfeita, a Burguesia e suas elites continuou ocultando as lutas dos negros na busca de sua auto-emancipação. Escondeu de nossa história oficial a atuação dos quilombolas, enquanto exalta seus algozes como heróis nacionais.¹⁰⁹

Adicionada à costumeira violência física imposta aos escravizados, intelectuais e organizações negras entendem que a violência simbólica, materializada na desvalorização do negro enquanto sujeito e na destruição da sua memória, integram a formação e estrutura da sociedade brasileira.

Dessa forma, esse capítulo debruça-se sobre os recursos utilizados pelo movimento negro para construção de uma nova interpretação da trajetória dos povos negros no Brasil.

¹⁰⁹ MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO. 13 de Maio: Dia da traição. Belo Horizonte: Manifesto à população, 13, mai. 1989.

3.1 13 DE MAIO X 20 DE NOVEMBRO

O lançamento do vinte de novembro como uma “data negra” foi uma iniciativa do Grupo Palmares¹¹⁰, no início da década de 70. Nas palavras de Oliveira Silveira¹¹¹, “o treze não satisfazia, não havia por que comemorá-lo. A abolição só havia abolido no papel; a lei não determinara medidas concretas, práticas, palpáveis em favor do negro. E sem o treze era preciso buscar outras datas” (2003).

Acatando essa proposição, o MNU desloca as comemorações do treze de maio para o vinte de novembro, a fim de expressar um conteúdo histórico que afirma o protagonismo negro frente aos processos que culminaram na emancipação negra em 1888. Uma vez que a Lei Áurea não foi satisfatória, o 13 de maio transformou-se no *Dia Nacional de Denúncia Contra o Racismo* e a data de morte do líder negro Zumbi dos Palmares foi consagrada como *Dia Nacional da Consciência Negra*, a contar do terceiro Congresso da entidade, realizado em novembro de 78¹¹²:

Com a publicação de artigo no Jornal do Brasil em novembro de 1974, o Grupo Palmares do Rio Grande do Sul, do qual participava entre outros o poeta Oliveira Silveira, sugeria que a data de 20 de novembro, lembrando o assassinato de Zumbi e a queda do Quilombo dos Palmares, passasse a ser comemorada como data nacional contrapondo-se ao 13 de maio. Argumentava que a lembrança de um acontecimento em todos os sentidos dignificante da capacidade de resistência dos antepassados traria uma identificação mais positiva que a Abolição da escravatura, até então vista, como uma dádiva de cima para baixo, do sistema de S. Alteza Imperial. (NASCIMENTO, 1985)

¹¹⁰ Fundado em julho de 1971 por Antônio Carlos Cortes, Ilmo da Silva, Oliveira Silveira e Vilmar Nunes, o Grupo Palmares inicialmente reunia gaúchos e gaúchas interessadas na história da “República de Palmares” e na morte heroica do seu último líder: Zumbi. Segundo o poeta Silveira: “a denominação Grupo Palmares nasceu do conjunto de participantes da segunda reunião devido às considerações de que Palmares parecia ser a passagem mais marcante na história do negro no Brasil ao representar todo um século de luta e liberdade conquistada e sendo também um contraponto à “liberdade” doada no treze de maio de 1888, etc. Outras propostas de nome praticamente não tiveram espaço” (2003). A programação da atividade do 20 de novembro de 71, organizada pelo grupo, precisou ser apresentada às autoridades públicas para obter liberação da Censura previamente.

¹¹¹ Gaúcho, foi um poeta negro brasileiro, atento as relações de raça no Brasil. Foi um dos criadores do Grupo Palmares, integrando a formação no MNU/Seção RS. recebeu várias distinções como a menção honrosa da União Brasileira de escritores, do Rio de Janeiro, por ter escolhido a literatura como uma ferramenta de resistência.

¹¹² Ver, na íntegra, o manifesto nacional do MNU exposto no primeiro capítulo.

Em 1979, um ano após sua fundação, o Movimento Negro Unificado já articulava atividades para 20 de novembro:



Folha de São Paulo, SP, ano 58, n. 18.494, p 10, 21 nov. 1979

Segundo a publicação, o MNU conseguiu reunir no centro do Rio de Janeiro, cerca de 200 pessoas para denúncia da “violência policial racista contra os negros e a situação de marginalização e exploração da população negra na formação da sociedade brasileira”¹¹³. A despeito das reivindicações que incluíam a “reavaliação do papel do negro na história do Brasil”, notamos a centralidade da figura do herói palmarino: “Zumbi é a expressão do maior avanço na luta de todos os oprimidos em nossa História e expressa, portanto o mais elevado nível de consciência política de um país de maioria negra, como o Brasil”¹¹⁴. Ressignificar o entendimento de liberdade transformou Zumbi num exemplo digno de luta e resistência para as gerações vindouras, imortalizando-o como símbolo de combate até hoje.

Conseguimos mensurar a dimensão de Zumbi dos Palmares perante as organizações negras de diversas regiões do país, em 1981, quando a Folha de São Paulo evidencia:

¹¹³ Folha de São Paulo. São Paulo, ano 58, n. 18.494, p 10, 21 nov. 1979. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do> Acesso em: 07 jul. 2018.

¹¹⁴ *Idem.*

Para 45 milhões de pessoas, a República de Palmares não desapareceu com a morte de seu maior herói

Por Zumbi, a maior festa negra

ANTONIO GONÇALVES FILHO

A extemporânea República Socialista de Palmares — primeira e única no País — não morreu com o assassinato de Zumbi, há 286 anos. Ela vive no inconsciente coletivo de parte do povo brasileiro, formado por 45 milhões de negros e mestiços que hoje comemoram o dia de seu herói, na maior festa que o Brasil já viu realizar nos últimos anos. Pense num artista negro, e ele estará numa das dezenas de eventos programados para lembrar Zumbi, de Recife a Macelê, de Salvador a São Paulo, passando pelo Rio e outras cidades.

Para começar, em Macelê, o 1.º Simpósio sobre Palmares será encerrado com a presença de sete embaixadores africanos na missa a ser realizada na serra da Barriga, oficiada pelo bispo de João Pessoa, o José Maria Pires, também conhecido como o d. Pelé.

No Rio, o Macarázinho vai reunir atores e cantores negros no espetáculo "Acorda Zumbi", todos nomes conhecidos como Clementina de Jesus, Ivone Lara, Martinho da Vila, Luis Melodia, Elza Soares, Zé Mota, Carmem Costa, Grande Otelo, Milton Gonçalves, Rute de Sousa e muitos outros artistas.

Em São Paulo, hoje, às 19 horas, haverá ato público marcado por diversos grupos de conscientização negra em frente ao Teatro Municipal, na praça Ramos de Azevedo. E a festa não termina hoje: domingo, dia que promete ser o posto alto das festividades nacionais de Zumbi, o José Maria Pires volta a celebrar missa, desta vez em Recife, coadjuvado por d. Pedro Casaldáliga e d. Heider Câmara. O autor da "Missa dos Quilombos", a ser oficiada no local onde foi espantada a cabeça de Zumbi, para quem ainda não sabe, é um dos maiores nomes da música popular brasileira, Milton Nascimento.

Milton, que compôs a missa sobre versos de Casaldáliga e Pedro Terra, estará cantando em Recife acompanhado por seu conjunto e o Coral de Olinda, para marcar o "Dia Nacional da Consciência Negra", comemorado hoje, que marca o assassinato de Zumbi pelo bandeirante Domingos Jorge Velho, em 1695, um dos precursores — de triste memória — da tortura em nosso País.

Uma manifestação pública, convocada pelo Movimento Negro Unificado, marcará, em Belo Horizonte, as comemorações dos 286 anos de morte de Zumbi. No final da tarde, representantes do MNU distribuirão nas principais ruas da cidade cópia de manifesto nacional do movimento. O ato marcado para o auditório da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas será dividido em duas partes. Na primeira, haverá uma manifestação política, quando se fará um apelo para que todos assumam a luta contra o racismo, mostrando como ele se manifesta na política, na economia ou na cultura. Na segunda, haverá uma exibição da Escola de Dança Marlene Silva, com dança afro-brasileira, indígena e moderna.

Amanhã, numa igreja do bairro Primavera de Mato será realizado um culto ecumênico com a presença de um padre católico, um pastor presbiteriano e um batelista. À noite, numa paróquia do Barreiro — na região industrial — haverá a "Noite de Zumbi", com debates.

MENTIRAS HISTÓRICAS

Ainda para marcar, definitivamente, o "Dia Nacional da Consciência Negra", o historiador Décio de Freitas está lançando, esta semana, através da Graal, a 3.ª edição do livro "Palmares, a Guerra dos Escravos", em que é relatada a verdadeira história da República de Palmares, que há muitos anos de pesquisas nas bibliotecas portuguesas e toda a sua costa bancária. Já que o CNPq, segundo o autor, lhe recusou qualquer financiamento.

Para Décio, os historiadores, invariavelmente, escamotearam até agora o que ocorreu na realidade, em Palmares, a chamada "primeira República Socialista do



Milton Nascimento, em Recife, Clementina de Jesus e Zé Mota, em Macelê, participam das comemorações.



Curta-metragem abre programação

Com a projeção do curta-metragem de Raquel Gerber, "Bê Xorokê", que documenta o processo de formação espiritual dentro de uma concepção africana de mundo, será aberto, hoje, às 20 horas, o 4.º Festival Comunitário Negro Zumbi (Feconezu), no Centro de Convivência Vila Rica, em Campinas. O festival, promovido por várias entidades de conscientização — Movimento Negro Unificado, Grupo Negro da PUC e Grupo Gana, entre outros —, pretende mostrar algumas das atividades artísticas desenvolvidas por esses grupos, reunindo desde músicos, bailarinos e cantores até cineastas e atores teatrais.

Realizado desde 78 — o primeiro festival, em Araraquara, reuniu mais de duas mil pessoas — o Feconezu, este ano, sofreu algumas modificações estruturais, segundo integrantes de grupos de afirmação negra. As discussões políticas que caracterizaram os festivais anteriores, por exemplo, deram lugar às manifestações de cunho essencialmente artístico, deixando para os Encontros de Defesa da Raça Negra — o primeiro realizado em agosto passado, na PUC de São Paulo — essas discussões.

Na abertura do festival, logo após a projeção de "Bê Xorokê", serão apresentados dois outros filmes, "Continente Africano" e um curta retrospectivo sobre os festivais anteriores. No sábado, a partir das 8 da manhã, o Feconezu transfere-se para o Clube Recreativo de Campinas, estando programados, para o período matinal, jogos de futebol de salão, basquete masculino e feminino e vôlei feminino.

A programação cultural do 4.º Feconezu tem início, efetivamente, no período vespertino de sábado. As 15 horas, além de uma

roda de poemas e lançamento dos "Cadernos Negros", será lançado o livro de Wilson F. de Jesus, "África, Cento e Cento!"; às 17 horas, um grupo teatral do Ribeirão Preto apresentará uma peça e, às 17h40, será novamente projetado o curta de Raquel Gerber, "Bê Xorokê".

Após a apresentação de um grupo teatral de Araraquara, às 18h20, será apresentado o filme baseado no livro de babalorá Wilson F. de Jesus, "África, Cento e Cento!"; às 19h30, realizado por uma equipe de São José dos Campos. A seguir, às 19h40, show musical com um grupo de São Carlos e, às 20 horas, "Axé Brasafo (Abi Inae Kibuko)", pelo grupo da PUC de São Paulo; às 20h20, novamente o grupo de São José dos Campos apresenta o monólogo "Os Mafelicos do Tabaco" e, às 20h40, os representantes de Ribeirão Preto se apresentam com danças afro.

As 21 horas de sábado, o grupo de São José dos Campos leva mais um monólogo ao 4.º Feconezu, "Um Grito que se Perdeu no Espaço" e, às 21h20, o Grupo Lundu e Antônio Ferreira, de São Paulo, fazem um show musical, seguindo-se a apresentação do Movimento Negro de Piracicaba e, às 22 horas, do bailarino paulistano Ismael Ivo. O encerramento do festival contará com a presença do cantor Ted Bob Johnny, da Banda Maria Fumaça e do Tape Top Hat Music.

O 4.º Feconezu, em Campinas, foi organizado pelo Movimento Negro Unificado de Campinas e de São Paulo, pelo Grupo Negro da PUC, Grupo Gana de Araraquara, Congada de São Carlos e Movimento Negro Sociedade Cultural de São José dos Campos, com o apoio do Clube Cultural e Recreativo de Campinas.

Um protesto que pode ser de muitos

O "Dia Nacional da Consciência Negra" foi instituído em 1978, quando grupos paulistas que lutavam contra a discriminação racial se uniram e formaram o Movimento Negro Unificado. Até então, esses grupos atuavam isoladamente, mas decidiram juntar suas forças depois que o operário negro Rubson da Silva foi morto por espancamento numa delegacia de Guaiunases e que dois atletas juvenis negros foram impedidos de treinar no clube Fluminense.

Um dos primeiros atos do Movimento foi abolir o 13 de Maio — festa em que se comemora a assinatura da "Lei Áurea" —

como dia de protesto da comunidade negra. Foi eleito, então, o dia 20 de novembro — em que se comemora a morte de Zumbi dos Palmares — como "Dia Nacional da Consciência Negra".

"Para nós, o gesto da princesa Isabel não significa nada. Não houve libertação dos negros", diz Maria do Carmo Sales Monteiro, do Movimento Negro Unificado.

De 1978 até agora, dezenas de outros movimentos e entidades de negros surgiram no Brasil (só no Estado de São Paulo existem 25) e todas comemoram hoje o "Dia Nacional da Consciência Negra".

Segundo Antônio Gonçalves Filho¹¹⁵,

“A extemporânea República Socialista de Palmares – primeira e única no país – não morreu com o assassinato de Zumbi, há 286 anos. Ela vive no inconsciente coletivo de parte do povo brasileiro, formado por 45 milhões de negros e mulatos que hoje comemoram o dia de seu herói, na maior festa que o Brasil já viu realizar nos últimos anos. Pense num artista negro, e ele estará numa das dezenas de eventos programados para lembrar Zumbi, de Recife a Maceió, de Salvador a São Paulo, passando pelo rio e outras cidades.” (Folha de São Paulo, 20.11.1981)

O lançamento da 3ª edição da obra “Palmares, a Guerra dos Escravos”, do historiador Décio de Freitas também é sinalizado pelo jornalista. A pesquisa custeada pelo próprio autor, segundo o jornalista, relata a verdadeira história da República de Palmares, escamoteada por outros intelectuais até então. Gonçalves Filho também traça o histórico de escolha da data 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”, indicando a formação do MNU como catalizador de vários grupos que “atuavam isoladamente”.

Posto isso, a lista de celebrações organizadas para homenagear o líder negro, de fato, é extensa: embaixadores africanos e padres em Maceió, músicos e atores reunidos no Rio de Janeiro, entre os quais Luis Melodia, Dona Ivone Lara, Clementina de Jesus, Martinho da Vila, Elsa Soares, Zezé Mota, Grande Otelo e Milton Gonçalves, para espetáculo “Acorda Zumbi”¹¹⁶; manifestações públicas em São Paulo e Belo Horizonte. Cabe ressaltar a realização do IV Festival Comunitário Negro Zumbi¹¹⁷ (Feconezu) em Campinas, interior de SP e a celebração da “Missa dos Quilombos”¹¹⁸ em Recife, por d. José Maria Pires, junto a Pedro Casaldáliga e d. Helder Câmara, com a participação de Milton Nascimento, compositor dos versos:

¹¹⁵ Redator do texto, é jornalista e crítico de música e cinema. Tem vários títulos publicados, sendo o mais recente Primeira Individual: 25 anos de crítica de arte (2009).

¹¹⁶ O evento ainda é promovido, sendo a última edição em 2017.

¹¹⁷ Em sua primeira edição no ano de 1978, na cidade de Araraquara, o Feconezu reuniu duas mil pessoas, em discussões e atividades culturais.

¹¹⁸ Idealizada por Dom Helder Câmara, escrita e produzida por Dom Pedro Casaldáliga, na época bispo de São Félix do Araguaia/MT, e Pedro Tierra, poeta. Fruto de dois anos de pesquisa sobre a escravidão negra e o silêncio teológico da igreja católica a respeito do tema: “para escândalo de muitos fariseus e para alívio de muitos arrependidos, a Missa dos Quilombos confessa, diante de Deus e da História, esta máxima Culpa Cristã” (CASALDÁLIGA, 2006). Foi celebrada pela primeira vez para um público de sete mil pessoas em 22 de novembro de 1981, na praça em frente à Igreja do Carmo, em Recife. É um local emblemático para o tema, pois ali, em 1695, a cabeça do líder quilombola Zumbi dos Palmares foi exposta no alto de uma estaca. Apesar de ser uma retratação oficial, a Missa foi vetada pelo vaticano, sendo proibida a sua celebração durante quase uma década.

(...)

Awa de! (estamos aqui)

Carne em toneladas/Fardos de porão.

Quota da coroa/Fichas de batismo,

Marcados a ferro/Para a salvação.

Entregues à morte/Sendo cristo a vida.

Humanos leilões/Pecas de cobiça.

300 Milhões

De africanos mortos/Na segregação

Caça das bandeiras/Do esquadrão da morte.

Exus do destino/Capitães-do-mato.

Quantos jorge velho/De todos os lucros.

De todos os tempos/De todas as guardas!

Quantas aureas leis/Da justiça branca!

(Coro- cantado)

Queimamos, de medo

-Do medo da história-

Os nossos arquivos.

Pusemos em branco/A nossa memória.

Cultura à margem/Culto condenado.

Fé de freguesia/Giro tolerado.

Revolta ignorada/História mentida.

Ressaca dos portos/Harlem dos impérios.

Apartheid em casa/Favela do mundo.

Com "direito a enterro"/Sem direito à vida.

Pelourinhos brancos/Flagelados pretos.

Negro sem emprego/Sem voz e sem vez.

Sem direito a ser/A ser e a ser negro.

Dobrados nos eitos/Os peitos quebrados.

Os peitos sugados/Por filhos alheios.

Senhores ingratos

Bebês imolados/Pelas anas paes.

Testas humilhadas/Nas águas dos cais.

Bronze incandescente/Nas bocas dos fornos.

Peões de fazenda/Pé de bóia-fria.

Artista varrido/No pó da oficina;

Garçom de boteco/Sombra de cozinha.

Mão de subemprego/Carne de bordel...

Pixotes nas ruas/Caçados nos morros.

Mortos no xadrez!

Negro embranquecido/Pra sobreviver.

(Branco enegrecido/Para gozação).

Negro embranquecido,

Morto mansamente

Pela integração

Mulato iludido,

Fica do teu lado,

Do lado do negro.

Não faças, mulato,

A branca traição

(...)¹¹⁹

A letra é singular ao refletir ideias e considerações que circulavam entre as organizações negras, incluindo os “Grupos de União e Consciência Negra”¹²⁰.

No domingo 22 de novembro de 1981, dois dias após a publicação supracitada, a Folha de São Paulo publica uma seção *Folhetim* toda direcionada à discussão racial, com foco no Quilombo dos Palmares e em seu principal líder. A capa é emblemática:

¹¹⁹ Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/milton-nascimento/1281137/>. Acesso em 09 jul. 2018.

¹²⁰ Na primeira metade da década de 80, a Igreja Católica, (através das Pastorais Sociais, da doutrina da “Teologia da Libertação” e das Comunidades Eclesiais de Base) favoreceu a discussão racial no seu interior, possibilitando a criação dos “Grupos de União e Consciência Negra” transformados, posteriormente, nos “Agentes de Pastorais Negros” – APN’s.

FOLHETIM



Folha de São Paulo, SP, n. 253, 22 nov. 1981

Nesta edição, Abdias Nascimento analisa perspectivas do Quilombismo¹²¹, Décio de Freitas, historiador gaúcho, relata episódios importantes da existência do Quilombo

¹²¹ Conceito apresentado no primeiro capítulo.

dos Palmares e Hamilton Cardoso¹²² comenta o 1º Simpósio Nacional sobre o Quilombo de Palmares¹²³. Conforme Cardoso, “o fato novo que surgiu em Maceió talvez tenha sido o exercício nacional do sonho em torno da república negra. Um sonho que deverá permear várias classes sociais, envolvendo todos os aspectos do quilombo de Palmares – a república do Prazer”¹²⁴.

A revisão proposta pelo MNU também atribui um novo sentido aos Quilombos, onde os negros desempenharam os papéis de sujeitos de sua própria história. Sendo este uma forma de organização social e comunitária, retaguarda militar de resistência à escravidão, se torna uma referência histórica fundamental:

A primeira forma de resistência do negro à escravidão foi a revolta nas senzalas. E os senhores de escravos encontraram respostas imediatas: os chicotes dos capitães-do-mato e profundas marcas nos corpos e nas mentes das populações Negras, que procuraram novas saídas. Neste momento, o senhorio viu a repressão ao escravo, como sendo comum, jamais uma forma de impedir a luta por seus direitos. Mas, como jogou capoeira, uma luta de muitas formas e diferentes golpes, o negro procurou novas e mais avançadas saídas: os Quilombos. A cada Quilombo que surgia, a repressão sofisticava-se. A cada repressão os Quilombos cresciam espalhando-se pelo país, assim como variavam as formas de lutas dos Negros, os Quilombos como o de Palmares, em Pernambuco, Alagoas e Sergipe, com quase 50.000 habitantes ou as revoltas, como a dos Malês. A repressão do capitão-do-mato cresceu ao ponto de organizar exércitos para combater os Quilombolas, as insurreições escravas. Os Quilombolas foram as primeiras vítimas das perseguições políticas do país. (MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO in MOURA, 1983: 158)

Beatriz Nascimento¹²⁵ vai além, ponderando o sentido espiritual dos quilombos:

(...) na raiz de todos os quilombos, existe uma procura espacial do homem, que se relaciona com muitas questões discutidas atualmente, como a ecologia. Os quilombos sempre se localizam em locais muito bonitos em meio à natureza. Geralmente, são lugares altos, por questões de defesa, mas de onde também se tem uma visão do infinito, revelando

¹²² Com participação expressiva na imprensa alternativa e na grande imprensa paulista, Hamilton Cardoso foi uma das lideranças do movimento negro contemporâneo. Esteve envolvido na campanha pela anistia, no movimento das Diretas, no processo da Constituinte e na formação do Partido dos Trabalhadores.

¹²³ Realizado em Maceió (Alagoas), reuniu embaixadores africanos, historiadores, antropólogos e lideranças negras para discutir a história do maior Quilombo das Américas.

¹²⁴ Folha de São Paulo. São Paulo, ano 60, n. 253, p 03, 22 nov. 1981. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do> Acesso em: 12 jul. 2018.

¹²⁵ Historiadora negra, mantinha um grupo de estudos na Universidade Federal Fluminense (UFF), intitulado de André Rebouças. Gestava pesquisas sobre os Quilombos (RATTS, 2007).

uma necessidade de espaço vital, de horizonte, que se atrofiou nas grandes metrópoles. Os quilombos, principalmente os de Minas, são também locais de concentração de muitos recursos naturais, como fontes de água ou minérios, ou zonas de fertilidade, o que mostra a grande ligação do africano com a terra. É esse espaço, que não é geográfico, mas vital, que os negros procuram reproduzir mesmo nos centros urbanos. Nas favelas do Rio, que se situam morros, há sempre um certo verde e se cultivam determinados tipos de plantas utilizadas em cerimônias religiosas. Por isso, acho que os quilombos surgiram, não só como resultado de uma situação negativa, da fuga da escravidão, mas como uma ação positiva para recriar a ligação primordial do homem com a terra. A terra não como propriedade, mas como elemento indispensável ao conjunto da vida humana.¹²⁶

Conhecidos como “perigo negro”, os quilombos se tornaram um caminho audacioso para a sociedade escravocrata, tendo em vista que se delinearão como uma alternativa política, econômica, cultural e espiritual que fortalecia os negros rebelados de outrora, reorganizando sua vida em liberdade. Dessa forma, no século XX, a militância negra se apropriou do quilombo como uma importante representação política de luta contra a discriminação racial e valorização da cultura negra, ascendendo na memória coletiva do povo negro como sinônimo de resistência.

Aproveitando o ensejo do ano de 1986, as organizações negras dispõem da “data negra” oficial para reivindicar:

¹²⁶ Folha de São Paulo. São Paulo, ano 60, n. 253, p 09, 22 nov. 1981. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do> Acesso em: 12 jul. 2018.

No dia de Zumbi, negros pedem que Constituição criminalize o racismo

Do correspondente em Maceió

"A partir de agora, os negros vão pressionar para que a nova Constituição torne obrigatório o ensino da cultura afro-brasileira nas escolas de primeiro, segundo e terceiro graus e criminalize severamente a discriminação racial", disse ontem o assessor especial para Assuntos Afro-brasileiros do Ministério da Cultura, professor Carlos Moura, durante as solenidades, ontem em Maceió, do "Dia Nacional da Consciência Negra".

Segundo Moura, o lançamento da

medalha Zumbi dos Palmares, ponto alto das solenidades realizadas na Serra da Barriga (a 82 quilômetros de Maceió), "representa o reconhecimento, pelo governo da Nova República, da contribuição da raça negra e dos africanos à formação desta grande nação".

Moura, que é também diretor do Memorial Zumbi, disse que "o presidente José Sarney e o ministro da Cultura, Celso Furtado, estão demonstrando que apóiam as iniciativas dos movimentos negros brasileiros".

Segundo Carlos Moura, "os negros ainda sofrem discriminação social. Mas isso tem que ser mudado.

"As entidades que formam o Movimento Negro Brasileiro fazem uma comemoração muito especial: a 291 anos em que o nosso herói Zumbi dos Palmares morreu, bravamente lutando na Serra da Barriga, União dos Palmares (Alagoas), em busca da liberdade dos seus irmãos escravizados naquela época". A afirmação do líder do Movimento Negro do Rio de Janeiro, Justo de Carvalho, também se encontra em Maceió

Folha de São Paulo, SP, ano 66, n. 21.051, p 12, 21 nov. 1986

Clóvis Moura, no período diretor do Memorial Zumbi¹²⁷ realça a demanda referente ao ensino da história e cultura afro-brasileira, e volta a reivindicar a criminalização do racismo, devido a ineficácia da Lei Afonso Arinos.

No início de 1988, ano do Centenário da Abolição, as discussões do 13º Encontro Cultural de Laranjeiras estampam as folhas do periódico:

¹²⁷ O Memorial Zumbi: Parque Histórico Nacional surgiu em 1980, fruto do trabalho conjunto entre a Universidade Federal de Alagoas (UFAL), a Fundação Pró-Memória (vinculada ao Ministério da Educação e Cultura) e representantes do movimento negro. Para Joel Rufino, "a importância do Memorial Zumbi é manifesta: pela primeira vez, instituições acadêmicas e órgãos oficiais se associam à comunidade negra num projeto qualquer. (...) Da parte do movimento negro, a participação majoritária num Conselho dessa magnitude é o sinal de seu amadurecimento e seu peso político." (1981). Das finalidades do projeto, destacavam-se: "promover humana e socialmente as massas de origem africana; exigir a devolução, à comunidade afro-brasileira, da riqueza que ela criou e foi usurpada; resgatar a memória de Palmares e da comunidade afro-brasileira como base de luta." (1981)

Negros refutam 13 de Maio e exigem dia de Zumbi

A decisão foi tomada em encontro de intelectuais, artistas e militantes de movimentos negros, em SE

Do enviado especial a Laranjeiras e do Reportagem Local

A mudança nas comemorações do 13 de maio como data da Abolição da Escravatura no Brasil será um dos principais objetivos que os participantes do simpósio "A contribuição do negro à cultura brasileira", realizado em Laranjeiras (SE) na sexta-feira e sábado passados, pretendem instituir no país.

A idéia não é nova, pelo menos entre os militantes de movimentos negros, que vêm o 20 de Novembro (Dia Nacional da Consciência Negra) —quando, em 1888, o Quilombo de Palmares, liderado por Zumbi, foi dominado— como uma data mais apropriada.

O simpósio, que reuniu intelectuais e artistas como Gilberto Gil, Paulinho da Viola e Martinho da Vila, fez parte do 13º Encontro Cultural de Laranjeiras e deu início às atividades do Programa Nacional do Centenário da Abolição da Escravatura (PNCA).

"Quando fazemos a pergunta se houve realmente uma abolição, a resposta é negativa", afirma o pesquisador e escritor Abdias do Nascimento, 74. Para ele, o que ocorreu foi "um problema jurídico", pois nas "questões de fato, o negro continua escravo em busca de sua cidadania plena".

O cantor e compositor Gilberto Gil —atual presidente da Fundação Gregório de Matos Guerra, que equivale ao cargo de secretário municipal da Cultura de Salvador—, que participou de uma mesa-redonda sobre música, acha que "falta se abolir muita coisa no Brasil, principalmente os escravos e o desprezo pelo nosso suor e as diferenças vergonhosas que existem no país".

Gil, que batizou sua filha mais nova de Isabela para homenagear a princesa Isabel, afirmou também que é favorável às comemorações do centenário da abolição. "Deve ser comemorado com toda razão, pois isso recupera o sentido de luta, o sentido da vitória de que algo foi conseguido."

Reflexão

Para o coordenador do PNCA, Carlos Alves Moura, 47, o momento é

de reflexão. "Reflexão em cima da atual situação do negro, que é uma situação de injustiça como a maioria do povo brasileiro". Segundo ele, que é negro, "para nós é mais cruel em virtude do preconceito". Moura também defende a tese da mudança da data da abolição. Para a deputada Benedita da Silva (PT-RJ), o encontro "teve uma responsabilidade muito grande já que não abordou apenas questões culturais". Segundo disse, "podemos refletir também sobre as nossas contribuições políticas". Segundo a deputada, "as coisas continuam as mesmas e temos que mudar, mas só podemos mudar com uma força organizada". O psicólogo e militante do movimento negro Luís Carlos Nunes, 35, que também é favorável à mudança da data comemorativa da abolição, diz que o negro ainda não entrou nos principais mecanismos do sistema e que precisaria passar por um processo de mudança de ideologia.

Os participantes do simpósio pretendem voltar no próximo ano a Laranjeiras (a 20 km de Aracaju). A localidade festejou o encontro e participou das atividades programadas, como no show de Gilberto Gil, na praça em frente à igreja do Pardos. Laranjeiras não tem tradição de movimento racial, mas a escolha foi aprovada pelos participantes. Benedita da Silva (PT-RJ) acha que foi "politicamente importante".

Quilombo

A cerca de dois quilômetros de Laranjeiras está o povoado de Mussuca, onde vivem trezentas famílias, descendentes de escravos africanos fugitivos das fazendas do vale do Cotinguiba. A história popular diz que o povoado já foi um quilombo. No entanto, inexistem pesquisas sobre sua formação. Segundo o vereador José Augusto dos Santos, 47 (PMDB), "o povoado não vai muito bem de finanças, mas existem poucas doenças de saúde". Segundo ele, os moradores de Mussuca são quase todos parentes entre si.

A tradição local é representada pela devoção à padroeira local, Nossa Senhora da Conceição, e com a brincadeira de São Gonçalo.



O cantor e compositor Gilberto Gil, que participou do evento, é favorável à comemoração do centenário da abolição no dia 13 de Maio

Entidades independentes boicotam festas oficiais

"Pergunte ao criador quem pintou esta aquarela/ livre do açoitado da senzala e preso à miséria da favela." Este trecho do samba-enredo que a Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira, do Rio, vai cantar no Carnaval deste ano, na avenida Marquês de Sapucaí, resume as razões apresentadas por algumas entidades do movimento negro que se recusam a participar das comemorações oficiais programadas para o centenário da Abolição da Escravatura. No Rio de Janeiro, haverá uma passeata de protesto contra a discriminação racial no país, no dia 13 de Maio. Em São Paulo, nesta data de reflexão e luta para os negros desvinculados do Conselho da Condição Negra, órgão oficial do governo do Estado, não há motivos para comparecerem à pastoseta promovida com o caráter de festa, na SE.

Sem festa

Os representantes do Grupo Negro da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo há quase dez anos deixaram de comemorar a data da abolição com sentido de festa, assim como os grupos Movimento

Negro Unificado e outros do interior do Estado. "Foram os negros que conquistaram sua liberdade. No 13 de Maio de 1888 a maioria não era mais escrava, embora a historiografia oficial ensine nas escolas que a abolição foi dada a eles. Mas o mesmo Estado que aboliu a escravidão passou a manter o negro na marginalidade. Então, o que devemos comemorar?", pergunta Roseli de Oliveira, que faz curso de pós-graduação na universidade.

O 20 de Novembro, Dia Nacional da Consciência Negra, marca o fim do Quilombo dos Palmares e vem sendo comemorado como a data magna dos negros e não mais o 13 de Maio. O Conselho da Condição Negra em São Paulo, segundo seu secretário José Roberto Múllis, encontrou uma forma alternativa de festejar a data, mas igualmente criticada pelo Mo-

vimento Negro Independente do Estado. Diz que é contrário às comemorações oficiais do Ministério da Cultura e das secretarias estadual e municipal, que foi voto vencido na comissão organizadora do evento, coordenada pelo sociólogo Carlos Moura, mas, mesmo assim, comparecerá a todos os eventos programados. "O que estamos fazendo pode parecer contraditório. Vamos aproveitar os eventos oficiais para deixar claro que as comemorações deste ano devem servir para a reflexão, a contestação e a luta contra a discriminação racial no Brasil."

Não faltam também críticas de grupos que se recusam a participar das comemorações com caráter de festa aos artistas que fizeram a gravação do "clip" "Axé", da Rede Globo.

Folha de São Paulo, SP, ano 67, n. 21.469, p 11, 13 jan. 1988

Representantes políticos e intelectuais negros, como Benedita da Silva, apontam os motivos pelos quais as organizações negras escolheram o 20 de novembro em detrimento do 13 de maio. Abdias do Nascimento afirma que para ele, o que ocorreu foi "um problema jurídico, pois nas questões de fato, o negro continua escravo em busca de sua cidadania plena"¹²⁸.

No entanto, no dia seguinte, uma nota intitulada "Negritude festiva" questiona o posicionamento:

(...) Em alguns setores do movimento negro parece ser conferida, entretanto, uma prioridade curiosa às manifestações de impacto

¹²⁸ Folha de São Paulo. São Paulo, ano 67, n. 21.469, p 11, 13 jan. 1988. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do> Acesso em: 13 jul. 2018.

puramente simbólico, onde os intuitos de denúncia e de busca de identidade se desfazem numa discussão próxima do pueril. A proposta de mudar as comemorações do 13 de Maio para o 20 de Novembro – data da repressão ao Quilombo dos Palmares – merece esse adjetivo.

Cabe apenas às entidades representativas da comunidade negra decidir sobre suas formas de atuação. Mas a proposta de comemorar o “dia de Zumbi” em vez do 13 de Maio – criticada, aliás, por uma personalidade representativa do movimento, o cantor Gilberto Gil -, não deixa de dar a impressão de que resulta de uma espécie de “negritude festiva”, na qual a ocasião de denúncia propiciada pelo centenário da Abolição é substituída por um tipo de oficialismo paralelo. (...) ¹²⁹

Diante do posicionamento enérgico de combate as comemorações do treze de maio durante toda a década de 80, essa nota representa a repercussão da elaboração de uma narrativa pautada na afirmação de símbolos de resistência, deixando para trás uma retórica de vitimização. Quando a Abolição se torna um tema de discussão no cenário nacional, devido o Centenário, críticas como essa se reproduzem. Ainda assim, o movimento negro consegue mobilizar as ruas, propagando essa referência história e política, à exemplo do samba-enredo intitulado *Kizomba – Festa da Raça*, a Escola de Samba Unidos de Vila Isabel¹³⁰, que vence o carnaval de 1988¹³¹ e eterniza a canção como um clássico nas rodas de samba:

“...Valeu Zumbi

Um grito forte dos Palmares

Que correu terras

Céus e mares

Influenciando a abolição¹³²

¹²⁹ Folha de São Paulo. São Paulo, ano 67, n. 21.470, p 02, 14 jan. 1988. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do> Acesso em: 13 jul. 2018.

¹³⁰ Fundada em abril de 1946, a Unidos de Vila Isabel é uma das mais tradicionais escolas de samba do Rio de Janeiro, embora só tenha sido campeã do Grupo 1 em 1988, 2013 e 2016. Representada pelas cores azul e branco, em seu brasão tem como símbolo uma coroa, referenciando a Princesa Isabel.

¹³¹ Em segundo lugar, ficou o samba enredo da Estação Primeira de Mangueira – 100 anos de Liberdade, Realidade ou Ilusão: Será/Será que já raiou a liberdade/Ou se foi tudo ilusão/Será, oh, será/Que a lei áurea tão sonhada/Há tanto tempo assinada/ Não foi o fim da escravidão. Composição: Alvinho / Hélio Turco / Jurandir. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/mangueira-rj/478753/>. Acesso em: 02 jun. 2018.

¹³² Composição: Jonas / Luis Carlos da Villa / Rodolpho.

Em maio de 1988, o movimento negro lança mão de mais um dispositivo notável:

**Tribunal julgará
os efeitos da Lei
Áurea na mulher**
Da Reportagem Local

Folha de São Paulo, SP, ano 67, n. 21.051, p 13, 09 mai. 1988

O projeto do Tribunal Winnie Mandela¹³³, tinha por objetivo julgar os efeitos da Lei Áurea sobre a população negra, em especial as mulheres. De natureza e efeito moral, o tribunal fomentou discussões com intuito de sugerir medidas governamentais que pudessem reverter os problemas sociais identificados por ele: trabalho, violência, estereótipos, sobre o corpo negro e legislação.

Em funcionamento de maio a novembro de 1988, foi alvo de inúmeras críticas e precisou ser negociado com o Estado Brasileiro, como contou Edna Roland¹³⁴, em depoimento:

(...) A Sueli tinha deixado, em São Paulo, muitas propostas em vários campos: saúde, educação, creche, violência, várias coisas. Eu olhei aquilo tudo e achei que era preciso ter uma proposta mais articulada, uma coisa que organizasse vários assuntos, que pretendíamos debater no ano do centenário da Abolição. Então apresentei a proposta de se realizar o Tribunal Winnie Mandela. Era o momento em que Mandela ainda estava preso lá na África do Sul. Periodicamente havia articulações ou manifestações contra o apartheid, em defesa da libertação de Mandela, mas como nós estávamos em um espaço feminino, tínhamos que pegar a face feminina dos Mandela. O Tribunal Winnie Mandela seria um tribunal que teria como objetivo avaliar a Lei Áurea cem anos depois: as consequências da Lei Áurea para as mulheres negras especialmente e para a população negra como um todo.
(...)

¹³³ Falecida em abril do ano corrente, Winnie Madikizela Mandela foi uma importante liderança sul-africana. Liderou do Congresso Nacional Africano (ANC) e dividiu parte da sua vida com Nelson Mandela, de quem foi porta-voz no período em que esteve preso (1962-1990).

¹³⁴ Maranhense, Edna Roland é psicóloga. Foi membro do Conselho Estadual da Condição Feminina em São Paulo, participou da fundação do Coletivo de Mulheres Negras (1984) e Geledés Instituto da Mulher Negra (1988). Foi Relatora Geral da III Conferência Mundial Contra o Racismo, Xenofobia e Intolerância Correlata, em Durban, 2001.

Ele causa, inicialmente, um debate acirrado no interior do Ministério da Justiça, que é onde o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher estava localizado. O ministro era o Paulo Brossard, e ele considerou absurdo que o Estado Brasileiro fosse avaliar uma lei que tinha sido elaborada pelo próprio Estado. Ele, a princípio, não queria admitir que o projeto tivesse esse objetivo. Um segundo problema era o nome do tribunal: Winnie Mandela. O Ministério da Justiça temia que o desenvolvimento desse projeto pudesse implicar em manifestações públicas na porta da embaixada e dos consulados da África do Sul, pelo Brasil afora, na medida em que o projeto pudesse vir a estabelecer relações entre o que se passava no Brasil e o que se passava na África do Sul. E era isso mesmo que a gente queria fazer e que o governo brasileiro temia: esse estabelecimento de relações. (...)

O tribunal iria de maio a novembro de 1988 e, na ideia original, concebia em conjunto com a OAB Mulher, pessoas seriam convidadas para trazer seus depoimentos sobre diferentes aspectos do problema do racismo, da discriminação racial, essa coisa toda, e, no final, haveria um júri simulado. Com o posicionamento do Ministério da Justiça, se mudou um pouco o enfoque: em vez de fazer audiências públicas para ouvir casos, queixas e registros de demandas, passou-se a ter uma série de seminários abordando, cada um, um tema diferente. Continuaría havendo um júri simulado, mas o processo dos depoimentos, da coisa viva e quente, isso foi eliminado para que o projeto pudesse ser aceito pelo Ministério da Justiça.

Toda essa negociação se deu depois da abertura do tribunal, que foi próxima do 13 de Maio. Foi um momento também extraordinário que eu vivi. Benedita da Silva esteve presente, Lélia Gonzalez também. Não me recordo de outros nomes, mas elas duas com certeza estavam entre as pessoas que compuseram a mesa de instalação. Acho que foi na Sala de Estudantes da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo. Foi muito emocionante. Depois, então, ocorreram as sessões sobre educação, trabalho, saúde, violência, em que eram convidados, digamos, especialistas. Era uma coisa mais contida. Esses seminários aconteceram na OAB de São Paulo. E em novembro, no final, em uma data próxima ao 20 de Novembro, fizemos uma grande encenação, um grande júri, lá no Salão Nobre da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Conseguimos colocar cerca de 1200 pessoas lá. (ROLAND in: PEREIRA & ALBERTI, 2007: 255, 256)

Em alusão ao Dia Nacional da Consciência Negra, foram organizadas algumas atividades, incluindo um julgamento como encerramento do projeto do Tribunal:



Imagem retirada da internet

Organizado pela Comissão da Mulher Advogada da Ordem dos Advogados do Brasil e pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, foi realizado em 19 de novembro, no salão nobre da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Combinando representação teatral e situações reais de um julgamento, o tribunal avaliou o preconceito racial:



Fonte: Fundação Perseu Abramo

3.2 CENTENÁRIO DA ABOLIÇÃO

Ao final do século XIX, a lei de nº 3353 efetivou a perda de controle dos senhores sobre seus cativos, tensionando as noções de cidadania da população outrora escravizada. A notícia foi recebida de diversas maneiras pelos diferentes grupos sociais do Império, o que também ocasionou uma variedade de reações:

Poucos dias depois do 13 de maio de 1888, o Ministério da Justiça recebeu de diversas províncias comunicados e pedidos de ajuda para serenar os ânimos, ou conter um “perigoso estado eufórico”. Era a euforia dos libertos, a insatisfação dos fazendeiros, as contendas entre ex-escravos e ex-senhores, as disputas entre liberais e conservadores a promover o que mais assusta os poderes públicos: a desordem. (ALBUQUERQUE: 2009: 95)

A partir das nossas fontes, podemos constatar que as reações perante o centenário da Abolição em 1988, foram concebidas do mesmo modo. O desarranjo entre a postura oficial do Estado Brasileiro e o trabalho discursivo e simbólico do movimento negro, provocou perante a sociedade civil, o momento ideal para uma discussão sobre o legítimo significado de 1888, ano em que a Lei Áurea foi promulgada.

Em dezembro do ano de 1987, a Rede Globo de Televisão estreou uma vinheta de cerca de 50 segundos com uma mensagem de fim de ano atípica. Popularizada como “Axé da Globo”, participaram artistas e representantes negros da sociedade civil, desejando o seu axé para o povo brasileiro, axé para a nossa raça, a nossa luta..¹³⁵ Do mesmo modo, identificamos que a *Folha de São Paulo*, desde o mês de janeiro, dedica atenção especial ao tema da abolição e seu centenário, bem como o Estadão e outros títulos se preparavam para o grande evento comemorativo. Para Amauri Mendes¹³⁶:

(...) tudo era uma forma de ver harmonia. E nós estávamos ali exatamente para botar água nessa sopa. Era para mostrar que não havia nenhuma harmonia. Nosso ímpeto era mostrar que havia o contrário, havia o racismo, que a gente queria a harmonia, mas que isso tinha que ser construído. Talvez a expressão não fosse exatamente essa, mas a ideia era: “Queremos, mas isso não existe. Queremos porque não existe. Se alguém diz que existe, está errado e nós temos que combater”. (PEREIRA in: PEREIRA & ALBERTI, 2007: 258)

Posto isso, dez anos após sua fundação, o Movimento Negro Unificado optou por construir uma interpretação alternativa para a Abolição, elaborando um argumento que criticava a leitura afirmativa sobre o encerramento de uma sociedade injusta e início de uma igualitária:

Ocorre, porém, que a abolição da Escravatura não foi uma transformação completa na sociedade brasileira. Se foi de fato uma revolução, que operou a transformação no trabalho escravo e trabalho livre, teve por outro lado – o objetivo claro de atender aos interesses de dominação econômico e político da burguesia cafeeira e exportadora, que precisava derrotar a monarquia e os monarquistas (decadente burguesia açucareira do Nordeste mais cafeicultores do Vale da Ribeira) para, através da implantação da República, expandir seus negócios e consolidar seu domínio. Além disso, precisava também compatibilizar-se com o avanço do capitalismo à nível internacional, que passa do mercantilismo para o capitalismo industrial, que sob a liderança imperialista da Inglaterra passa a controlar todo o processo de produção e circulação (trocias comerciais) de manufaturados e mercadorias, que leva o imperialismo da Inglaterra a proibir o tráfico de escravos para garantir mercados para seus produtos. (MNU, 1988: 21)

¹³⁵ Tim Maia, Antônio Pitanga, Sandra de Sá, Agnaldo Timóteo, Elza Soares, Luiz Melodia, Ruth de Souza, Alcione, Glória Maria, Leci Brandão, Djavan, Tony Tornado e Gilberto Gil foram algumas personalidades negras participantes da vinheta, disponível no site YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=8s7tuT80P5k>. Acesso em: 02 jun. 2018.

¹³⁶ Educador físico, Amauri Mendes Pereira, foi fundador da Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (Sinba) em 1977. Participou da criação do MNU em 1978 e integrou o Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN). É Doutor em Ciências Sociais e foi pesquisador do Centro de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Cândido Mendes.

Essa crítica tenra moldou a conduta das diversas organizações negras no período, como destacou a *Folha* em janeiro de 1988:

Entidades independentes boicotam festas oficiais

"Pergunte ao criador quem pintou esta aquarela/ livre do açoite da senzala e preso à miséria da favela." Este trecho do samba-enredo que a Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira, do Rio, vai cantar no Carnaval deste ano, na avenida Marquês de Sapucaí, resume as razões apresentadas por algumas entidades do movimento negro que se recusam a participar das comemorações oficiais programadas para o centenário da Abolição da Escravidão. No Rio de Janeiro, haverá uma passeata de protesto contra a discriminação racial no país, no dia 13 de Maio. Em São Paulo, nesta data de reflexão e luta para os negros desvinculados do Conselho da Condição Negra, órgão oficial do governo do Estado, não há motivos para comparecerem à passeata promovida com o caráter de festa, na Sé.

A posição de não participar das comemorações oficiais foi decidida no último encontro de entidades do movimento negro das regiões sul e sudeste, que reuniu cerca de mil participantes ligados a cerca de 150 entidades, realizado em outubro passado, no Rio de Janeiro. Ivanir dos Santos, pedagogo e ex-presidente da Associação dos Ex-Alunos da Funabem, um dos coordenadores deste encontro, diz que esta decisão reflete o consenso das entidades de que não há qualquer razão para se comemorar a abolição.

Sem festa

Os representantes do Grupo Negro da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo há quase dez anos deixaram de comemorar a data da abolição com sentido de festa, assim como os grupos Movimento

Negro Unificado e outros do interior do Estado. "Foram os negros que conquistaram sua liberdade. No 13 de Maio de 1888 a maioria não era mais escrava, embora a historiografia oficial ensine nas escolas que a abolição foi dada a eles. Mas o mesmo Estado que aboliu a escravidão passou a manter o negro na marginalidade. Então, o que devemos comemorar?", pergunta Roseli de Oliveira, que faz curso de pós-graduação na universidade.

O 20 de Novembro, Dia Nacional da Consciência Negra, marca o fim do Quilombo dos Palmares e vem sendo comemorado como a data magna dos negros e não mais o 13 de Maio. O Conselho da Condição Negra em São Paulo, segundo seu secretário José Roberto Militão, encontrou uma forma alternativa de festejar a data, mas igualmente criticada pelo Mo-

vimento Negro Independente do Estado. Diz que é contrário às comemorações oficiais do Ministério da Cultura e das secretarias estadual e municipal, que foi voto vencido na comissão organizadora do evento, coordenada pelo sociólogo Carlos Moura, mas, mesmo assim, comparecerá a todos os eventos programados. "O que estamos fazendo pode parecer contradição. Vamos aproveitar os eventos oficiais para deixar claro que as comemorações deste ano devem servir para a reflexão, a contestação e a luta contra a discriminação racial no Brasil."

Não faltam também críticas de grupos que se recusam a participar das comemorações com caráter de festa aos artistas que fizeram a gravação do "clip" "Axé", da Rede Globo.

Folha de São Paulo. SP, ano 67, n. 21.469, p 11, 13 jan. 1988

Os novos rumos que tomaram a historiografia brasileira na década de 80, mais precisamente a produção acerca da escravização e abolição - inspirada pela historiografia estadunidense sobre o mesmo tema, revelou a dificuldade de inserção do negro do mercado de trabalho assalariado, dificultada pelo estigma do passado escravocrata e pelo incentivo estatal à imigração, como vimos no primeiro capítulo. Essas pesquisas foram significativas para a intensa recusa da abolição enquanto referencial comemorativo¹³⁷.

Levando em consideração o fato de que nesse momento, as organizações negras em todo o Brasil já tinham suas redes de relacionamento bem consolidadas, percebemos que não apenas no eixo Sul/Sudeste o Centenário da Abolição representava uma oportunidade de ruptura.

Em Salvador, por exemplo, o MNU (Seção Bahia) junto ao Ilê Aiyê¹⁴⁰ e o Grupo Ginga fixaram *outdoors* sinalizando a narrativa empreendida pelas entidades negras, naquele momento:

¹³⁷ Citamos: MOURA (1981), MATTOS (1985) e CHALHOUB (1989).

¹⁴⁰ Primeiro bloco afro no Brasil, o Ilê Aiyê foi fundado em 1º de novembro de 1974, na Bahia. Desde que foi fundado, vem homenageando nações e culturas africanas, além da lideranças afro-brasileiras,



NA BAHIA HÁ PROTESTOS EM OUTDOORS

O outdoor com os dizeres "A princesa esqueceu de assinar nossas carteiras de trabalho" (foto) está afixado em vários pontos de Salvador (BA). Assinado pelo Movimento Negro Unificado (MNU) e grupos Ilê-ayê e Ginga, expressa o protesto dos negros habitantes da Bahia pelas comemorações do Centenário

da Abolição. Na opinião deles, a marginalidade a que foram relegados os negros libertos não merece festa. Em respeito à posição dos negros baianos, a Prefeitura de Salvador e a Secretaria de Cultura da Bahia não programaram qualquer evento para a semana dedicada ao Centenário da Abolição.

Folha de São Paulo. SP, ano 68, n. 21.586, p 13, 09 mai. 1988

Nos diversos estados brasileiros ocorreram manifestações de contestação as celebrações oficiais do Centenário. Em São Paulo, organizações negras conseguiram reunir cerca de seis mil pessoas numa passeata, mas o antagonismo político entre elas é que foi realçado. O secretário de Relações Sociais, Osvaldo Ribeiro¹⁴¹ teria tentado abrir as atividades, o que não foi aceito por João Batista, ativista vinculado ao MNU:

contribuindo fortemente para fortalecimento da identidade étnica e da autoestima do negro brasileiro. Revolucionou a musicalidade do carnaval da Bahia, com a força de ritmos oriundos da tradição africana. Hoje, o Ilê Aiyê é patrimônio da cultura baiana.

¹⁴¹ De origem humilde, Osvaldo Ribeiro foi o primeiro secretário negro do estado de São Paulo, sendo o primeiro a ocupar a secretaria de Relações Sociais, voltada exclusivamente para a resolução de questões que atingiam a comunidade negra.

Divergências marcam atos do 13 de Maio



Um grupo de cerca de 200 pessoas, segundo o jornalista J. Gabriel, participou, em São Paulo, do ato comemorativo do aniversário de 100 anos da abolição da escravidão no Brasil. O ato foi marcado por um momento de grande tensão, quando o governador do Estado, Roberto Campos, chegou ao local acompanhado por um grupo de militares. O governador foi recebido por um grupo de pessoas que lhe ofereceram uma bandeira com o nome de Luiz Gama. O governador respondeu que não poderia aceitar a bandeira, pois ela não era do Brasil, mas sim do povo brasileiro. O ato terminou com uma manifestação de protesto.

Família real acha que princesa Isabel foi ofendida

De acordo com o site da Folha de São Paulo, a família real brasileira acha que a princesa Isabel foi ofendida durante os atos comemorativos da abolição da escravidão. A princesa Isabel, filha do imperador Pedro II e da imperatriz Leopoldina, foi considerada uma das figuras mais importantes da história do Brasil. Ela foi a última imperatriz do Brasil e a primeira a ser coroada no Brasil. A família real acha que a princesa Isabel foi ofendida durante os atos comemorativos da abolição da escravidão, pois ela não foi mencionada nos discursos e nas manifestações. A família real acha que a princesa Isabel foi ofendida porque ela não foi mencionada nos discursos e nas manifestações.



Folha de São Paulo. SP, ano 68, n. 21.591, p 13, 14 mai. 1988

A “Farsa da Abolição”, termo cunhado pelo MNU para o Centenário, envolveu inclusive um conflito com a prole da princesa Isabel, figura rejeitada pelas organizações negras. Segundo a pesquisadora Flávia Rios,

Nessa história contestada, lideranças brancas do contexto emancipatório perdem centralidade para as formas de organização e lutas políticas de negros e libertos. Nesse sentido, o republicanismo de José do Patrocínio, bem como as diversas investidas judiciais de Luiz Gama em defesa da liberdade negra, passaram a ser temas recorrentes no discurso da intelectualidade negra dos anos 1970 e 1980. (RIOS, 2014:149)

Contraposta a imagem bondosa da monarca, Pedro Gastão de Orleans Bragança se diz entristecido por causa das organizações negras “desinformadas e alheias ao gesto altruísta da princesa”¹⁴²:

Neto da princesa faz críticas a líderes do movimento negro

Da Sucursal do Rio

O neto da princesa Isabel d. Pedro Gastão de Orleans e Bragança, 72, herdeiro presuntivo do trono brasileiro, disse ontem estar “triste” com alguns segmentos do movimento negro, a quem considerou “mal-informados” sobre a atuação da princesa.

“Eles estão negando o gesto da abnegação e altruísmo da minha avó”, disse o príncipe. Para d. Pedro, ao assinar a lei Áurea, a princesa Isabel “arriscou tudo: seu trono, a coroa brasileira e ainda acabou no exílio”.

D. Pedro afirmou que passará a sexta-feira “relembrando o dia glorioso em que sua avó “resgatou uma obsessão que tinha desde menina”. Para lembrar o centenário da assinatura da lei Áurea, a família imperial brasileira mandou celebrar uma missa na sexta-feira, às 11h, na Catedral de Petrópolis (a 66 km do Rio). É nesta catedral que está enterrada a princesa Isabel.

Um dos “personagens principais” das comemorações do centenário da abolição não chegará ao Brasil a tempo de participar das solenidades previstas para sexta-feira. A compra da vestimenta imperial que teria sido usada pela princesa Isabel no dia da assinatura da lei Áurea ainda não foi concretizada e o traje não poderá fazer parte da exposição que será inaugurada sexta-feira no Museu Imperial de Petrópolis (a 66 km do Rio).

Adornos em ouro

O traje é composto por um manto aveludado verde com adornos em ouro, vestido de seda bege também bordado em ouro, colete de veludo verde e uma combinação da cambraia de linho e rendas, em tom bege.

E a primeira vez que um integrante da família imperial decide vender um de seus bens para o governo brasileiro. Todo o acervo sobre o período imperial existente no Brasil foi obtido através de doações.

Folha de São Paulo. SP, ano 68, n. 21.588, p 15, 11 mai. 1988

¹⁴² Folha de São Paulo. São Paulo, ano 68, n. 21.588, p 15, 11 mai. 1988. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do> Acesso em: 22 abr. 2018.



GRUPO MALHA A PRINCESA ISABEL EM SÃO PAULO

Um grupo de manifestantes malhou e queimou ontem, por ocasião do centenário da Abolição, uma boneca (foto) que representava a princesa Isabel. A manifestação ocorreu na praça que leva o nome da princesa, no centro de São Paulo. Depois disso, os manifestantes integraram

a passeata contra a discriminação racial, que começou por volta das 13h no largo do Paissandu e terminou na praça da Sé, também no centro da cidade, com discursos e um culto ecumênico. A marcha foi marcada durante todo o seu trajeto pelas divergências entre os seus

organizadores - militantes de organizações comunitárias de negros ligados ao governo do Estado e grupos políticos antagônicos -, mas encerrou-se sem incidentes. A secretaria de Relações Sociais do Estado estimou em seis mil o número de participantes. PAG. A-13

NO RIO, FAMÍLIAS IMPERIAIS FAZEM UM DESAGRAVO

As famílias imperiais do Brasil e de Portugal comemoraram ontem o centenário da Abolição com declarações de desagravo à memória da princesa Isabel, que consideram atingida por recentes manifestações do movimento negro no Rio. "Quem gritou nas ruas contra minha avó

são os netos daqueles que a idolatravam, por lhes ter concedido a liberdade", afirmou d. Pedro Gastão de Orleans e Bragança, 72, herdeiro presuntivo do trono brasileiro, após missa pela manhã na catedral de Petrópolis (RJ). No Rio, o debate "Abolição: Mito e Realida-

de", que seria transmitido ao vivo pela Funtevê, não ocorreu. Néelson dos Santos, filho do historiador Joel Rufino dos Santos, um dos debatedores previstos, disse que seu pai afirmou que "o debate foi censurado", o que foi negado pelo Gahmete Civil em Brasília. PAG. A-13

Folha de São Paulo. SP, ano 68, n. 21.591, p 01, 14 mai. 1988

Não só em São Paulo a princesa foi alvo de críticas. A militância baiana, que costumava usar o bordão "Sem anos, Sem nada", substituindo a letra "c" pelo "s" em referência ao contexto de vida da comunidade negra, também organizou um ato na Praça Municipal contra a farsa do Centenário:



Zumvi Arquivo Fotográfico



Zumvi Arquivo Fotográfico

Retiradas da obra Memórias de Resistências Negras, 2015.

Os registros acima revelam a participação de um coletivo baiano, o bloco-afro Olodum, fundado em 1979. A disputa em torno da memória negra fica nítida nas imagens: o ato público realizado no centro da cidade de Salvador, pelo MNU (Seção BA), ao rabiscar a imagem da princesa e hastear a imagem de Zumbi dos Palmares, indica-o como verdadeiro símbolo de resistência e luta negra.

Munidos de novas referências, o principal evento realizado pelo movimento negro foi a “Marcha contra a farsa da Abolição”, em 11 de maio de 1988, na Candelária, centro do Rio de Janeiro:

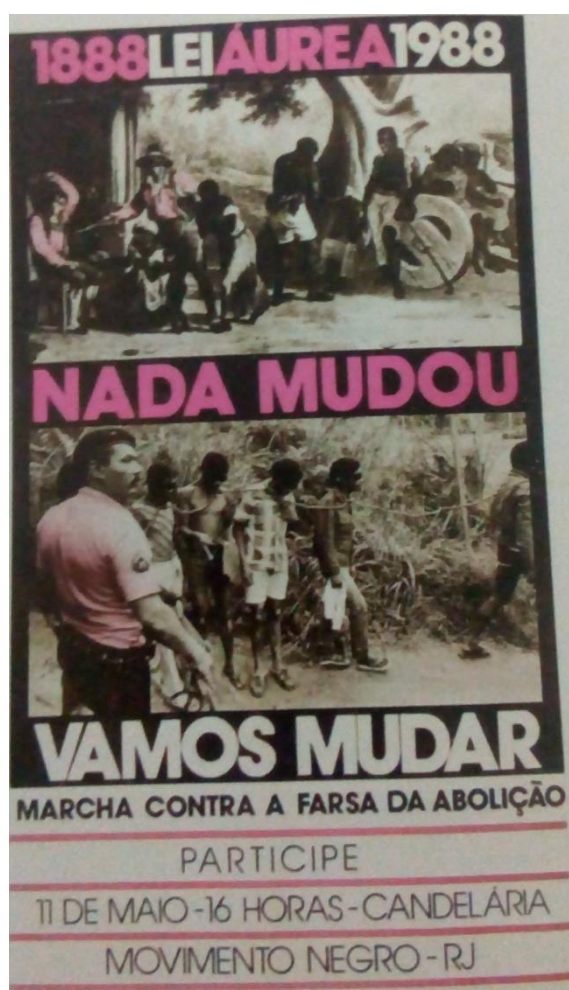


Imagem retirada da internet

Atentando para a falta de transformações num íterim de 100 anos, o cartaz de divulgação da atividade contrapõe duas imagens. A primeira representando um grupo de negros escravizados sob análise para as vendas num período anterior a 1888; e a segunda, outro grupo de negros, amarrados e vigiados por um policial, num período mais recente.

Devido ao aparato militar engendrado para a manifestação, esta ganhou repercussão nacional e internacional:

No Rio, marcha de negros é barrada pela polícia

Do Sulcerson
e da Reportagem Local

Policiais do Exército e soldados da Polícia Militar impediram ontem que os participantes da "marcha contra a farsa da Abolição", organizada pelos movimentos negros do Rio, chegassem ao Central do Brasil pela avenida Presidente Vargas, como havia sido autorizado anteriormente pelo secretário de Polícia Civil do Rio, Hélio Saboya. A marcha, que passaria em frente ao prédio do Comando Militar do Leste — onde fica o posto em homenagem a Duque de Caxias — para chegar à Central, teve que parar cerca de cem metros antes do monumento, onde havia uma barreira formada pelos policiais e por caminhões da Polícia Militar.

A marcha começaria às 17h, mas às 14h uma nota oficial divulgada pelo Comando Militar afirmava que haveria um desvio de seu itinerário para impedir que os manifestantes passassem em frente ao prédio de Caxias.

Segundo a nota, a razão da modificação "teve origem em informações confirmadas da intenção descabida de ativistas em utilizarem-se das comemorações do centenário da Abolição para tumultuar a tranquilidade da cidade". "Nunca passou por nossa cabeça uma conronação com as Forças Armadas", disse um dos organizadores da marcha, Januário Garcia.

Os manifestantes — calculados pela organização em cerca de 20 mil, mas cujo número não foi avaliado pela PM — saíram da Candelária (centro do Rio) às 17h35 e caminharam cerca de um quilômetro, cercados por soldados da PM, até o local onde, de acordo com o Exército, deveriam fazer o desvio. "Não vamos mudar o trajeto. A polícia terá que assumir que está nos reprimindo", disse Wilson Prudente, do comitê de organização. Às 18h35, os manifestantes pararam e iniciaram um ato público, sem chegar a um confronto com os policiais. Às 20h5, os manifestantes retornaram pela avenida Presidente Vargas, seguidos pela PM. Às 21h15 se dispersaram na avenida Rio Branco.

Um pouco antes do início da passeata, o secretário Hélio Saboya tentou negociar com os manifestan-

tes para mudar o itinerário. Muito nervoso, Saboya não quis falar com os jornalistas e retirou-se com o comando no hall de um prédio da avenida Presidente Vargas. A Folha apurou que durante a reunião Saboya pediu aos manifestantes "pele amor de Deus" para evitar o confronto. "Eles (o Comando Militar do Leste) estão irredutíveis, por favor, evitem isso", pediu o secretário.

O número de policiais destacados para acompanhar a marcha não foi divulgado por nenhum dos oficiais encarregados da operação. "Hoje eu não posso dizer quantos soldados são", disse um coronel da PM, que se identifica apenas como "Roberto". Os policiais começaram a ocupar a avenida Presidente Vargas às 14h.

Segurança reforçada

O Comando Militar do Leste (CML) reforçou ontem o tradicional esquema de segurança em frente à sua sede — o Palácio Duque de Caxias, na avenida Presidente Vargas (ao centro do Rio) — para impedir que a passeata do movimento negro se detivesse diante do prédio de Caxias. O porta-voz do CML, coronel Cesário, disse que o Comando teve "informações concretas" de que os manifestantes pretendiam apresentar, no local, "uma interpretação deturpada da história" oficial e caracterizar o patrono do Exército (Duque de Caxias) como "um escravocrata".

"Uma passeata é coisa normal, democrática, e o movimento negro é um movimento muito bonito, mas a passeata não vai passar por aqui", disse o coronel antes do início da passeata.

Ele recusou-se a revelar a dimensão do efetivo militar em frente à sede do Comando, mas disse ser "compatível com a necessidade de manutenção da ordem", e ainda que "estaremos aqui até quando for necessário e contarmos com a ajuda da Polícia Militar e da Polícia Civil".

Antes da passeata, o comandante militar do leste, general Wilberio Lima, entrou em contato com o governador do Rio, Wellington Moreira Franco, e comunicou-lhe que o Exército não toleraria em hipótese alguma que os manifestantes passassem ou parassem diante da sede do Comando.



A manifestação dos negros na avenida Presidente Vargas, no centro do Rio



Antes do início da passeata, policiais perfuram a avenida Presidente Vargas

Maestro acusa a Bossa Nova de racista

O maestro Paulo Moura, em entrevista coletiva ontem em Brasília, acusou a Bossa Nova de ter sido a responsável pela entrada do racismo na música brasileira. Este presenciou, segundo ele, se expressou na formação dos grupos musicais na temática das composições e



Lula Martins

pais". Segundo ele, ao "afirmar que somente construir uma sociedade livre", e precisa lembrar "que vivemos a amarga experiência da escravidão", pois a "litrasi não rejeita o seu passado". Sarney disse também que "não se pode compreender a alegria do povo brasileiro sem que se possa saber que ela vem

Folha de São Paulo. SP, ano 68, n. 21.589, p 14, 11 mai. 1988

O receio do Comando Militar do Leste, que contava com o auxílio da Polícia Militar e da Polícia Civil, "teve origem em informações confirmadas da intenção descabida de ativistas em utilizarem-se das comemorações do centenário da Abolição para tumultuar a tranquilidade da cidade."¹⁴³. A incumbência era impedir a passagem da Marcha pelo busto de Duque de Caxias, patrono do Exército Brasileiro, que fica ao lado da Central do Brasil. Em entrevista, Ivair dos Santos explicita esse atrito e a relevância da atividade:

Eu era do comando da Marcha em 1988. Eu e o Amauri, naquela briga do vai pra cá, vai pra lá, o Amauri querendo passar as baionetas, e eu dizendo: "Não vamos passar as baionetas." Eu lembro muito bem da reunião tensa com o Saboya, quando ele ligou para a gente e disse: "Vocês sabem, o Zumbi é muito

¹⁴³ Folha de São Paulo. São Paulo, ano 68, n. 21.589, p 14, 11 mai. 1988. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do> Acesso em: 22 abr. 2018.

importante para vocês.” Nós marcamos uma reunião com ele, justamente, num prédio ali na Presidente Vargas. Entramos na portaria quando o Exército estava cercando. Eu lembro que eu vinha no meu carro para ir para o IPCN – tinha uma reunião do comando da Marcha-, e a cidade já estava sitiada. Já tinha aquela informação de que o Exército estava tirando faixas do nosso pessoal. Aí fizemos uma reunião tensa, todo mundo muito preocupado, mas aguerrido politicamente. E é para isso que eu chamo a atenção: nós éramos sozinhos. Era só o movimento negro. Os partidos de esquerda não estavam envolvidos. Eles correram depois que viram a repercussão que deu, porque, com Exército, que, para não deixar passar, botou baioneta, é óbvio que a imprensa toda acabou chamando a atenção, e nos deu o que nós queríamos na verdade: mostrar a farsa da Abolição.

Então, fomos lá negociar. Estávamos eu, Amauri e acho que o Januário, se não me engano, conversando lá. E aí surgiu a seguinte ideia: “Vamos caminhar até onde o racismo deixar.” Na verdade, ninguém queria esculhambar o Caxias. Eles se precipitaram a partir de uma fala do Frei David lá em Caxias¹⁴⁴. Todos nós sabemos o papel do Caxias. Caxias não é um herói para a comunidade negra. É um herói do Exército. Todo mundo sabe, quem leu o Dom Obá, inclusive, depois, vai compreender melhor o que foi a Guerra do Paraguai, qual foi o papel da comunidade negra na Guerra do Paraguai. Mas acabou que a reação do Exército provocou em todos nós uma ira. Aí que “nego” ia esculhambar o Caxias mesmo! É óbvio, depois disso, daquela reação do Exército durante o dia, toda aquela confusão: “Não vai deixar a Marcha sair, vai deixar...” Então nós decidimos que a Marcha ia até onde eles deixassem. Mas eu acho que foi um fato político muito importante para o movimento negro, porque acabou desmistificando a Abolição. Porque eles queriam fazer uma festa para comemorar o centenário. Com aquilo ali não teve comemoração, acho que o movimento negro acertou. (DOS SANTOS in: PEREIRA & ALBERTI, 2007: 265)

Num registro em audiovisual disponibilizado pela CULTNE¹⁴⁵ é possível observar o momento em que a marcha encontra com a força militar dispensada a atividade. Amauri Mendes, em discurso, reforça:

Nossas assembleias foram sempre realizadas no Subúrbio e na Baixada Fluminense. Nessa deliberação foi que a Marcha passasse pacificamente pela Avenida Presidente Vargas até a Central do Brasil. Isso foi deliberado por assembleias constituídas por mais de duzentos companheiros, assembleias de organização nos subúrbios e na Baixada Fluminense. Mobilizadas pelos

¹⁴⁴ Nascido em Minas Gerais, Frei David atua no movimento negro desde os anos 80, quando participou da formação dos Agentes Pastorais Negros e do Grupo de União e Consciência Negra. Também participou da criação do Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC) no início da década de 90, na Baixada Fluminense. Nessa ocasião, segundo depoimento cedido pelo próprio aos pesquisadores Amílcar Pereira e Verena Alberti, o Exército Brasileiro teria se equivocado. Em razão de uma cartilha produzida em 1987 por religiosos negros do Brasil, que propunha “derrubar todos os falsos heróis e colocar nos lugar os verdadeiros...” (2007), ele foi perseguido. Ver: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/historia-oral/entrevista-biografica/frei-david>.

¹⁴⁵ O Acervo Digital de Cultura Negra é um projeto de resgate e divulgação da cultura negra surgido há 40 anos. O acúmulo de materiais disponibilizados em áudio e vídeo é de valor inestimável para promoção de debates, podendo ser utilizados inclusive como recurso didático. Ver: <http://www.cultne.com.br/>.

comitês do movimento negro que organizaram essa Marcha. Nesse momento nos vemos barrados pela força policial. Estamos sentindo que esse é o limite imposto pelo racismo aos negros brasileiros. O que fazemos? Sabemos que esse racismo é capaz de nos eliminar. Isso tem sido feito individualmente. Nesse momento é necessário frisar que agora quando estamos organizados não podemos mesmo assim determinar nossos caminhos. Agora estamos organizados. Nas favelas. Em todo lugar onde o negro é massacrado, se diz que se mata negro por que são marginais, porque não tem reflexão, porque não tem consciência. Aqui, porque querem nos oprimir? Essa é a pergunta que o comando da Marcha deixa. Porque aqui querem nos oprimir. Nós que sabemos que nossa Marcha deve ser pacífica. Isso é uma humilhação que o mundo inteiro tem que ver. Mas, nós somos responsáveis. Perante essa força policial, teremos que reforçar ainda mais as nossas forças. Ainda não é hora dessa “confrontação”.¹⁴⁶ (MENDES, 1988)

A década de 80 representou para a mobilização negra, um período de oportunidades políticas que culminou no ano de 1988. A disputa narrativa e simbólica envolta em denúncias, protestos e boicotes, desafiou a retórica oficial de harmonia e democracia racial pautada pelo Estado Brasileiro, obrigando a administração pública dar respostas. O decreto que criou a Fundação Cultural Palmares¹⁴⁷, assinado pelo então presidente José Sarney, configura uma reação às reivindicações negras. Embora com algumas limitações, nos âmbitos orçamentário e administrativo, é o primeiro órgão federal direcionado para a questão racial, desenvolvendo políticas pela via cultural.

¹⁴⁶ Disponível no site YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=gbbm0MeNxxk4>. Acesso em: 10 jun. 2018. Transcrição minha.

¹⁴⁷ Criada pelo Decreto nº 97.383 de 22.08.1988, é uma instituição vinculada ao Ministério da Cultura, cuja finalidade é “promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7668.htm. Acesso em: 13. jun. 2018.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os meios de comunicação ocupam lugar de destaque numa sociedade cada vez mais tecnológica e afoita por notícias. Os discursos disseminados pelos meios de comunicação de massa ofereceram a estes o *status* de Quarto Poder, tamanho controle e influência em expressões políticas e institucionais sobre todo e qualquer conteúdo. Nascidos da iniciativa privada, tanto os periódicos quanto o rádio e a televisão, se desenvolveram como bens patrimoniais de famílias ricas, elitistas e até conservadoras. Logo, os formadores de opinião pública têm um lugar socialmente demarcado e historicamente privilegiado, incidindo “na formação de padrões culturais, da estética e da linguagem bem distantes da realidade de valores e ideais da população de ascendência africana” (ALAKIJA, 2012: 122). Dito isto, reiteramos que essa pesquisa não teve como preocupação a reação da Folha de São Paulo aos acontecimentos referentes ao movimento negro brasileiro. Não obstante, investigamos através do periódico as iniciativas coletivas empreendidas em prol do fomento de alternativas a comunidade negra no Brasil, mesmo que em meio à hostilidade e repulsa. Demarcamos a importância do movimento negro brasileiro - entendido a partir da definição de Joel Rufino apresentada no primeiro capítulo -, no processo de construção de lutas sociais num período delicado da história nacional, atentando para o protagonismo deste na historiografia brasileira.

No primeiro capítulo, apontamos as narrativas sobre essas organizações desde o Pós-Abolição, demarcando suas rupturas e continuidade, considerando o contexto histórico nacional. Segundo Neusa Santos, há uma necessidade de reconhecimento do estrago feito na psique do negro para “livrar-se da concepção tradicionalista que o definia econômica, política e socialmente como inferior e submisso” (1983). Mesmo que uma estrutura legalizada junto ao cotidiano tenha reforçado as relações de preterimento racial comungadas pelos negros brasileiros desde o fim legal da escravização, os jornais da imprensa negra do século XIX, expressaram que “os afrobrasileiros conseguiram formular uma fala própria e torná-la pública. Ainda que não tenham alcançado simultaneamente todo o território nacional, esses impressos são parte do esforço coletivo de controlar os códigos da dominação e subvertê-los” (PINTO, 2006:70). Ecoando o

posicionamento dessa comunidade negra, afirmamos a importância política dessas iniciativas, já inserida na luta antirracista. Iniciativa essa que reverberou nas organizações negras subsequentes.

Em virtude das inter-relações existentes entre os militantes desses diferentes períodos, concebemos as transformações realizadas nas estratégias discursivas e práticas dos incontáveis coletivos desde o final do século XIX, início do século XX até o final da década de 80. As organizações negras visibilizadas a partir do ato de (re)fundação desse movimento social em 07 de julho 1978, reconhecem a trajetória dos coletivos anteriores a 1964, como referência de luta.

A partir do segundo capítulo, externamos as compreensões acerca do movimento negro, no período de nosso interesse. Alicerçados em nossa fonte primária, localizamos no final da década de 70, um movimento negro que lutava contra a Ditadura Cívico-Militar, a favor da democracia e sobretudo de uma efetiva *democracia racial*. Desmistificar esse discurso freyreano se erigiu uma bandeira de luta, no intuito de explicitar nacional e internacionalmente os conflitos étnico-raciais que permeavam a construção de nossa nacionalidade. A camuflagem do racismo no Brasil, efetivada com empenho durante o regime ditatorial, em nome da Segurança Nacional, dificultava a adesão e o comprometimento de negras e negros à essa mobilização, principalmente em razão da dura repressão.

Entretanto, a abertura “lenta, gradual e segura” favoreceu a eclosão de organizações políticas voltadas as mais diversas temáticas, o que elucidou a construção das alianças forjadas ao longo da década de 80. Podemos mencionar a ligação entre mulheres negras vinculadas ao Movimento Negro Unificado e o Movimento de Mulheres, contudo destacamos a associação estratégica entre as organizações negras e os partidos políticos “de esquerda”. Como elucidou Andrews (1998), a temática racial se tornou um “interesse recém-descoberto” dos partidos de oposição. Com a questão racial no jogo da política partidária, as lideranças negras puderam delinear os grupos mais conservadores e os mais progressistas, alinhando-se a diferentes agremiações: Partido dos Trabalhadores, Partido Democrático Trabalhista e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, por exemplo. Todavia, as eleições estaduais de 1982 demonstraram para as organizações negras e partidos políticos que o discurso racial era um apelo insuficiente para eleger representantes negros. Isentando Benedita da Silva, eleita deputada pelo Rio de Janeiro, as lideranças negras que obtiveram espaço dentro da máquina estatal a partir de 1982, o

conseguiram através de articulações entre próprio movimento negro e partidos. Esse novo espaço de reivindicação ocasionou a implantação de órgãos representativos, frutos de articulações das organizações para melhor pressionar o espaço público.

Ainda no segundo capítulo, analisamos a participação de “intelectuais militantes” nas páginas da *Folha de São Paulo*. A presença de negros como Abdias do Nascimento, Lélia González, Hélio Santos, Clóvis Moura e Beatriz do Nascimento, além de Octávio Ianni e Florestano Fernandes, não negros, revela que o periódico estava vigilante quanto aos debates produzidos a partir da reestruturação das organizações negras, na década de 80. A guinada na produção das Ciências Humanas no Brasil, permitiu a realização de produções que analisavam e evidenciavam peculiaridades e tradições socioculturais da sociedade brasileira, possibilitando alternativas para compreender determinadas realidades. A construção do Pós-Abolição como campo historiográfico também foi resultado das iniciativas e debates semeados por esse movimento negro contemporâneo. Atentar para o protagonismo negro no que tange, ao menos, sua própria história, tendo em vista que esse sujeito desaparecia da historiografia com a efetivação da Lei Áurea.

Vale salientar que as entrevistas e pequenos textos apresentados na *Folha* pelos intelectuais supracitados, perpassam pela produção acadêmica dos mesmos, alinhadas a suas trajetórias enquanto militantes de movimento social.

No terceiro capítulo, nos debruçamos sobre duas análises: a postura dos coletivos negros, contrárias aos órgãos oficiais, em relação ao Centenário da Abolição; e a consolidação do 20 de novembro enquanto uma data de “orgulho racial” em vez do 13 de maio, em meio a conflitos com a prole da Princesa Isabel. Negar uma retórica secularmente erigida e construir uma narrativa afirmativa a respeito das heranças histórico-culturais negras foi o que coadunou as práticas das organizações negras “políticas” e “culturalistas”. Intelectuais mais recentes já lançaram mão dessa argumentação separatista que permeou durante muito tempo a produção científica a despeito do movimento negro no Brasil. “Fazer política” através da música, dança, poesia, audiovisual foi, e continua sendo, um dos múltiplos recursos utilizados pelo movimento negro afim de produzir uma nova interpretação da trajetória negra no Brasil. Nesse sentido, destacamos nesse capítulo a realização de festivais, tribunais simbólicos, letras de músicas e manifestações que provocaram a ressignificação e fabricação de novo símbolos para a comunidade negra no Brasil. Símbolos que se consolidaram na qualidade de referência.



FONTES

- Negros protestam em praça pública*, in: Folha de São Paulo. SP, 08 jul. 1978.
- Os tempos negros do Brasil - Entrevista com Clóvis Moura*, in Folha de São Paulo. SP, 26 nov. 1978.
- O encontro das minorias*, in Folha de São Paulo. SP, 19 fev. 1979.
- As repercussões de 'raízes' no Brasil*, in Folha de São Paulo. SP, 12 mai. 1979.
- Quilombismo*, in Folha de São Paulo. SP, 09 set. 1979.
- O negro descobre seu lugar*, in Folha de São Paulo. SP, 30 set. 1979.
- Negros fazem o enterro da Lei Afonso Arinos*, in Folha de São Paulo. SP, 18 out. 1979.
- Raça e Silêncio*, in Folha de São Paulo. SP, 15 nov. 1979.
- A dura e verdadeira história do Brasil*, in Folha de São Paulo. SP, 16 nov. 1979.
- Negros evocam Zumbi durante ato público*, in Folha de São Paulo. SP, 21 nov. 1979.
- Tumultos e polêmica no 2º Congresso da Mulher*, in Folha de São Paulo. SP, 10 mar. 1980.
- Dia da Abolição com missa e até Umbanda*, in Folha de São Paulo. SP, 14 mai. 1980.
- Movimento repudia festejos*, in Folha de São Paulo. SP, 14 mai. 1980.
- Afinal, somos uma democracia racial?* , in Folha de São Paulo. SP, 08 jun. 1980.
- São Paulo faz ato de protesto hoje*, in Folha de São Paulo. SP, 25 jul. 1980.
- Campanha contra violência policial*, in Folha de São Paulo. SP, 27 set. 1980.
- Negros rejeitam lei ineficaz, a Afonso Arinos*, in Folha de São Paulo. SP, 21 mar. 1981.
- A mulher negra é discriminada, diz antropóloga*, in Folha de São Paulo. SP, 11 jul. 1981.
- Negros paulistas preparam 2º Encontro e promovem debates*, in Folha de São Paulo. SP, 31 jul. 1981.
- Por Zumbi, a maior festa negra*, in Folha de São Paulo. SP, 11 nov. 1981.
- Os negros fazem seu congresso*, in Folha de São Paulo. SP, 12 fev. 1982.

Universitários de Ruge Ramos debatem racismo, in Folha de São Paulo. SP, 13 mai. 1982.

Os negros e os partidos, in Folha de São Paulo. SP, 13 jun. 1982.

Entidades negras orientarão votos, in Folha de São Paulo. SP, 27 jun. 1982.

As minorias vão às urnas, in Folha de São Paulo. SP, 18 jul. 1982.

Negros debatem sua situação em encontro no Rio, in Folha de São Paulo. SP, 25 jul. 1982.

Negros fazem reivindicação às oposições, in Folha de São Paulo. SP, 03 nov. 1982.

Participação das minorias, in Folha de São Paulo. SP, 04 nov. 1982.

Auditório da “Folha” recebeu 71 entidades, in Folha de São Paulo. SP, 03 dez. 1982.

Montoro debate na “Folha”, in Folha de São Paulo. SP, 09 dez. 1982.

Auditório agitado debate África do Sul e racismo, in Folha de São Paulo. SP, 02 jan. 1983.

Comitê inicia a mobilização contra racismo, in Folha de São Paulo. SP, 06 fev. 1983.

Pedida lei mais rigorosa contra discriminação, in Folha de São Paulo. SP, 18 abr. 1983.

Participação do negro é debatida hoje na “Folha”, in Folha de São Paulo. SP, 04 mai. 1983.

Negros querem participar do secretariado municipal, in Folha de São Paulo. SP, 04 mai. 1983.

Presença no governo não exclui o racismo, in Folha de São Paulo. SP, 08 mai. 1983.

Negros iniciam hoje congresso em SP, in Folha de São Paulo. SP, 03 jun. 1983.

O negro e as eleições diretas, in Folha de São Paulo. SP, 02 mar. 1984.

Rio reúne 200 mil pessoas nas ruas pelas diretas, in Folha de São Paulo. SP, 22 mar. 1984.

Negros dedicam o dia a Zumbi, in Folha de São Paulo. SP, 20 nov. 1984.

Movimento negro comemora data síntese da raça, in Folha de São Paulo. SP, 21 nov. 1984.

Negros querem que Brasil rompa com África do Sul, in Folha de São Paulo. SP, 23 mar. 1985.

Comitê negro faz protesto contra a África do Sul, in Folha de São Paulo. SP, 03 abr. 1985.

Comissão chama Santos para representar negros, in Folha de São Paulo. SP, 03 set. 1985.

Senna admite boicotar GP da África do Sul, in Folha de São Paulo. SP, 23 set. 1985.

A participação popular na Constituinte é avaliada, in Folha de São Paulo. SP, 29 jan. 1986.

Congresso debate aprovação da reforma, in Folha de São Paulo. SP, 10 abr. 1986.

Caminhos e perspectivas do negro brasileiro, in Folha de São Paulo. SP, 13 mai. 1986.

Mulheres e negros debatem propostas para nova Carta, in Folha de São Paulo. SP, 27 ago. 1986.

Movimento Negro faz propostas à Constituinte, in Folha de São Paulo. SP, 08 nov. 1986.

Para festejar Zumbi, chega ao Brasil ex-pantera negra, in Folha de São Paulo. SP, 18 nov. 1986.

Dia de Zumbi lembra morte de Zumbi, in Folha de São Paulo. SP, 21 nov. 1986.

No dia de Zumbi, negros pedem que Constituição criminalize o racismo, in Folha de São Paulo. SP, 21 nov. 1986.

Ex-pantera negra prega a “revolução no Brasil”, in Folha de São Paulo. SP, 25 nov. 1986.

Itamaraty divulga programa da visita de Tutu ao Brasil, in Folha de São Paulo. SP, 15 mai. 1987.

Desmond Tutu chega ao Brasil e propõe aumento da pressão contra o apartheid, in Folha de São Paulo. SP, 19 mai. 1987.

Negros refutam 13 de Maio e exigem dia de Zumbi, in Folha de São Paulo. SP, 13 jan. 1988.

Entidades independentes boicotam festas oficiais, in Folha de São Paulo. SP, 13 jan. 1988.

Na Bahia há protestos em outdoors, in Folha de São Paulo. SP, 09 mai. 1988.

Prêmio Nobel vem para comemorar centenário; movimentos negros fazem protesto no Rio, in Folha de São Paulo. SP, 10 mai. 1988.

Neto da princesa faz críticas a líderes do movimento negro, in Folha de São Paulo. SP, 11 mai. 1988.

No Rio, marcha de negros é barrada pela polícia, in Folha de São Paulo. SP, 12 mai. 1988.

Divergências marcam atos do 13 de maio, in Folha de São Paulo. SP, 14 mai. 1988.

Negros lembram hoje o Dia da Consciência, in Folha de São Paulo. SP, 20 nov. 1988.

Negros de SP comemoram Dia da Consciência, in Folha de São Paulo. SP, 21 nov. 1988.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação. Abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 2009.

AMORIM, Alessandro Moura de. *MNU representa Zumbi (1970-2005): cultura histórica, movimento negro e ensino de história*. Dissertação (Mestrado em História). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba (CCHLA), 2011.

ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*. Tradução: Magda Lopes. Bauru: EDUSC, 1998.

BRAGA, Pablo de Rezende Saturnino. *A rede de ativismo transnacional contra o Apartheid na África do Sul*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2011.

BORGES, Roberto Carlos da Silva e BORGES, Rosane (orgs.). *Mídia e Racismo*. Petrópolis, RJ: DP et Alii; Brasília, DF: ABPN, 2012.

CASALDÁLIGA, Pedro. Missa dos Quilombos. Disponível em Ensaio Aberto: http://www.ensaioaberto.com/missa_textos_programa.htm#tonelada

CHALHOUB, Sidney; PINTO, Ana Flávia Magalhães (org). *Pensadores Negros – Pensadoras Negras*. Belo Horizonte: Ed. Fino Traço, 2016

CUTI (org.) *...E disse o velho militante José Correia Leite*. 19. ed. ver. São Paulo: Noovha América, 2007.

D'ARAÚJO, Maria e SOARES, Gláucio Ary Dillon e CASTRO, Celso. (orgs). *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume – Dumará, 1994.

DOMINGUES, Petrônio José. *A insurgência do ébano: a história da Frente Negra Brasileira (1931-1937)*. Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

DOMINGUES, Petrônio. *Movimento Negro Brasileiro: Alguns apontamentos históricos*. Tempo, Revista do Departamento de História da UFF, v. 12, 2007, p. 113-136.

FERRARA, Miriam N. *A Imprensa Negra Paulista (1915-1963)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1981.

FERREIRA, Ricardo Alexino. *Negro midiático: construção e desconstrução do afro-brasileiro na mídia impressa*. Revista USP, 69, pp. 80-91, 2006.

FERREIRA, Ricardo Alexino. *Os grupos minorizados transformados em informação: representações, ideologias e construções da imagem de afro-brasileiros no jornalismo*. In: Actas do III Sopcom; VI Lusocom e II Ibérico. Volume III. Lisboa (Portugal). http://www.bocc.ubi.pt/~bocc/_esp/autor.php3?codautor=1161. 2005.

FERNANDES, Florestan. *Significado do Protesto Negro*. São Paulo: Ed. Cortez, 1989.

FERNANDES, Florestan; BASTIDE, Roger. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ática, 1978. Vol. 2.

FICO, Carlos. *Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2001.

FICO, Carlos. *Além do golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FIGUEIRÊDO, Andersen K. *Ativismo negro em Salvador no período da Ditadura Militar (1970-1980)*. Dissertação (Mestrado em História da África, Diáspora e Povos Indígenas). Cachoeira: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2016.

GILROY, PAUL. *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*. Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2012 (2ª Edição).

GOMES, Flávio. *Negros e política (1888-1937)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

GOMES, Nilma Lino. *O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GONZALEZ, L. “O movimento negro na última década” In: GONZALEZ, L.; HASENBALG, C. A. (orgs.). *O lugar do negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

HANCHARD, Michael. *Resposta a Luiza Bairros*. Salvador: Revista Afro-Ásia, Ano 18, 1996, pp. 227-233.

HANCHARD, Michael. *Política transnacional negra, antiimperialismo e etnocentrismo para Pierre Bourdieu e Loic Wacquant: exemplos de interpretação equivocada*. In: Estudos Afro-Asiáticos, Ano 24, número 1, 2002.

IANNI, Octavio; DA SILVA, Benedita; SANTOS, Gevanilda Gomes; ALBERTO SANTOS, Luiz; (orgs). *O negro e o socialismo*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. (Coleção Socialismo em Discussão).

KÖSSLING, Karin S. *As lutas antirracistas de afrodescendentes sob vigilância do Deops/SP (1964-1983)*. Dissertação (Mestrado em História Social). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

- MOORE, Carlos. *O Marxismo e a Questão Racial: Karl Marx e Friedrich Engels frente ao racismo e à escravidão*. Belo Horizonte: Nandyala; Uberlândia: Cenafro, 2010. (Coleção Repensando África, v. 5).
- MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO, 1978-1988. *10 anos de luta contra o racismo*. São Paulo: Confraria do livro, 1988.
- MOURA, Clóvis. *Brasil: As raízes do protesto negro*. São Paulo: Editora Global, 1983.
- MUNANGA, Kabengele. *Negritude: Usos e Sentidos*. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- NASCIMENTO, Abdias do. *O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado*. 2 ed. SP: Perspectiva, 2017.
- NASCIMENTO, Elisa L (org). *Cultura em movimento: matrizes africanas e ativismo negro no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2014. (Coleção Sankofa: matrizes africanas da cultura brasileira).
- NASCIMENTO, Beatriz Maria do. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. Rio de Janeiro: Afrodiáspora - Revista do mundo negro. Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros - IPEAFRO, vols. 6-7, abr.dez. 1985.
- OLIVEIRA, Laiana Lannes. *A Frente Negra Brasileira: Política e Questão Racial nos anos 1930*. Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2002.
- PEREIRA, Amilcar Araujo e ALBERTI, Verena (org.) *Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: PALLAS; CPDOC-FGV, 2007.
- PEREIRA, Amilcar Araujo. *O Mundo Negro: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas: FAPERJ, 2013.
- PIRES, Antônio Liberac Cardoso Simões. *As Associações dos Homens de Cor e a Imprensa Negra Paulista. Movimentos Negros, Cultura e Política no Brasil Republicano (1915 a 1945)*. Belo Horizonte: Editora Gráfica Daliana Ltda, 2006.
- PINTO, Ana Flávia Magalhães. *De pela escura e tinta preta - a imprensa negra do século XIX (1833-1899)*. Dissertação (Mestrado em História). Brasília: Universidade de Brasília, 2006.
- PINSK, Carla Bassanezi (Org.) *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2010
- QUEIROZ, Martha Rosa F. *Onde cultura é política: Movimento Negro, afoxés e maracatus no carnaval do Recife (1979-1995)*. Tese (Doutorado em História). Brasília: Universidade de Brasília, 2010.
- RAMOS, Arthur. *O espírito associativo do negro brasileiro*. Revista do Arquivo Municipal de São Paulo (47). SP: 1938. Pp. 105-126.

RIOS, Flávia. *O protesto negro no Brasil contemporâneo (1978-2010)*. Lua Nova, núm. 85, 2012, pp. 41-79. Centro de Estudos de Cultura Contemporânea. São Paulo, Brasil.

RIOS, Flávia. *Elite Política Negra no Brasil: Relação entre movimento social, partidos políticos e Estado*. Tese (Doutorado em Sociologia). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014.

RODRIGUES, Raimundo Nina. *Os africanos no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Ed. Nacional; Ed. Universidade de Brasília, 1982.

RODRIGUES, Cristiano dos Santos. *Movimentos Negros, Estado e participação institucional no Brasil e na Colômbia em perspectiva comparada*. Tese (Doutorado em Sociologia). Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2014.

SANTOS, Joel Rufino dos. “*Movimento negro e crise brasileira*”, *Atrás do muro da noite; dinâmica das culturas afro-brasileiras*. Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares, 1994.

SANTOS, Ivair Augusto Alves. *O Movimento Negro e o Estado: O caso do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra no governo de São Paulo (1983-1987)*. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2001.

SANTOS, Natália Neris da Silva. *A voz e a palavra do Movimento Negro na Assembleia Nacional Constituinte (1987/1988)*. Dissertação (Mestrado em Direito). São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, Escola de Direito, 2015.

SCHWARCZ, LÍlian Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Jovelina. *A União dos Homens de Cor: aspectos do movimento negro dos anos 40 e 50*. Estudos Afro-Asiáticos, Ano 25, n2, 2003, pp. 215-235.

SILVEIRA, Oliveira. *Vinte de novembro: história e conteúdo*. In: SILVÉRIO, Valter Roberto; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. (orgs). *Educação e ações afirmativas: entre a justiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.

SILVÉRIO, Valter Roberto; PINTO, Regina Pahim; ROSEMBER, Fúlvia. (orgs). *Relações Raciais no Brasil: pesquisas contemporâneas*. São Paulo: Contexto, 2011.

SOARES, Claudete Gomes. *Raça, classe e ação afirmativa na trajetória política de militantes negros de esquerda*. Política e Sociedade, Vol. II, n22, 2012, pp. 41-74.

SOUZA, Florentina da Silva. *Afro-descendência em Cadernos Negros e Jornal do MNU*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.